



**Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

Renato dos Prazeres Rodrigues

“Tem coisa melhor que vender açaí?”: os passos e percalços na expansão dos açaizais na várzea do Baixo Tocantins

Belém

2021

Renato dos Prazeres Rodrigues

“Tem coisa melhor que vender açaí?”: os passos e percalços na expansão dos açaizais na várzea do Baixo Tocantins

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Monique Medeiros.

Belém

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

R696t Rodrigues, Renato dos Prazeres.
"Tem coisa melhor que vender Açaí?": os passos e percalços na
expansão dos açaizais na várzea do Baixo Tocantins / Renato dos
Prazeres Rodrigues. — 2021.
149 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Monique Medeiros
Dissertação (Mestrado) - - Programa de Pós-Graduação em
Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas
Familiars, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

1. Amazônia brasileira. 2. Ilha Guajará de Baixo. 3.
Camponês-ribeirinho. 4. Sustentabilidade. 5. Manejo de
açaizais . I. Título.

CDD 630.275

Renato dos Prazeres Rodrigues

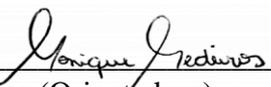
“Tem coisa melhor que vender açaí?”: os passos e percalços na expansão dos açaizais na várzea do Baixo Tocantins

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

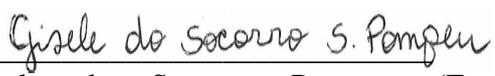
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data de aprovação: 08/09/2021.

Banca Examinadora



Prof.^a. Dr.^a. Monique Medeiros (Orientadora)
(INEAF/UFPA)



Prof.^a. Dr.^a. Gisele do Socorro Pompeu (Examinadora externa)
(FECAMPO/UFPA)



Prof.^a. Dr.^a. Angela May Steward (Examinadora interna)
(INEAF/UFPA)



Prof. Dr. Luis Mauro Santos Silva (Examinador suplente)
(INEAF/UFPA)

À DEUS, pela vida e sabedoria.

Aos meus familiares: Mãe (Naide), Pai (Antônio), irmãos, e minha noiva pelo incentivo, apoio, compreensão, e por acreditarem nos meus sonhos.

Dedico

AGRADECIMENTOS

À Deus, por guiar os meus passos, trilhar os meus caminhos e me conceder sabedoria para a conclusão dessa etapa.

Aos meus pais, Maria Naide e José Antônio, que apesar das adversidades que toda família humilde camponesa-ribeirinha passa ao longo da vida para ver os filhos formados, sempre me motivaram a estudar. Nos momentos de trabalho árduo, a prioridade sempre foi abrir exceção para os filhos irem à escola, e os pais executarem as tarefas. Pai, mãe e irmãos, obrigado pelo companheirismo de vida, vocês são a minha motivação diária.

À minha noiva Mártina, por cuidar tão bem de mim em todos os momentos, em especial durante a escrita dessa dissertação. Obrigado por todo amor, carinho, incentivo e compreensão.

Aos meus tios, Raimundo e Leomira, e primos, Rafael e Ruan por abrirem as portas de sua residência e me acolheram sempre que precisei me deslocar até a cidade de Cameté para estudar. Para além de me hospedar, me permitiram fazer parte de sua família, me amando como filho.

Aos meus amigos, Makel, Nildo, Márcia e Vicente, vocês podem imaginar o quanto foi importante os nossos momentos de descontração e amizade.

A minha orientadora Prof.^a Dr.^a Monique Medeiros, que com sua admirável sabedoria, sempre esteve disposta a me auxiliar em todos os momentos dessa dissertação, até mesmo aos domingos e horários fora do expediente, me repassando muita paz, incentivo e segurança. Inclusive, todos os dias em que nos falávamos sempre se importava em me perguntar: “Bom dia, Renato, tudo bem?”. Foram esses detalhes que me motivavam a persistir nessa pesquisa desafiadora. Meu muito obrigado do fundo do meu coração, por ser esse Ser de luz, tão paciente, generoso, acolhedor e empenhado.

A todos os professores e colegas do curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável por acrescentar nas trocas de conhecimentos.

Aos atores sociais envolvidos na pesquisa, pela disponibilidade em acrescentar com seus saberes e conhecimentos. Em especial, aos meus conterrâneos camponeses-ribeirinhos da Ilha Guajará de Baixo, que me receberam em suas residências, proporcionando reflexões com suas narrações sobre a temática e seus modos de vida camponês-ribeirinho. Das experiências de cada um de vocês, aprendi algo novo, útil na pesquisa e no meu viver como camponês-ribeirinho e pesquisador.

Ademais, agradeço a todos que oraram pela minha vida para que eu chegasse até aqui.
Essa conquista, compartilho com cada um de vocês.

Muito obrigado!

RESUMO

Essa dissertação apresenta como objetivo geral analisar a relação entre as estratégias de comercialização de açaí desenvolvidas por camponeses-ribeirinhos da Ilha Guajará de Baixo, Cametá (PA) e a transformação de suas Unidades de Produção, com especial atenção à sua sustentabilidade. Os três objetivos específicos dessa dissertação ganharam estrutura de artigos científicos. Para o alcance desses objetivos, para além de pesquisas bibliográficas, realizou-se, entre os meses de agosto a dezembro de 2020, entrevistas semiestruturadas direcionadas a 21 atores sociais envolvidos na produção e comercialização do açaí em Guajará de Baixo. Dentre os entrevistados estiveram camponeses-ribeirinhos, intermediários do processo de comercialização e representantes de duas organizações sociais, uma associação e uma cooperativa, ambas com iniciativas desenvolvidas na Ilha. De modo mais específico, o primeiro artigo identificou as principais atividades e produções agroextrativistas dos camponeses-ribeirinhos, de modo a caracterizar suas Unidades de Produção Familiar-UPF. O segundo artigo analisou as possíveis correlações entre as transformações nas formas de manejo praticadas por camponeses-ribeirinhos da Ilha de Guajará de Baixo e a valorização econômica do açaí no Estado. O terceiro e último artigo verificou dissonâncias e consonâncias entre discursos e práticas referentes à sustentabilidade socioambiental, desenvolvidos por lideranças de organizações sociais, bem como camponeses-ribeirinhos, envolvidos na comercialização do açaí da Ilha Guajará de Baixo, em Cametá-PA. De modo geral, os resultados da dissertação indicam uma influência significativa dos mercados acessados pelos camponeses-ribeirinhos na diversificação e sustentabilidade das UPF. Quanto mais se aproxima do tipo camponês de agricultura, e maior é seu vínculo com mercados de cadeias curta para a comercialização do açaí, igualmente maior é a diversificação produtiva das UPF dos camponeses-ribeirinhos e melhor é o autogerenciamento de sua base de recursos. De forma inversa, quanto mais se aproxima de um tipo empresarial de agricultura, menor autonomia no acesso a mercados e menor diversificação produtiva da UPF do camponês-ribeirinho. E, nesse caso em especial, tal relação ganha ainda significativa complexidade quando permeada por incoerências discursivas acerca da sustentabilidade externalizada como pretendida pelos atores sociais.

Palavras-chave: Amazônia brasileira; Ilha Guajará de Baixo; Camponês-ribeirinho; Sustentabilidade; Manejo de açaizais.

ABSTRACT

This primary objective of this dissertation presents is to analyze the correlation between açai commercialization strategies developed by riverine-peasants from Guajará de Baixo Island, Cametá (PA) and the transformation of their Production Units, with special attention given to their sustainability. The three specific objectives of this dissertation were structured as scientific articles. To reach these objectives, bibliographic research and semi-structured interviews were conducted between the months of August and December 2020, engaging 21 social actors involved in the production and commercialization of açai in Guajará de Baixo. Interviewees included: riverine-peasant dwellers, intermediaries in the marketing process, and representatives of two social organizations, an association and a cooperative, both with initiatives developed on the island. More specifically, the first article identified the main activities and agro-extractive productions of the riverine-peasants, in order to characterize their Family Production Units (FPUs). The second article analyzed the possible correlations between the transformations in management forms practiced by riverine-peasants from the Island of Guajará de Baixo and the economic value of açai in the State. The third and last article verified dissonances and consonances between discourses and practices related to socio-environmental sustainability, developed by leaders of social organizations, as well as riverine-peasant dwellers, involved in the marketing of açai from Guajará de Baixo Island, in Cametá-PA. In general, research results indicate a significant influence of the markets accessed by the riverine-peasants on the diversification and sustainability of the FPUs. The closer one gets to a peasant type of agriculture, and the greater the link with short chain markets for the marketing of açai, the greater the productive diversification of the small farmers FPUs and the better the self-management of their resource base. Conversely, the closer a corporate type of agriculture, the less autonomy one has in accessing markets and the less productive diversity is seen on riverine-peasants' FPUs. And, in this particular case, such correlation gains significant complexity when permeated by discursive inconsistencies about the sustainability externalized as intended by social actors.

Keywords: Brazilian Amazon; Guajará de Baixo Island; Riverine-peasant; Sustainability; Management of açaizais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Lócus de pesquisa	21
Figura 2- Produção de frutos das Unidades de Produção Familiar, dos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo. Destaques para: A- Cesto com jambo, cacau, araçá, cupuaçu, laranja e coco; B- Laranja, cacau, coco, laranja ingá e mamão; C- Cacho de açaí; D- Buriti	44
Figura 3- Intermediário atuante na compra de palmito na Ilha Guajará de Baixo	45
Figura 4- Produção de açaí “tuíra”	46
Figura 5- Jangada de madeiras em toras destinada à venda em serrarias	47
Figura 6- A- Remo; B- Carpintaria de canoa e; C- Canoa movida a remo, utilizada por camponês-ribeirinho na pesca de camarão no matapi	48
Figura 7- Amêndoas de espécies florestais. A- Andiroba; B- Cacau e; C- Murumuru	49
Figura 8- Horticultura em paneiros e jirais suspensos	52
Figura 9- Mapeamento das tipologias das UPF dos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo, quanto ao nível de diversificação	55
Figura 10- Escalda de nível de sombreamento nos açazais	69
Figura 11- Açaí "parau"	75
Figura 12- Intermediários atuando na compra de açaí em Guajará de Baixo	78
Figura 13- Escala de sombreamento relacionada ao tipo de manejo nos açazais dos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo	80
Figura 14- Mercados acessados pelos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo	83
Figura 15- Mapa da UPF elaborado por camponês-ribeirinho de Guajará de Baixo. A- Referente ao ano de 2000; B- Referente ao ano de 2020	87
Figura 16- Mapa da UPF elaborado por camponês-ribeirinho de Guajará de Baixo. A- Referente ao ano de 2000; B- Referente ao ano de 2020	88
Figura 17- Percepção de sustentabilidade por associados-intermediários	124
Figura 18- Percepção de sustentabilidade por não-associados	126
Figura 19- Percepção de sustentabilidade por representante da CAMTA	127
Figura 20- Percepção de sustentabilidade por representante da ASMOPAC	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Horticultura em Unidades de Produção Familiar na Ilha Guajará de Baixo	53
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Atividades socioprodutivas das Unidades de Produção Familiar, frequência de participação das famílias e suas finalidades	39
---	----

LISTA DE SIGLAS

ACS- Agente Comunitário de Saúde
ADEPARÁ- Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
APADIC- Associação de Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável de Ilha Cacoal
ASMOPAC- Associação dos Moradores e Produtores de Açaí de Cametá
CAMTA- Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
CEPLAC- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CERES- Certification of Environmental Standards
CMMAD- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento
DAP- Diâmetro Acima do Peito
EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GTV- Guia de Trânsito Vegetal
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMO- Instituto de Mercado Ecológico
JICA- Agência de Cooperação Internacional do Japão
KANEBO- Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAM- Pesquisa Agrícola Municipal
SAF- Sistema Agroflorestal
SAFTA- Sistemas Agroflorestal de Tomé-Açu
SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SUS- Sistema Único de Saúde
TUA- Universidade Agrícola de Tóquio
TUAT- Universidade Agrícola e Tecnologia de Tóquio
UFRA- Universidade Federal Rural da Amazônia
UNICAMP- Universidade de Campinas
UPF- Unidade de Produção Familiar
UPFA- Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO À DISSERTAÇÃO	17
1.1 RECORTE EMPÍRICO DA PESQUISA: A ILHA GUAJARÁ DE BAIXO	20
1.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	22
1.3 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	24
REFERÊNCIAS	26
2. ARTIGO 1 - O MODO DE VIDA CAMPONÊS-RIBEIRINHO E A RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES SOCIOPRODUTIVAS NA VÁRZEA DO BAIXO TOCANTINS	28
2.1 INTRODUÇÃO.....	29
2.2 ETAPAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
2.3 O CAMPONÊS-RIBEIRINHO DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO E SEU MODO DE VIDA.....	33
2.4 AS ESPECIFICIDADES DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NA PESQUISA E DE SUAS ATIVIDADES SOCIOPRODUTIVAS	36
2.4.1 Tipologias das unidades de produção familiar da Ilha Guajará de Baixo .	55
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS	61
3. ARTIGO 2- A VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DO AÇAÍ E AS TRANSFORMAÇÕES NOS TIPOS DE AGRICULTURA NA VÁRZEA NO BAIXO TOCANTINS	65
3.1 INTRODUÇÃO.....	66
3.2. ETAPAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	68
3.3 OS AÇAIZAIS NA ILHA GUAJARÁ DE BAIXO	73
3.4 AS DINÂMICAS DOS MERCADOS DE COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ .	77

3.5 CORRELAÇÕES ENTRE ESCALAS DE SOMBREAMENTO E TIPOS DE AGRICULTURA	79
3.5.1- Os fatores catalisadores de transformações nas unidades de produção familiares da Ilha Guajará de Baixo	87
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	95
4. ARTIGO 3- ESTRATÉGIAS COLETIVAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE AÇAÍ NO NORDESTE PARAENSE E A AMBIGUIDADE DISCURSIVA EM TORNO DA SUSTENTABILIDADE	98
4.1 INTRODUÇÃO.....	99
4.2 MOBILIZANDO ALGUMAS PEDRAS ANGULARES DA PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR	101
4.3 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA ORIENTADA AOS ATORES SOCIAIS DA INVESTIGAÇÃO.....	105
4.4 A CONSTITUIÇÃO DA CAMTA E SUA ATUAÇÃO	106
4.5 A CONSTITUIÇÃO DA ASMOPAC E SUA ATUAÇÃO	110
4.6 PARCERIA ENTRE ASMOPAC E CAMTA E A COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ AGROEXTRATIVISTA DO BAIXO TOCANTINS	113
4.7 QUAL A(S) SUSTENTABILIDADE(S) RESULTANTE(S) DESSES PROCESSOS?.....	120
4.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	132
5. CONCLUSÃO DA DISSERTAÇÃO	136
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS CAMPONESES-RIBEIRINHOS.....	140
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA AO REPRESENTANTE DA ASMOPAC.....	144
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA AO REPRESENTANTE DA CAMTA	146

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA AO ASSOCIADO- INTERMEDIÁRIO DA ASMOPAC	148
--	-----

1 INTRODUÇÃO À DISSERTAÇÃO

A Amazônia brasileira é formada por diversos ecossistemas, como floresta de terra firme, floresta de várzea, floresta de igapó, manguezais, campos de várzea; campos de terra firme, campinas, vegetação serrana e vegetação de restinga (BRAGA, 1979). Nela, a prática das atividades socioprodutivas que envolvem a composição familiar e complexos sistemas de relações sociais e culturais, constitui a base de recursos nas comunidades tradicionais. Ademais, o manejo dos recursos naturais tem sido um dos principais agentes transformadores/organizadores dos ecossistemas (PEREIRA et al., 2008).

Situado na Amazônia Paraense, a mesorregião do Nordeste Paraense, está dividida em cinco microrregiões (Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-Açu) formadas por 49 municípios, abrangendo um total de 83.316,20 km², que tiveram suas primeiras áreas povoadas pelas incursões via fluvial realizadas pelos portugueses ao interior do Estado. De modo semelhante, os 11 municípios do Baixo Tocantins que abrange uma área de 36.024,20 Km, tiveram sua composição de ecossistemas de várzea povoada inicialmente pelos camponeses-ribeirinhos¹, que seguem habitando esse estuário e são detentores de profundas habilidades acerca do desenvolvimento das atividades socioprodutivas (MDA, 2013; CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017). Esses camponeses foram desenvolvendo práticas de construção e condução de um sistema extrativista economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável (SANTOS; CÂNDIDO, 2013).

Os camponeses-ribeirinhos do estuário amazônico se distinguem dos demais povos tradicionais pelo seu modo de vida peculiar que envolve amplo conhecimento sobre os ecossistemas de várzea (CRUZ, 2007), inter-relação de dependência com os ambientes aquático e terrestre e, afetividade com os rios (RIBEIRO; SANTANA; TOURINHO, 2004; CORRÊA, 2010). Ademais, a adoção de estratégias familiares atreladas à diversificação socioprodutivas gera a esses camponeses produtos para o autoconsumo e excedentes para o acesso nos mercados locais e regionais.

Na Ilha de Guajará de Baixo, lócus dessa pesquisa, as relações comerciais envolvendo as produções agroextrativista das Unidade de Produção Familiar-UPF², articulam camponeses-

¹ Esse conceito será mais bem apresentado no tópico 5.3- “O camponês-ribeirinho do estuário amazônico e seu modo de vida”, contido no item acerca do referencial teórico que norteia este trabalho.

² Propriedade sobre posse da família camponesa, composta por um conjunto de sistemas produtivos, organizados e gerenciados pela família, com a finalidade de produção de insumos para atender prioritariamente a demanda do autoconsumo familiar (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

ribeirinhos com as feiras locais, beneficiadores de frutos e intermediários, também conhecidos como marreteiros, atravessadores ou regatões. Geralmente, os excedentes são vendidos em valor monetário, mas em algumas comunidades ainda persiste a troca por insumos não produzidos nas UPF dos camponeses-ribeirinhos (ARZENI; JARDIM, 2004). Assim, por exemplo, no caso de um camponês-ribeirinho possuir açaí e um intermediário tiver em seu sistema de comercialização produtos alimentícios, essa troca pode ser realizada entre os envolvidos.

Dentre as atividades socioprodutivas de maior importância não somente para a economia, como também para a alimentação dos camponeses-ribeirinhos do Baixo Tocantins, destaca-se a produção do fruto açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) (VEDOVETO, 2008; CORRÊA, 2010; CORRÊA, 2017). Na Amazônia brasileira, o suco de açaí faz parte da alimentação dos povos das comunidades tradicionais ribeirinhas desde a ocupação desse território (HOMMA, 2006). Em Cametá, um dos municípios pertencentes ao Baixo Tocantins, e que ganha destaque nessa dissertação, o suco do fruto misturado com farinha de mandioca é consumido diariamente nas principais refeições das famílias camponesas-ribeirinhas e incluído nos tradicionais mingaus de açaí com farinha de mandioca, arroz ou massa de crueira. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB, baseado em estimativas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA em 2019, os paraenses consomem aproximadamente 300 mil toneladas de açaí anualmente.

A importância econômica do fruto no estado do Pará reflete no índice alcançado em 2019, de 2.880.215 mil reais provenientes da comercialização da produção de 1.320.150 toneladas de açaí, colhidos numa área de 188.015 hectares, em ecossistemas de terra firme e várzea (PAM/IBGE, 2020). Para a CONAB (2019), os elevados índices de produção de açaí no estado são associados à expansão das áreas cultivadas, com o aperfeiçoamento e emprego contínuo de técnicas de manejo que têm auxiliado no aumento da produtividade.

Segundo Santos et al. (2012), com a adoção do conhecimento contextual nas técnicas de manejo aplicadas em açazais de várzea, por camponeses-ribeirinhos do Baixo Tocantins, a produtividade do fruto duplicou de 4,2 para 8,4 toneladas/hectare. Para Steward (2013), devido à valorização do açaí, os camponeses-ribeirinhos passaram a praticar o manejo intensivo dos açazais para a produção do fruto, configurando na eliminação das espécies florestais consideradas indesejáveis no manejo. Esse processo passou a ser reconhecido como “açaiização” da paisagem (HIRAOKA, 1993, p. 5).

Na comunidade estudada, a expansão dos açazais iniciou em meados do ano 2000, com a demanda crescente de novos mercados para a compra do fruto, e o acesso a programas governamentais de incentivo ao manejo dos açazais nativos, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF. Desde então, o “boom do açai³” tem gerado distintas transformações no ecossistema de várzea em Guajará de Baixo.

Tais transformações incluem desde a perda da biodiversidade, mudanças climáticas, redução do potencial produtivo dos ecossistemas, assoreamento de cursos d’água, redução das possibilidades de renda e alimento promovidos por produtos da floresta, entre outros. Mais especificamente, em se tratando da redução da biodiversidade, nos açazais de várzea, que se aproximam de um sistema monocultor, os problemas que se destacam são: secamento e aborto dos frutos, preenchimento incompleto de frutos nas ráquias, baixa produtividade, estagnação da produção, folhas com aparência amarelada, caules e palmito finos, erosão à margem dos rios, também conhecido como “terras caídas” (FALESI; SILVA, 1999).

Diversos pesquisadores vêm realizando trabalhos acerca da relação entre a redução da biodiversidade e o desequilíbrio ecológico e ambiental do ecossistema de várzea, o qual pode interferir na produtividade e qualidade do próprio fruto de açai, bem como na soberania e segurança alimentar das famílias (HOMMA, 2006; CORRÊA, 2010; CIALDELLA; NAVEGANTES-ALVES, 2014).

A ação predatória no manejo dos açazais sobre as espécies florestais, resulta na degradação dos recursos naturais, tornando o ecossistema fragilizado e, em muitos casos, incapazes de se regenerarem de forma natural (LIMA; POZZOBON, 2005). Nesse contexto se compõe uma problemática na qual reconhece-se que os plantios em monocultivo, devido sua baixa diversidade ecológica e homogeneidade genética, tornam-se muito vulneráveis às infestações de plantas daninhas, invasões de insetos e epidemias de doenças, e recentemente às mudanças climáticas (ALTIERI; NICHOLLS, 2020, p. 1). Os mesmos autores destacam que vários problemas globais, como a escassez de energia e de água, degradação ambiental, desigualdade econômica, insegurança alimentar, entre outros, não podem ser abordados de forma separada, já que estes estão interconectados e são interdependentes.

Altieri e Nicolls (2020), recentemente, relacionaram as pandemias da gripe (Influenza), conhecida como o H1N1, e da COVID-19, inclusive à substituição de paisagens agrícolas biodiversas, em que os cultivos rodeados por extensões de vegetação natural, são

³ Processo de valorização econômica do fruto, que teve início no estado do Pará mais precisamente em 1990, quando o consumo do suco do fruto deixou de ser exclusividade dos paraenses, e ganhou destaque a nível nacional, e atualmente internacional (HOMMA, 2006).

substituídos por áreas expressivas de monocultivos. Ademais, para Rosset e Altieri (1997), a monocultura, por sua baixa diversidade produtiva, expulsa os agricultores do campo e despreza a distribuição de renda, por se acumular sobre o domínio de um único dono, o capitalista. Portanto, se coloca contraditória a uma lógica sustentável de produção.

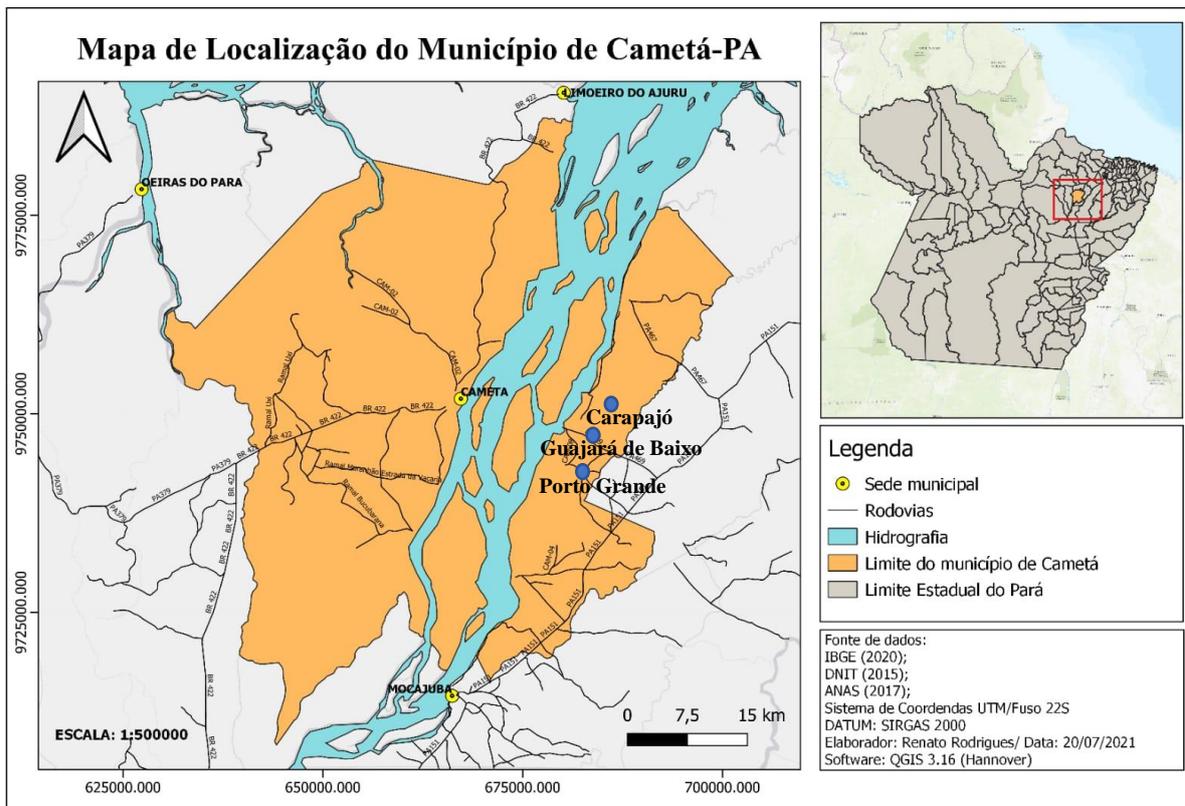
Esse trabalho que advém da vivência do autor enquanto camponês-ribeirinho oriundo da Ilha Guajará de Baixo, que tece em suas lembranças, uma infância marcada pela exuberante diversificação vegetal do estuário ribeirinho, com a presença de árvores frutíferas que reunia em seus galhos, pela manhã e ao entardecer, pássaros e crianças. Em meio ao consumo dos frutos, os pássaros cantavam, as crianças brincavam, parecia um verdadeiro parque de diversão verde, com contos, histórias e gargalhadas entre os voos e cantigas dos pássaros. No atual cenário, percebe-se que as árvores frutíferas, foram dando lugar a uma paisagem vegetal homogênea, predominantemente composta por estipes de açaizeiros. Essa transformação na paisagem do estuário, despertou a curiosidade e interesse do pesquisador em se aprofundar na investigação das possíveis causas de tais transformações, e correlações dos efeitos sobre a sustentabilidade do ecossistema, na comunidade de Guajará de Baixo.

1.1 RECORTE EMPÍRICO DA PESQUISA: A ILHA GUAJARÁ DE BAIXO

O município de Cametá-PA (02° 14' 54" S e 49° 30' 12" W) fica localizado no território do Baixo Tocantins, que é composto segunda a política pública dos territórios da cidadania por mais 10 municípios além deste: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Os rios de maior influência nesse território são: Moju, Pará e Tocantins (MDA, 2013).

O município de Cametá (Figura 1) é banhado pelo rio Tocantins. Limita-se ao norte com Limoeiro do Ajuru, ao sul, com Mocajuba, a leste, com Igarapé-Miri e a oeste com Oeiras do Pará. Abrange uma área territorial de 3.081,367 km², composta por 20,3% de rios e baías, 36,4% de campos naturais, 26,2% de áreas de várzeas e ilhas e, 17,1% de terra firme, com população estimada de 139.364 habitantes. Desse total, 78 mil pessoas residem na zona rural do município, e aproximadamente 39 mil residentes da zona rural, vivem em ecossistema de várzea, também conhecido pelos cametaenses como região das ilhas, à margem de rios e igarapés (CORRÊA, 2010; OLIVEIRA et al., 2014; IBGE, 2020).

Figura 1- Lócus de pesquisa



Elaboração: Martinez; Rodrigues (2021).

Referindo-se ao lócus de pesquisa, a Ilha Guajará de Baixo, localizada no arquipélago da Ilha Guajará, esta é predominada por ecossistema de várzea, situa-se à margem direita do rio Tocantins, distante, aproximadamente, 13 km da sede do município. Para se chegar na comunidade desde essa sede, o acesso dá-se por via fluvial, com percurso feito pelo rio Tocantins, adentrando à jusante do rio Guajará, que banha o estuário da Ilha. Em levantamento populacional realizado pelo autor em 2021, junto à Agente Comunitária de Saúde- ACS de Guajará de Baixo, constatou-se um total de 81 famílias, ou 412 moradores, 56% do gênero masculino e 44% de gênero feminino. Desses, 30% eram adultos (35 a 60 anos); 28% jovens adultos (18 a 34 anos); 19% adolescentes (12 a 18 anos); 13% crianças (até 11 anos) e 10% idosos (60 anos em diante).

As vilas mais próximas à Ilha são Porto Grande e Carapajó que se interligam através do ramal Porto Grande/Carapajó, assim como a PA- 469 interliga a vila de Carapajó à PA- 151, que permite o acesso a outras rodovias e a capital paraense. A importância dessas vilas para os camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo se dá por serem os locais de realização das feiras e comércios locais para a compra e venda de produtos agroextrativistas e mercadorias, assim como dos postos do Sistema Único de Saúde- SUS das Vilas.

A base produtiva na comunidade pauta-se no extrativismo animal e vegetal e no cultivo de espécies vegetais, como as frutíferas. Na classificação de Köppen, o clima do município é do tipo Am, com maiores incidências de chuvas nos meses de fevereiro a abril, o chamado inverno amazônico. Tais condições favorecem o plantio dos roçados em terra firme, com destaque para a cultura da mandioca, que representou, no ano de 2018/2019 uma produção de 60.665 toneladas de raízes tuberosas (PAM/IBGE, 2020). Para os ribeirinhos de Guajará de Baixo, no período de maior incidência de chuva, as atividades agroextrativistas se voltam para a pesca e coleta de amêndoas de espécies florestais.

No verão (julho a dezembro), a atividade agroextrativista de maior importância na comunidade é a produção de açaí, espécie bastante exigente em água e predominante no ecossistema de várzea, sendo favorecida pela umidade relativa do ar no município, acima de 80%, e precipitação pluviométrica de aproximadamente 2.202 mm anuais. Diante disso as principais fontes de renda na comunidade provêm, para além da aposentadoria rural e programas e benefícios governamentais, como o bolsa família⁴ e o seguro de defeso⁵, do acesso aos mercados para a comercialização do excedente das produções agroextrativista.

1.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Na Ilha Guajará de Baixo percebe-se uma relação direta entre os tipos de mercados acessados pelos camponeses-ribeirinhos e a forma de manejo empregado nos sistemas agroextrativistas, com destaque para o de açaí, assim como no nível de diversificação das atividades socioprodutivas nas UPF das famílias. Ademais, é possível verificar que a escolha pelos mercados acessados pelas famílias se dá correlacionada a uma série de fatores que extrapolam o valor comercial adquirido na venda do produto, tais como: oportunidade de escoamento da produção, compra total do produto, pagamento adiantado, dentre outros.

Tendo em vista que as práticas de manejo empregadas nos açazais são resultantes de conhecimentos inerentes dos processos sociais, de relações interpessoais, em alguns casos, é

⁴ No Art. 1º, da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, o Bolsa Família é definido como um Programa governamental que destina às ações de transferência de renda com condicionalidades, dispostas no Art. 2º, nos regulamentos: I, II, III, IV.

⁵ No Art. 1º, da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, diz que o seguro-desemprego é um benefício governamental, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, pago durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie, ao pescador artesanal de que tratam a alínea “b” do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a alínea “b” do inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar.

possível compreender a própria relação comercial entre agricultores e agentes mercantis como potencializadora da “sustentabilidade”, ou reconfiguradora do modo de produção. Haja vista que os princípios sustentáveis, reconhecem a natureza sistêmica da produção de alimentos, equilibrando com equidade, preocupações relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica, entre os diferentes setores da sociedade, incluindo distintos povos e diferentes gerações (GLIESSMAN, 2001).

Neste sentido, referenciando a relação comercial do açaí agroextrativista da Ilha Guajará de Baixo, o discurso de alguns mercados aos seus compradores, remetem a concepção de “açaí sustentável”, provenientes de áreas biodiversas, de modo contrastante à realidade, em aspectos de escalas, considerando o sistema como um todo, persiste a redução da diversidade de espécies em prol da ampliação do número dos estipes de açaizeiros dentro da floresta, fator que distorce o discurso proferido, visto que no estuário ribeirinho observa-se a produção de açaí em larga escala, tendenciando para o monocultivo.

Diante do contexto e da problemática da pesquisa, parte-se dos seguintes questionamentos: Quais as estratégias desenvolvidas pelos camponeses-ribeirinhos da Ilha Guajará de Baixo para a comercialização de açaí proveniente de suas UPF? Como essas estratégias se relacionam com a transformação de suas Unidades de Produção? E, ainda, como essas transformações se aproximam ou se distanciam da sustentabilidade?

Com intuito de responder as indagações de pesquisa, o trabalho apresenta como objetivo geral: analisar a relação entre as estratégias de comercialização de açaí desenvolvidas por camponeses-ribeirinhos Ilha Guajará de Baixo e a transformação nas Unidades de Produção, com especial atenção à sua sustentabilidade.

Para operacionalizar este objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: I- Identificar as principais atividades e produções agroextrativistas dos camponeses-ribeirinhos, de modo a caracterizar suas Unidades de Produção Familiar-UPF; II- Analisar as possíveis correlações entre as transformações nas formas de manejo praticadas por camponeses-ribeirinhos da Ilha de Guajará de Baixo e a valorização econômica do açaí no Estado e; III- Verificar dissonâncias e consonâncias entre discursos e práticas referentes à sustentabilidade socioambiental, desenvolvidos por lideranças de organizações sociais, bem como camponeses-ribeirinhos, envolvidos na comercialização do açaí da Ilha Guajará de Baixo, em Cametá-PA.

1.3 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Nessa sessão, apresenta-se brevemente a estrutura da dissertação, que é constituída por três artigos científicos. Dessa forma, para além dos elementos textuais de problematização mais abrangente até então delineados, cada artigo científico subsequente foi construído a partir de um objetivo específico da dissertação. De modo que, a relação desses artigos entre si, propõe o alcance do objetivo geral da dissertação. Os artigos mobilizam especificidades do contexto empírico analisado que mais se relacionam com a discussão proposta nestes. Desse modo, em alguns momentos foram necessários repetições do campo empírico, mas sem comprometer as informações, pois cada artigo será submetido à publicação em revistas diferentes e de forma independente.

O primeiro artigo intitulado “O modo de vida camponês-ribeirinho e a relevância das atividades socioprodutivas na várzea do Baixo Tocantins”, elaborado para submissão na Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente⁶, teve como objetivo identificar as principais atividades e produções agroextrativistas dos camponeses-ribeirinhos, de modo a caracterizar suas Unidades de Produção Familiar-UPF. Para tanto, especifica, com base no aporte teórico, as particularidades dos camponeses-ribeirinhos do estuário amazônico, e através da base metodológica, busca identificar as principais atividades socioprodutivas nas UPF desses camponeses, para então caracterizar em tipologias tais UPF.

O segundo artigo, intitulado “A valorização econômica do açaí e as transformações nos tipos de agricultura na várzea no Baixo Tocantins”, será submetido para a revista Mundo Amazônico⁷. Para alcançar o objetivo de analisar as possíveis correlações entre as transformações nas formas de manejo praticadas por camponeses-ribeirinhos da Ilha Guajará de Baixo e a valorização econômica do açaí no Estado, nesse artigo, foram mobilizados para o aporte teórico os tipos ideais de agricultura apresentados por Ploeg (2008). Nos aspectos metodológicos, a construção de escalas de sombreamento pôde auxiliar na compreensão de determinadas modificações nas configurações das práticas de manejo de Unidade de Produção Familiar-UPF pelos camponeses-ribeirinhos.

Após constatado que os camponeses-ribeirinhos adotam diferentes estratégias de acesso aos mercados, e esses mercados implicaram diretamente na sustentabilidade das UPF, o

⁶ As normas e diretrizes para submissão dessa revista encontram-se em: <https://revistas.ufpr.br/index.php/made/about/submissions#authorGuidelines>.

⁷ As normas e diretrizes para submissão dessa revista encontram-se em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/imanimundo/about/submissions>

terceiro artigo intitulado “Estratégias coletivas de comercialização de açaí no Nordeste paraense e a ambiguidade discursiva em torno da sustentabilidade”, buscou verificar as dissonâncias e consonâncias entre tais discursos e práticas referentes à sustentabilidade socioambiental, desenvolvidos por lideranças de organizações sociais, bem como camponeses-ribeirinhos, envolvidos na comercialização do açaí da Ilha Guajará de Baixo, em Cametá-PA. O artigo será submetido à revista Raízes⁸.

⁸ As normas e diretrizes para submissão dessa revista encontram-se em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/about/submissions>.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel A; NICHOLLS, Clara Inés. A Agroecologia em tempos de COVID-19. Universidade da Califórnia, Berkeley e Centro Latinoamericano de Investigaciones Agroecológicas (CELIA), 2020.
- ARZENI, Simone; JARDIM, Mário Augusto Gonçalves. Estratégias de sobrevivência em comunidades agroextrativistas do Estuário Amazônico. Museu Paraense Emilio Goeldi, 2004.
- BRAGA, Pedro Ivo Soares. Subdivisão fitogeográfica, tipos de vegetação, conservação e inventário florístico da floresta amazônica. **Acta amazônica**, v. 9, n. 4, p. 53-80, 1979.
- CIALDELLA, Nathalie; NAVEGANTES-ALVES, Livia. O ouro negro " açaí" irá beneficiar a agricultura familiar na Amazônia Oriental? Reflexões sobre as mudanças recentes nas práticas de produção de açaí. 2014.
- CORRÊA, Rosivanderson Baia. **Do território recurso ao território abrigo: Modo de vida e processo de valorização do açaí no município de Cameté- Pa**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2010.
- CORRÊA, Rosivanderson Baia. **Território e desenvolvimento: análise da produção de açaí na região Tocantina (PA)**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Presidente Prudente, 2017.
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2007.
- FALESI, I. C.; SILVA, B. N. R da. **Ecosistemas de várzeas da região do Baixo Amazonas**. Embrapa Amazônia Oriental, 1999.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.
- HIRAOKA, Mario; Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma Marques; MELLO, Alex de (org.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. et al. Açaí: novos desafios e tendências. **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2006.
In: SILVA, J.G. da; STOLEKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-63.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: ><https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cameta/panorama><. Acesso em: 11 jun. 2021.
- LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 45-76, 2005.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em:
>http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio130.pdf <. Acesso em: 11 jul. 2021.

OLIVEIRA, T. N., BRANDÃO, L. P.; PENA, H. W. A. Análise da dinâmica da estrutura produtiva do município de Cametá, Amazônia-Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 194, 2014.

PAM- Pesquisa Agrícola Municipal. Disponível em:
><https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam><. Acesso em: 10 jul. 2021.

PEREIRA, Kayo Julio Cesar. et al. Saber tradicional, agricultura e transformação da paisagem na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas. **UAKARI**, v. 2, n. 1, p. 9-26, 2008.

RIBEIRO, R. N. da S.; SANTANA, A. C de.; TOURINHO, M. M. Análise Exploratória da socioeconomia de sistemas agroflorestais em várzea flúvio-marinha, Cametá-Pará, **Revista de Economia e Sociologia rural**, v. 42, n. 1, p. 133- 152, 2004.

ROSSET, Peter Michael; ALTIERI, Miguel A. Agroecology versus input substitution: A fundamental contradiction of sustainable agriculture. **Society & Natural Resources**, v. 10, n. 3, p. 283-295, 1997.

SANTOS, J. C dos.; SENA, AL dos S.; HOMMA, A. K. O. Viabilidade econômica do manejo de açaizais no estuário amazônico: estudo de caso na região do Rio Tauerá-açu, Abaetetuba-estado do Pará. In: **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., 2012, Vitória. Agricultura e desenvolvimento rural com sustentabilidade: anais. Vitória: SOBER: UFES, 2012., 2012.

SANTOS, Jacqueline Guimarães.; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Sustentabilidade e agricultura familiar: um estudo de caso em uma associação de agricultores rurais. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n.1, p. 70-76, 2013.

STEWART, Angela. Reconfiguring agrobiodiversity in the Amazon estuary: market integration, the Açaí trade and smallholders' management practices in Amapá, Brazil. **Human Ecology**, v. 41, n. 6, p. 827- 840, 2013.

VEDAVOTO, Mariana. Caracterização do mercado de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) em Belém entre 2006 e 2008. **Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia**, 2008.

2. ARTIGO 1 - O MODO DE VIDA CAMPONÊS-RIBEIRINHO E A RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES SOCIOPRODUTIVAS NA VÁRZEA DO BAIXO TOCANTINS

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi identificar as principais atividades socioprodutivas dos camponeses-ribeirinhos da Ilha Guajará de Baixo, de modo a caracterizar suas Unidades de Produção Familiar-UPF. Para esse fim, utilizou-se como instrumentos metodológicos a entrevista semiestruturada e a listagem livre. Foram envolvidos nessa pesquisa 16 camponeses-ribeirinhos, chefes de família, das respectivas Unidades de Produção Familiar-UPF. A organização dos dados contou com a construção de três tipologias de caracterização das UPF: Pouco Diversificada-PD; Diversificada-D e Altamente Diversificada-AD. Os resultados obtidos indicam um total geral de 41 atividades socioprodutivas. Dessas, 88% geram produtos para o autoconsumo e 12% são promotoras de produtos inseridos exclusivamente nos mercados. Quarenta e nove por cento (49%) do total das atividades são exclusivamente para o autoconsumo e 39% para as duas finalidades. As frutíferas contribuem para a segurança alimentar das famílias, pois 71% das espécies produzem frutos exclusivamente para o autoconsumo. A produção de açaí por ser fonte de alimento e renda, foi considerado o fruto mais importante para os entrevistados. Para a comercialização do açaí, foram identificados três mercados: comerciante-intermediário; feiras e batedores. No concernente à tipologia, 50% das UPF estão vinculadas à D, que buscam o equilíbrio entre a produção de açaí com outras atividades socioprodutivas; 31% PD, se caracterizam pela ênfase com a produção de açaí e benefícios governamentais e 19% AD priorizam a diversificação de atividades e produções durante o ano todo. Ademais, essas tipologias podem sofrer alterações, pois são reguladas pelo tipo de mercado acessado pelos ribeirinhos na comercialização do açaí, assim como pelas estações do ano.

Palavras-Chave: Unidades de Produção Familiares; diversificação produtiva; Estuário amazônico.

2.1 INTRODUÇÃO

Nos ecossistemas de várzeas do Baixo Tocantins, o fluxo da maré alta (enchente), que eleva o nível da água e banha a cobertura do solo, contribui no depósito de partículas de matérias em suspensão denominadas de sedimentos, os quais são benéficos aos vegetais, pois são fontes de nutrientes absorvidos pelas plantas (BRAGA, 1979; SILVA; SILVA; RODRIGUES, 2002; ALMEIDA; AMARAL; SILVA, 2004; HOMMA et al., 2006).

Nesses ecossistemas há uma ampla distribuição de recursos naturais, contribuindo para a produção e reprodução dos povos que habitam esse ambiente (SOARES, 2008). No município de Cametá, localizado no território do Baixo Tocantins, as porções de solo das várzeas, também conhecidas como ilhas, são cobertas pelas águas dos rios e igarapés, no período do inverno amazônico, que vai de dezembro a maio, e nas lançantes da maré. As lançantes são influenciadas pelas fases da lua nova e cheia que está associada à atração gravitacional entre a lua e a terra. Segundo os camponeses-ribeirinhos, esse evento também ocorre quando são abertas as comportas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí-UHE, o nível da água sobe à jusante do rio Tocantins e cobre os solos de várzeas.

Nas residências, às margens do estuário amazônico, encontram-se os camponeses-ribeirinhos, com o seu singular modo de vida. Para Cruz (2007), os camponeses-ribeirinhos amazônicos se distinguem dos demais povos tradicionais pelo seu modo de vida peculiar, relações afetivas com os rios, amplos conhecimentos dos ambientes anfíbios e terrestres, gestão familiar sobre a Unidade de Produção Familiar-UPF e recursos naturais. Também estabelecem relações com o capital por intermédio do acesso a mercados formais, para excedentes produtivos provenientes das estratégias de diversificação em suas UPF. Segundo Lacombe (1984), a UPF é o lote de terra demarcado entre vizinhos, em que a família exerce as mais diversificadas produções, seja para o autoconsumo, ou para gerar excedente para a comercialização. A produção para o autoconsumo, por sua vez, é definida como a parcela da produção produzida pela família e destinada ao seu consumo (GRISA; SCHNEIDER, 2008).

Os camponeses-ribeirinhos da várzea amazônica mantém em seu cotidiano relações vitais com o ambiente aquático (rios e igarapés) e terrestre (floresta) baseadas nas práticas extrativistas (RIBEIRO; SANTANA; TOURINHO, 2004; SCHERER, 2004; CORRÊA, 2010). Nesse ecossistema, as estações inverno/verão amazônico regulam o modo de vida camponês-ribeirinho, que se vincula à sazonalidade das marés nas várzeas amazônicas, no período de inverno (janeiro a maio) há predominância de várzeas cobertas por água dos rios e igarapés, e no verão tendência a um ambiente com menor incidência de maré alta, tornando os solos mais

secos (PEREIRA; WITKOSKI, 2012). Para Pereira (2007), as enchentes periódicas dos rios interferem na dinâmica produtiva local. No inverno, a dinâmica de trabalho dos camponeses-ribeirinhos se dá, nas várzeas, de modo “anfíbio”, parte terrestre e parte fluvial. No verão, em um ambiente mais terrestre, os camponeses-ribeirinhos já desenvolvem outras estratégias produtivas, (PEREIRA; WITKOSKI, 2012). Para esses autores, os ambientes aquáticos e terrestres conduzem os camponeses-ribeirinhos à criação de paisagens artificiais, na medida que constroem adaptações às alternâncias inverno/verão, como os jiraus suspensos destinados à horticultura, que garante a colheita mesmo em períodos de inverno.

As estratégias adotadas pelo camponês-ribeirinho em seu cotidiano, necessariamente, relacionam-se ao ciclo da maré (enchente/vazante), pois a várzea se torna um ambiente limitante para o cultivo de espécies vegetais que não toleram ambientes encharcados, como, por exemplo, a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.). Embora o seu subproduto (farinha de mandioca), junto com o peixe e o açaí, seja constituinte fundamental na dieta alimentar dos camponeses-ribeirinhos (CORRÊA, 2010).

No modo de vida camponês-ribeirinho, os rios e igarapés são vistos como elementos simbólicos, com as águas, mantém-se uma relação de dependência e afetividade, pois é por onde transitam as embarcações com pessoas e mercadorias, além de ser o local onde se realiza a pesca, por ser o peixe importante fonte de proteína das famílias (CORRÊA, 2010). Por mais que o camponês-ribeirinho não seja caracterizado apenas por morar na beira do rio, sem o rio seria impossível compreender o camponês-ribeirinho, pois o rio é um elemento essencial em sua existência, mesmo que este more afastado dos rios, mas cotidianamente usufruem de seus recursos para prover o alimento e navegação dos meios de locomoção (RIBEIRO et al., 2012).

No território paraense do Baixo Tocantins, nas UPF dos camponeses-ribeirinhos, há muitos anos, a diversificação das atividades e produções agroextrativistas vem sendo um dos principais meios de produção para o autoconsumo e aquisição de renda pelas famílias constituintes da zona rural (HOMMA, 2012). Muitas das produções dos camponeses-ribeirinhos, são resultantes das atividades extrativistas e agroextrativistas, ou até mesmo de outras atividades, como a carpintaria e domínio de procedimentos artesanais produtivos.

Mais precisamente em Cametá, as feiras nas vilas e na sede do município são abastecidas diariamente com produtos da diversificação das UPF dos camponeses-ribeirinhos, principalmente com o açaí, o peixe, o camarão e frutas regionais. Na Ilha Guajará de Baixo, situada nesse município, e lócus de análise dessa pesquisa, o açaí tem sido o principal produto agroextrativista responsável pela inserção dos camponeses-ribeirinhos aos mercados locais e

estaduais. Contudo, o elevado potencial de mercado para o açaí, tem motivado camponeses-ribeirinhos na intensificação do manejo para a produção do fruto, afetando a diversificação produtiva em UPF ribeirinha.

Com a atenção direcionada a importância das práticas desses camponeses-ribeirinhos na dinâmica socioambiental local, essa pesquisa teve como objetivo identificar as principais atividades e produções agroextrativistas dos camponeses-ribeirinhos da Ilha Guajará de Baixo, de modo a caracterizar suas Unidades de Produção Familiar-UPF.

Sobre o modo peculiar do camponês e ribeirinho, nesse trabalho, buscou-se evidenciar os povos que habitam à margem do rio Guajará, na Ilha Guajará de Baixo, pois os mesmos detêm características do modo camponês e ribeirinho, seja nas práticas de agricultura ou na forma de relação com o ecossistema. Para preservar seus traços ancestrais e culturais, fez-se uso da designação camponês-ribeirinho ou camponeses-ribeirinhos. Partindo do contexto amazônico, os ribeirinhos emergem como grupo social a partir da colonização amazônica à margem dos rios e igarapés, advindo da heterogeneidade de diferentes povos, portanto carregam consigo traços culturais diversificados, por vez se comportam de maneiras distintas, inclusive na criação das estratégias de reprodução social (CRUZ, 2007). Quanto ao conceito de camponês, parte-se da concepção de Shanin (2012) que compreende as múltiplas diversidades dos modos de vida até mesmo dentro de uma mesma comunidade, baseado na exploração dos recursos como uma forma de produção-consumo, assim como na prática da agricultura fundamentada no trabalho familiar, com o emprego do grau de intensidade de produção ligados ao quantitativo do consumo familiar e demanda mercantil, atrelados a satisfação dos anseios das famílias de consumo e renda.

2.2 ETAPAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa etapa, recorreu-se primeiramente aos estudos científicos através da pesquisa bibliográfica para contextualizar as especificidades das peculiaridades que distingue os ribeirinhos do estuário amazônico, assim como o acesso a dados secundários no site do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística- IBGE mostrou-nos algumas particularidades do Baixo Tocantins. Para identificar as famílias dos camponeses-ribeirinhos, participantes do estudo, primeiramente o pesquisador recorreu à três informantes-chave (que atuam como intermediários no processo de comercialização de açaí) na Ilha Guajará de Baixo. Com o uso

da técnica da “bola de neve” (BALDIN; MUNHOZ, 2011), os intermediários indicaram 40 famílias de camponeses-ribeirinhos. Desse total, 16 (40%) das famílias foram entrevistadas. A escolha por estas seguiu critérios como frequência e quantidade de açaí comercializado, semanalmente, pelas famílias dos camponeses-ribeirinhos para os intermediários⁹. Buscou-se diversificar os interlocutores, selecionando 50% que comercializam dessa forma com maior frequência e quantidade e 50% que comercializam em menor frequência e quantidade.

Na etapa de construção de dados primários para a pesquisa, foram elaboradas entrevistas semiestruturadas (Apêndice A) (MICHELAT, 1987) junto a estes camponeses-ribeirinhos. A aplicação da entrevista face-a-face, entre entrevistado e entrevistador, foi realizada nos finais de semana, dos meses de agosto a dezembro de 2020, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde- OMS, relativas à pandemia da Covid-19¹⁰. O uso do caderno de campo e as gravações das entrevistas, após autorização dos interlocutores, facilitaram o registro das informações e o posterior entendimento do contexto. Para manter o anonimato dos interlocutores, os mesmos serão mencionados pela designação camponês-ribeirinho, identificados pela idade, local da entrevista, mês e ano.

Durante a realização das entrevistas com os interlocutores, denominados de camponeses-ribeirinhos, pediu-se que listassem as principais atividades socioprodutivas desenvolvidas pelas famílias nas UPF. Com a listagem livre (BERNARD, 1988; WELLER; ROMNEY, 1988) relativa às principais atividades socioprodutivas presentes no contexto familiar dos camponeses-ribeirinhos, conseguiu-se identificar a Frequência Relativa- Fr. (%) de cada atividade socioprodutiva citada pelos camponeses ribeirinhos. Eventualmente, em algumas UPF conseguiu-se observar no olhar e registrar através de fotografias a prática de algumas das atividades citadas. A partir dessa verificação, foi possível construir a tipologia das UPF.

Essa tipologia deu-se a partir do conhecimento do número total individual das principais atividades socioprodutivas praticada em cada UPF e, do número total geral das principais atividades socioprodutivas de todas as UPF relacionadas aos entrevistados. O seguinte cálculo expressa a construção tipológica:

⁹ São camponeses-ribeirinhos que atuam como intermediários, diariamente eles se deslocam no beiradão da Ilha Guajará para a compra do açaí agroextrativista na comunidade. Geralmente, o açaí é repassado para agroindústrias processadoras de polpa de açaí, que firmam contrato com os intermediários para a compra da produção durante a safra.

¹⁰ As medidas de biossegurança se estabeleceram com o uso de máscaras, distanciamento social entre pesquisador e interlocutores e higienização com álcool em gel dos materiais de campo e das mãos dos participantes no início e término da entrevista face a face.

$$\mathbf{TIP} = \mathbf{Ti} \times 100/\mathbf{Tg}$$

No qual:

TIP= Tipologia;

Ti= Total Individual

Tg= Total Geral;

Determinou-se por ordem crescente as escalas de TIP quanto às principais atividades socioprodutivas nas UPF, conforme segue:

Pouco Diversificada (PD): com TIP entre 01 a 33%, que corresponde ao **Ti** de 01 a 13 atividades socioprodutivas;

Diversificada (D): com TIP entre 34 a 66%, que corresponde ao **Ti** de 14 a 27 atividades socioprodutivas;

Altamente Diversificada (AD): com TIP entre 67 a 100%, que corresponde ao **Ti** de 28 a 41 atividades socioprodutivas.

Tendo em vista que na comunidade foi encontrado um total de 41 atividades socioprodutivas distintas, adotou-se como **Tg** esse total. Assim, se a fórmula fosse aplicada à uma UPF que tivesse apresentado o número total individual de atividades equivalente a 25, poderíamos considerar que sua tipologia seria Diversificada, por apresentar $TIP = 61\%$. Para compreender melhor a aplicação dessa tipologia e as estratégias que se constroem a maior ou menor diversidade de atividades socioprodutivas, se faz necessário conhecer a complexidade que perfaz o modo de vida camponês-ribeirinho.

2.3 O CAMPONÊS-RIBEIRINHO DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO E SEU MODO DE VIDA

Segundo Wanderley (2003, p. 46), “O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades”, cada agricultor familiar carrega consigo traços do campesinato, e há em si “um camponês bem acordado”. Para Wolf (1976), uma das características campesinas se define pela pluriatividade nas UPF. Na perspectiva de Schneider (2010), esta, por sua vez, consiste num “portfólio de atividades e produtos”, que vai além da diversificação de produções, a ser o camponês ora agricultor, carpinteiro, extrativista, marreteiro, artesão, etc. Para Ploeg (2009), esse modo de

vida camponês “consiste na luta por autonomia e por progresso”, em ambiente nem tanto favorável para produção e reprodução do seu modo de vida.

De modo semelhante isso se dá com os ribeirinhos da várzea amazônica, que “emergem como importante referência das primeiras formas de produção e organização do espaço amazônico processadas antes mesmo do início do processo de colonização” (FERREIRA, 2012, p. 6). Ademais, a várzea, ecossistema onde habita os camponeses-ribeirinhos amazônicos, por ser o primeiro ecossistema a ser explorado pelos europeus na Amazônia, também influenciou no modo de vida social, cultural e econômico dos camponês-ribeirinho (PEREIRA; WITKOSKI, 2012). Ressaltando as peculiaridades do modo de vida ribeirinho, Diegues (1996) distingue-os:

- a) pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais com os quais se constroem o modo de vida;
- b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se refletem na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais;
- c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente (DIEGUES, 1996, p. 87-88).

Para Costa (2009) as múltiplas atividades praticadas pelas famílias ribeirinhas do Baixo Tocantins, atrela-se à dinâmica das marés, e peculiaridades das várzeas locais que sofrem influência das estações inverno/verão amazônico. Nos meses de janeiro a maio, período de inverno, apresenta-se maior incidência de chuva, e elevação da lâmina d’água dos rios e igarapés que cobrem a superfície do solo, vinculando o modo de vida camponês-ribeirinho propício à prática da pesca, remetendo a imagem do camponês-ribeirinho pescador. Doutro modo, nos meses de verão, de agosto a dezembro, é o período de melhores condições econômicas e sociais das famílias, fatores atrelados positivamente à safra do açaí. Não menos importante, destaca-se as outras atividades socioprodutivas extrativistas e agroextrativistas, com destaque par as espécies regionais frutíferas.

Para Mendonça et al. (2007) e Silva et al. (2007), os camponeses-ribeirinhos possuem um modo tradicional de valores, que envolve crenças, ritos, experiências, laços comunitários atrelados à apropriação e uso dos recursos naturais, extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terras firmes, que perpetuam na organização social. Portanto, são detentores de amplo acúmulo de conhecimentos contextuais, principalmente dos componentes do ecossistema de várzea (SOUZA et al., 2018). Esses conhecimentos acumulados ao longo da vida, possibilitam aos camponeses-ribeirinhos, interações múltiplas com o ambiente que os cercam, que permite-lhes planejar estratégias de sobrevivência (MENDONÇA et al., 2007).

Em virtude dos conhecimentos contextuais e de sua relação de simbiose com a natureza, o camponês-ribeirinho estabelece uma forma diferenciada de uso dos recursos disponíveis no ecossistema (CRUZ, 2007). Para Ploeg (2009), o processo de coprodução, inerente ao modo de vida camponês, alinha interesses socioeconômicos e culturais ao respeito aos ecossistemas locais. A coprodução é o que lhes garante alimentação, trabalho, renda e melhor qualidade de vida (PLOEG, 2009).

No contexto amazônico, sobretudo nas UPF dos camponeses-ribeirinhos, os quintais agroflorestais, manejados, em maioria por mulheres, se destacam entre os outros subsistemas pela diversificação em área reduzida na UPF, constituindo-se um núcleo de biodiversidade que proporciona vários produtos além de um espaço de recreação para as crianças camponesas-ribeirinhas (CASTRO et al., 2007). Para esses autores, tais quintais agroflorestais são compreendidos como perfazendo:

A área ao redor da casa do produtor, onde são cultivadas árvores frutíferas, grãos, hortaliças, plantas medicinais e ornamentais e criação de animais, tem como finalidade principal a complementação da produção obtida em outras áreas de produção da propriedade, como a roça, a criação de animais, a floresta e as capoeiras melhoradas (CASTRO et al., 2007, p. 60).

Segundo Mendonça et al. (2007), essas práticas biodiversas pautam-se em uma mescla de conhecimentos originados de antepassados indígenas e imigrantes, sobretudo, nordestinos, assim como dos colonizadores e povoadores que adentraram no Brasil. E justamente esse modo de vida que lhe garante a permanência, para Ploeg (2009), está relacionada a uma busca constante por autonomia por parte desses camponeses. Ainda para este autor, a autonomia da produção camponesa também é buscada por meio da troca mútua não-mercantilizada na relação sociedade e natureza.

Na concepção de Godoi, Menezes e Marin (2009), os fundamentos econômicos associados às outras relações comunitárias, como festas, cerimônias, trocas de dons, visitas e enlances matrimoniais são indispensáveis para manter a cultura, produção, reprodução e existência das sociedades camponesas-ribeirinhas. Em contribuição, Wolf (1976, p. 17) acrescenta que “toda relação social está sempre cercada de construções simbólicas, que servem para explicá-las, justificá-la e regulá-la”. De fato, o campesinato é marcado por essas relações que aproximam os grupos camponeses, tornando-os protagonistas e resistentes diante das ameaças externas, sejam essas ambientais e/ou sociais (GODOI et al., 2009; SCHNEIDER; WEDIG, 2019).

Em ecossistema de terra firme, nas áreas altas que não sofrem influência da maré (preamar e baixamar) (SOARES, 2008), essas relações materializam-se também nos dias de

“convidados”, nos quais os amigos e parentes se reúnem através dos laços de reciprocidades para a plantação dos grandes roçados. Em ecossistema de várzea, essa relação se dá nos dias de colheita do açaí e envolve basicamente a família em um momento marcado por grande agitação, piadas e gargalhadas, que continuam após a colheita, nas reuniões familiares principalmente aos domingos, ou em cultos religiosos, para os evangélicos.

Entre outros aspectos do modo de vida camponês-ribeirinho, o trabalho produtivo depende do quantitativo de mão de obra ativa das famílias para planejar as etapas produtivas do que plantar, do tamanho da área cultivada e do excedente de produção (COSTA, 2007). Segundo Cruz (2007), para compreender a complexidade do modo de vida camponês-ribeirinho:

[...] parte-se do pressuposto de que é necessário observá-los no interior do desenvolvimento capitalista no campo, fundamentado no processo de monopolização do território, no qual o capital contraditoriamente monopoliza o território sem, contudo, territorializar-se. Isto significa que o capitalismo se expande de forma contraditória, ou seja, não expropria os camponeses, porém os transforma e efetua a metamorfose da renda da terra (CRUZ, 2007, p. 2).

Observa-se que os camponeses-ribeirinhos não estão completamente excluídos do capitalismo, pelo contrário, a relação com o capitalismo é vista como estratégia para o alcance da autonomia familiar (SCHNEIDER, 2010). Pois, a base de recursos autogerido pela família, ligados a um fluxo de atividades e produções agroextrativistas, planejadas estrategicamente ao longo do tempo, no interior da UPF, permite ao camponês-ribeirinho as diversificações produtivas, na maioria das vezes o excedente atrela-se à comercialização, favorável na obtenção de renda durante o ano e a autonomia alimentar (PLOEG, 2009).

2.4 AS ESPECIFICIDADES DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NA PESQUISA E DE SUAS ATIVIDADES SOCIOPRODUTIVAS

Nesse estudo, foram envolvidas 16 famílias de camponeses-ribeirinhos, atuantes na prática do agroextrativismo, mais precisamente no manejo do agroecossistema de várzea, do estuário da Ilha Guajará de Baixo. Ainda que se tenha buscado as famílias para participarem das entrevistas, em todos os casos, os interlocutores que mais se destacaram na fala foram os homens, considerado nas UPF como o chefe da família, remetendo-nos a existência do aspecto de gênero presente em Guajará de Baixo. As esposas e os filhos participaram pontualmente, em alguns casos, acrescentando novas informações ou complementando a fala do interlocutor principal. Das famílias estudadas, 69% eram proprietárias da UPF e 31% residiam junto com pais ou, em estabelecimentos separados, porém na mesma UPF e, exerciam o agroextrativismo

em companhia da família. Quanto ao nível de escolaridade dos considerados “chefes de família” pelas próprias famílias, todos estes homens, 31% concluíram o ensino médio e 69% realizaram o ensino fundamental. A idade média daqueles que concluíram o ensino médio é de 30 anos, e, de 55 anos para os quais realizaram o ensino fundamental. A Colônia de Pescadores Z-16, entidade que filia exclusivamente pescadores artesanais do município de Cametá, é a mais influente na Ilha Guajará de Baixo, visto que 62,5% dos entrevistados são filiados a ela, outros 25% ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais- STTR e, 12,5% não vinculam-se a nenhuma entidade, e argumentam não o serem, pois já encontrarem-se aposentados por tempo de contribuição, conforme disposto na Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, embora, antes da aposentadoria, estiveram filiados à Colônia de Pescadores Z-16 ou ao STTR. O principal motivo, indicado pelos entrevistados, que os leva a se filiarem a tais entidades com sede na cidade de Cametá, é a necessidade de apresentarem à previdência social, um tempo mínimo de contribuição de 30 anos para conseguir a aposentadoria por idade.

No município de Cametá, especificamente nos ecossistemas de várzea que abrangem as ilhas, existe grande potencial para produção agroextrativista nas UPF. Na Ilha Guajará de Baixo constatou-se que o tamanho das UPF dos camponeses-ribeirinhos é de 5 a 12 hectares. Em 2009, foi emitido pela Superintendência do Patrimônio da União do Estado do Pará- SPU/PA aos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo, o termo de autorização de uso da terra para desenvolvimento de atividades de forma sustentável. Com a autorização, os camponeses-ribeirinhos têm direito à posse da terra, ficando aptos a acessarem ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF. Nessas UPF de uso particular são praticadas a caça, a pesca, a coleta de frutos, criações de “xerimbabos”¹¹, entre tantas outras atividades socioprodutivas inclusas no cotidiano das famílias.

As UPF envolvidas nessa pesquisa são gerenciadas pelo chefe da família que são, majoritariamente, homens. Em sua ausência, a esposa ou o filho mais velho do casal assumem a gerência das atividades. Segundo Silvestro (2001), no contexto da agricultura camponesa, os filhos e filhas integram-se às atividades diárias da UPF desde muito cedo. Segundo os camponeses-ribeirinhos, essa integração inicia-se com tarefas mais “leves”, àquelas que não exigem tanto esforço físico e, conforme os filhos chegam à adolescência, gradativamente, as atividades “pesadas”, de maior grau de esforço físico e periculosidade, inserem-se em seus cotidianos.

¹¹ Animais de pequeno porte, como patos, galinhas caipiras, porcos, perus e marrecos.

Na Ilha Guajará de Baixo, constatou-se que, nas famílias dos camponeses-ribeirinhos, os homens adultos realizam todas as etapas produtivas, desde o “preparo da terra” (abertura de novas áreas para o cultivo de alguma espécie vegetal) que também são realizados em conjunto com as esposas no plantio, manejo e colheita das mais diversas culturas. Os filhos e filhas enquanto crianças, praticam, principalmente, a debulha do açaí, alimentam os xerimbabos, auxiliam nos afazeres domésticos e na pesca, crescendo e tornando-se adultos no habitual modo de vida camponês-ribeirinho. Geralmente, gradualmente, os jovens homens junto dos pais, vão assumindo o caráter protagonista das atividades e produções agroextrativistas, mais centrais para a sustentabilidade das UPF, como: roçagem, plantio, colheita, caça e, pesca. Em sua fase adulta, estes tornam-se os responsáveis pela gestão da UPF. Enquanto as mulheres jovens praticam o plantio e colheita e dividem-se entre essas atividades e os afazeres domésticos.

O planejamento das atividades dá-se no início dos ciclos produtivos e/ou semanalmente. Nestes momentos, são distribuídos os afazeres diários de cada membro da família camponesa-ribeirinha. Na etapa de aplicação da lista livre, foram citadas pelos camponeses-ribeirinhos um total de 41 atividades e produções agroextrativistas, praticadas durante o ano e, a finalidade de cada uma delas, conforme mostra na Tabela 1:

Tabela 1- Atividades socioprodutivas das Unidades de Produção Familiar, frequência de participação das famílias e suas finalidades (Continua)

Atividades socioprodutivas	Nome científico das espécies	Número de famílias que praticam	Frequência relativa (%)	Finalidade	
				Autoconsumo (%)	Comercialização (%)
1 Produção agroextrativista de açaí	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	16	100%	30%	70%
2 Atividade de pesca artesanal	-	16	100%	75%	25%
3 Extração de palmito de açazeiro	-	16	100%	-	100%
4 Extração de madeira (toras e tábuas)	-	16	100%	10%	90%
5 Criações de xerimbabos	-	12	75%	80%	20%
6 Cultivo de horticultura	-	11	69%	100%	-
7 Coleta extrativista de andiroba (amêndoas)	<i>Carapa guianensis</i> Aubl.	10	63%	-	100%
8 Produção de Lenha	-	10	63%	100%	-
9 Coleta extrativista de ucuúba (amêndoas)	<i>Virola surinamensis</i> (Rol.) Warb.	10	63%	-	100%
10 Coleta extrativista de buriti	<i>Mauritia flexuosa</i> L.	10	63%	85%	15%
11 Produção agroextrativista de limão	<i>Citrus limon</i>	9	56%	95%	5%
12 Produção agroextrativista de cacau (amêndoas)	<i>Theobroma cacao</i> L.	9	56%	30%	70%

Tabela 1- Atividades socioprodutivas nas Unidades de Produção Familiar, frequência de participação das famílias e suas finalidades (Continuação)

Atividades socioprodutivas	Nome científico das espécies	Número de famílias que praticam	Frequência relativa (%)	Finalidade	
				Autoconsumo (%)	Comercialização (%)
13 Produção agroextrativista de ingá	<i>Inga edulis</i>	9	56%	100%	-
14 Produção agroextrativista de jambo	<i>Syzygium malaccense</i>	8	50%	60%	40%
15 Produção agroextrativista de manga	<i>Mangifera indica</i> L.	8	50%	100%	-
16 Produção agroextrativista de cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	8	50%	70%	30%
17 Atividade de Caça	-	8	50%	100%	-
18 Produção agroextrativista de ajurú	<i>Chrysobalanus icaco</i>	8	50%	100%	-
19 Produção agroextrativista de ameixa	<i>Syzygium cumini</i>	7	44%	100%	-
20 Produção agroextrativista de banana	<i>Musa</i> spp.	7	44%	100%	-
21 Produção agroextrativista de mamão	<i>Carica papaya</i> L.	7	44%	100%	-
22 Produção agroextrativista de goiaba	<i>Psidium guajava</i>	7	44%	100%	-
23 Atividade de tecelagem artesanal*	-	7	44%	40%	60%
24 Extração de óleo de andiroba	-	7	44%	10%	90%
25 Produção de sabão em barra	-	7	44%	50%	50%

Tabela 1- Atividades socioprodutivas nas Unidades de Produção Familiar, frequência de participação das famílias e suas finalidades

(Continuação)

Atividades socioprodutivas	Nome científico das espécies	Número de famílias que praticam	Frequência relativa (%)	Finalidade		
				Autoconsumo (%)	Comercialização (%)	
26	Produção agroextrativista de bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i> Mart.	6	38%	100%	-
27	Produção agroextrativista de fruta-pão	<i>Artocarpus altilis</i>	6	38%	100%	-
28	Produção de carvão	-	5	31%	40%	60%
29	Produção agroextrativista de araçá	<i>Psidium</i> spp.	5	31%	100%	-
30	Produção extrativista de Taperebá	<i>Spondias mombin</i> L.	5	31%	100%	-
31	Produção agroextrativista de laranja	<i>Citrus sinensis</i> L.	5	31%	100%	-
32	Produção agroextrativista de coco	<i>Cocos nucifera</i>	5	31%	100%	-
33	Produção agroextrativista de caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.	5	31%	100%	-
34	Atividade de piscicultura	-	4	25%	30%	70%
35	Produção agroextrativista de pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>	4	25%	100%	-
36	Produção extrativista de jacaicá	<i>Antrocaryon amazonicum</i> Ducke	4	25%	60%	40%
37	Produção agroextrativista de abacaxi	<i>Ananas comosus</i> L.	4	25%	100%	-

Tabela 1- Atividades socioprodutivas nas Unidades de Produção Familiar, frequência de participação das famílias e suas finalidades (Conclusão)

Atividades socioprodutivas	Nome científico das espécies	Número de famílias que praticam	Frequência relativa (%)	Finalidade	
				Autoconsumo (%)	Comercialização (%)
38 Coleta extrativista de Murumuru (amêndoas)	<i>Astrocaryum murumuru</i> Mart.	3	19%	-	100%
39 Produção agroextrativista de abiu	<i>Pouteria caimito</i>	2	13%	100%	-
40 Carpintaria de canoas e remos	-	1	6%	15%	85%
41 Cultivo de pimenta-do-reino	<i>Piper nigrum</i> L.	1	6%	-	100%

Fonte: Dados de campo (2020).

* A atividade de tecelagem artesanal é voltada para a produção de utensílios utilizados diariamente do dia-a-dia do camponês-ribeirinho, no decorrer desse artigo, iremos aprofundar mais sobre este item.

Os resultados da Tabela 1 indicam que das 41 principais atividades socioprodutivas, existem proporções distintas acerca da finalidade. Verificou-se que 88% das atividades socioprodutivas geram algum produto para o autoconsumo (madeira, alimento, medicinais, utensílios, combustível, etc.), enquanto que 12% são inseridas exclusivamente nos mercados, 49% exclusivamente para o autoconsumo e 39% detém dupla finalidade. Para Chayanov (1974), a necessidade de produção para o autoconsumo, das famílias camponesas, implica na complexidade da organização da unidade produtiva e, na dimensão da renda complementar. Na Ilha Guajará de Baixo, a renda das atividades socioprodutivas vincula-se ao quantitativo de excedente de produção, pois a prioridade dos camponeses-ribeirinhos consiste no abastecimento da UPF, principalmente com produções alimentícias.

Ressalta-se a importância das frutíferas para o autoconsumo e segurança alimentar das famílias. 100% das frutíferas disponibilizam frutos que são consumidos na UPF e, também, comercializados. Destaca-se que 71% das frutíferas produzem frutos exclusivamente para o autoconsumo dos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo (Figura 2). As espécies frutíferas, como limoeiro (*Citrus limon*), ingazeiro (*Ínga edulis* Mart.), jambeiro (*Syzygium malaccense* L.), mangueira (*Mangifera indica*), cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), ajuruzeiro (*Chrysobalanus icaco*), ameixeira (*Syzygium cumini*), bananeira (*Musa* spp.), laranjeira (*Citrus sinensis*), coqueiro (*Cocos nucifera*), cajueiro (*Anacardium occidentale*), mamoeiro (*Carica papaya*), abieiro (*Pouteria caimito*), goiabeira (*Psidium guajava*), araçazeiro (*Psidium* spp.), fruta-pãozeira (*Artocarpus altilis*), pupunheira (*Bactris gasipaes*) e abacaxizeiro (*Ananas comosus*), são plantadas em quintais agroflorestais e manejadas principalmente pelas mulheres, com exceção do açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.), buritizeiro (*Mauritia Flexuosa* Mart.), taperebazeiro (*Spondias mombin* L.), jacaiacazeiro (*Antrocaryon amazonicum* Ducke), bacabeira (*Oenocarpus bacaba* Mart.) e cacauzeiros (*Theobroma cacao* L.) que se estendem em diversos espaços físicos da UPF.

Figura 2- Produção de frutos das Unidades de Produção Familiar dos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo. Destaques para: A- Cesto com jambo, cacau, araçá, cupuaçu, laranja e coco; B- Laranja, cacau, coco, laranja ingá e mamão; C- Cacho de açaí; D- Buriti; E- Produção de Abacaxi na várzea

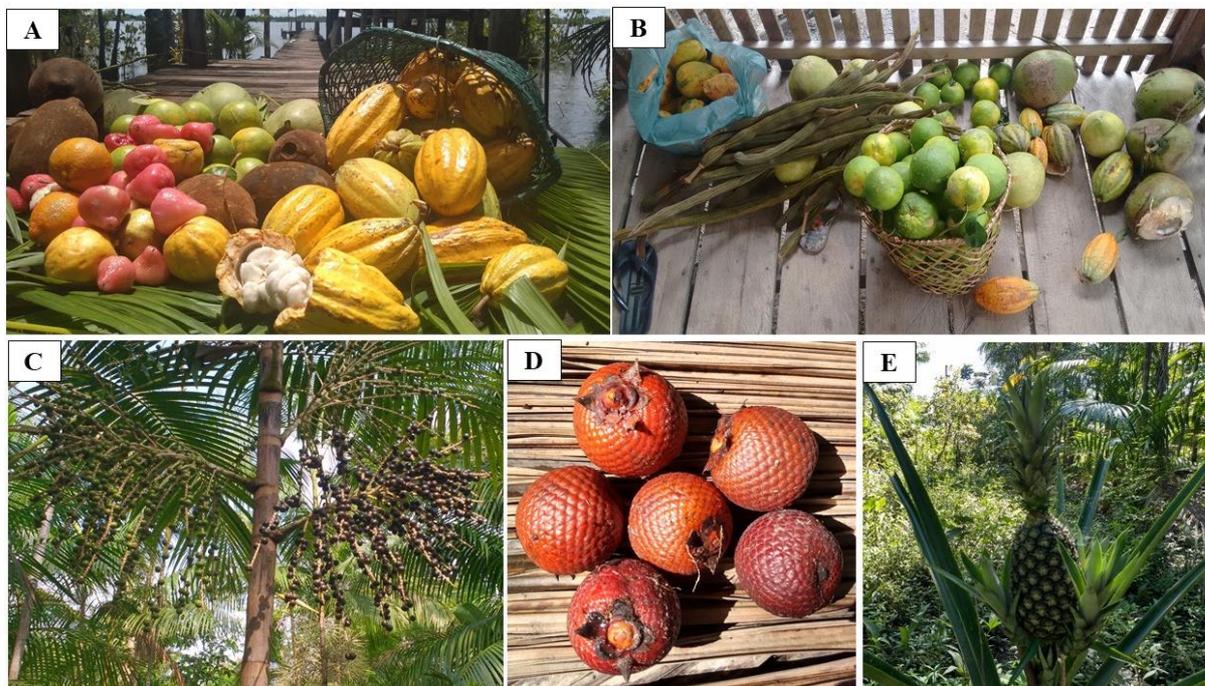


Foto: Arquivos de campo (2020).

Na comunidade de Guajará de Baixo, o autoconsumo é percebido como uma estratégia alimentar para reprodução social das unidades familiares. Produzir para o autoconsumo inclui a preservação do hábito alimentar cultural, minimizando a necessidade de acesso ao mercado para a compra de alimentos, dos quais, em muitos casos, se desconhece a procedência. Das produções de frutíferas, 100% dos camponeses-ribeirinhos afirmaram ser o açaí a mais importante, pois “no almoço e na janta a família consome, seja com camarão, peixe, carne, feijão, tem que ter o açaí com farinha, pra encher a barriga” (Camponês-ribeirinho, 34 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, set/2020). Essa relevância apontada no trecho de entrevista materializa-se na abundância e alta produção da frutífera nas unidades produtivas. O consumo de açaí faz parte do hábito alimentar de todas as classes da população paraense, assim como incrementa a renda do camponês-ribeirinho que produz e comercializa (RIBEIRO, 2014).

Na Tabela 1, a frequência relativa apresentada das principais atividades e produções agroextrativistas revela que 100% dos interlocutores são produtores agroextrativista de açaí, desenvolvem a extração de palmito do açazeiro e de madeiras em toras e, praticam a pesca artesanal. A elevada frequência (100%) de produção do palmito de açazeiro e madeira em toras

é resultado do manejo anual e expansão dos açazais dos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo, como destacado nos trechos de entrevistas a seguir:

No final da safra do açaí, fazemos o desbaste das touceiras e retirada das árvores que provocam muita sombra para o açazal (Camponês-ribeirinho, 58 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, out/2020).

Todo ano temos que tirar o palmito e cortar algumas árvores. Se deixar o açazal muito fechado, ele produz pouco (Camponês-ribeirinho, 45 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, nov/2020).

A maioria das árvores são cortadas para a expansão das áreas de açazal (Camponês-ribeirinho, 31 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, dez/2020).

No final da safra do açaí, os camponeses-ribeirinhos realizam a extração do palmito dos açazeiros, resultante do manejo das touceiras dos açazeiros, em que são retirados os estipes mais altos, improdutivos e defeituosos, deixando em média de 4 a 5 estipes por touceiras. Os palmitos são vendidos para intermediários (Figura 3) que compram a produção na Ilha Guajará de Baixo e repassam para as agroindústrias processadoras de conserva de palmito de açaí.

Figura 3- Intermediário atuante na compra de palmito na Ilha Guajará de Baixo



Foto: Arquivo de campo (2020).

Azevedo e Kato (2007), ao pesquisarem sistemas de manejo de açazais nativos realizados por camponeses-ribeirinhos do estuário amazônico, constataram que o manejo intensivo é o que mais contribui para o raleamento da mata (extração de madeira) e corte dos estipes (extração do palmito). Segundo os camponeses-ribeirinhos entrevistados, nas UPF de Guajará de Baixo, a intensificação no manejo dos açazais iniciou em 2000, devido à alta demanda pelo fruto no mercado externo.

Na safra do fruto, ou seja, entre os meses de agosto a dezembro, 70% da produção agroextrativista é destinada ao mercado, na entressafra, nos meses de janeiro a junho, a comercialização reduz para 25% devido à baixa produção e prioritariamente a demanda

familiar. No contexto atual, há três opções de mercados a serem acessados pelos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo para a comercialização do fruto: feira livre; batedores¹² nas vilas de Porto Grande e Carapajó e; comerciante-intermediário.

Apesar do acesso constante aos mercados de comercialização do açaí, constatou-se que 69% dos camponeses-ribeirinhos selecionam no ato da colheita, o açaí de melhor qualidade (tuíra¹³) (Figura 4) para o autoconsumo, assim como, na entressafra, 75% dos entrevistados, destinam a produção exclusivamente para o consumo familiar. Na ausência do açaí, o suco da bacaba é consumido por 38% dos entrevistados. Observa-se que no modo de vida camponês-ribeirinho, na safra do açaí, ocorre a flexibilidade entre autoconsumo e acesso a mercados, no período de entressafra, prioritariamente, a produção se destina ao autoconsumo. Nota-se que o acesso aos mercados se integra como opção de renda, enquanto a prioridade da produção é atender as demandas das famílias, com produtos de qualidade, que colaboram na continuidade do ciclo reprodutivo da família.

Figura 4- Produção de açaí “tuíra”



Foto: Arquivo de campo (2020).

Para sombreamento e consórcio com os açaizais, os camponeses-ribeirinhos priorizam espécies florestais nativas que forneçam madeira e lenha, como: andirobeira (*Carapa guianensis* Aubl.), ucuúbeira (*Virola surinamensis* (Rol.) Warb.), pracuúbeira (*Mora paraensis*), magunsaleiro, seruzueiro (*Allantoma lineata*), cinzeira (*Vochysia Tucanorum*) e pitaiqueira (*Swartzia polyphylla*) e, frutíferas. Em 88% das UPF, as espécies madeireiras são

¹² Trabalham em estabelecimentos que processam o açaí *in natura* para retirada do suco e posterior comercialização para consumidores locais.

¹³ É o estado mais avançado da maturação do fruto, no qual ele apresenta uma espécie de pó branco cobrindo-o (HOMMA et al., 2006).

provenientes de regeneração natural e encontram-se em maior frequência no “centro do mato”, termo usado pelos camponeses-ribeirinhos para identificar as áreas mais afastadas do estabelecimento, localizadas nos fundos do terreno da UPF. A derrubada dessas árvores para a extração de madeira acontece por vários motivos, como a abertura de novas áreas para a expansão dos açaiçais; a constatação de que as árvores estão muito adensadas, com copas extensas que causam sombreamento excessivo aos açaizeiros; a demanda por tábuas para as construções de casas, galpões, embarcações; e para a venda de madeira em toras (Figura 5) para donos de serrarias nas Ilhas de Guajará de Cima e Guajará de Baixo.

Figura 5- Jangada de madeiras em toras destinada à venda em serrarias



Foto: Arquivo de campo (2021).

Na Ilha Guajará de Baixo, a falta de madeiras de lei com Diâmetro Acima do Peito-DAP superior a 2 metros, ideal para a construção de canoas para a pescaria (Figura 6), tem acarretando a compra desse meio de transporte em outros locais. Constatou-se apenas um (1) interlocutor que domina as técnicas de carpintaria de cascos (canoas) e remos (Figura 6). Este mesmo afirmou que o valor de venda de uma canoa de 4 metros é de, aproximadamente, R\$800,00, pela carência e elevado preço da madeira de lei.

Figura 6- A- Remo; B- Carpintaria de canoa e; C- Canoa movida a remo utilizada por camponês-ribeirinho na pesca de camarão com matapi



Fotos: Arquivos de campo (2015; 2020).

Em se tratando da produção agroextrativista de amêndoas de andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), ucuúba (*Virola surinamensis* (Rol.) Warb.) e cacau (*Theobroma cacao* L.) (Figura 7), esta é bastante presente nas UPF e é de grande interesse da maioria dos camponeses-ribeirinhos, principalmente daqueles que não dependem exclusivamente da produção agroextrativista do açai. A produção de amêndoas de 100% dos camponeses-ribeirinhos entrevistados é comercializada de modo a complementar sua renda no período de entressafra do açai. Nos meses de janeiro a junho são comercializadas amêndoas de andiroba e cacau. Durante os meses de fevereiro a abril, também há produção de ucuúba e murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart.). As amêndoas de cacau seco chegaram a ser vendidas por R\$ 15,00/Kg, em 2020, para um empresário intermediário, na cidade de Cametá. Enquanto o Kg das amêndoas de andiroba foi vendido a R\$ 0,75, da ucuúba a R\$ 1,00 e do murumuru a R\$ 1,20, as três produções para um comerciante-intermediário na Ilha Guajará de Baixo.

Figura 7- Amêndoas de espécies florestais. Destaques para: A- Andiroba; B- Cacau e; C- Murumuru



Fotos: Arquivos de campo (2015; 2020).

A importância da permanência das andirobeiras nas UPF dos camponeses-ribeirinhos relaciona-se para além do uso da madeira e comercialização. Quarenta e quatro por cento (44%) das famílias agrega valor comercial na extração do óleo das amêndoas e aproveitam os resíduos para a produção de sabão em barras. Nessa atividade, destaca-se a participação das mulheres e o fato de que tanto o óleo quanto o sabão são utilizados nas UPF e comercializados.

O litro do óleo chegou a ser vendido por R\$ 40,00 na comunidade, no ano de 2020. Para fins medicinais, o uso do óleo da andiroba é utilizado pelos camponeses-ribeirinhos para “afumantação”¹⁴ de machucados, reumatismos e inflamações de garganta. Os trechos, a seguir, extraído de entrevistas com os camponeses-ribeirinhos, enfatizam a importância da andirobeira, bem como dos seus produtos, nas UPF:

As árvores de andiroba e ucuúba a gente sempre procura ir deixando no meio do açail. São árvores úteis para sombrear o açail e evitar que o açai resseque (Camponês-ribeirinho, 43 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, ago/2020).

No inverno, elas servem como complemento de renda. A gente consegue um dinheirinho com a venda dessas sementes para o intermediário e assim ajuda nas despesas aqui de casa (Camponês-ribeirinho, 29 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, agot/2020).

O azeite (óleo) da andiroba minha mulher usa na afumantação, quando a gente pega algum baque ou quando as crianças estão com a garganta doendo (Camponês-ribeirinho, 61 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, nov/2020).

Para Ploeg (2009), no modo de produção camponesa, existe uma mescla entre produção agrícola e artesanal, em que uma parte fica na UPF para ser utilizada pelos camponeses e outra circula como mercadoria, apesar de que o acesso aos mercados não é o fator de maior relevância para as famílias. Em Guajará de Baixo, os utensílios de tecelagem artesanal,

¹⁴ Mistura do óleo de andiroba com ervas medicinais feita por um especialista, conhecido na comunidade como “curador” e “puxador”. Somente eles detêm esse conhecimento contextual da cura por meio da afumantação.

como o paneiro¹⁵, o cesto (lata)¹⁶, o paneiro-de-costa¹⁷, o matapi¹⁸, o pãri¹⁹, o abano²⁰, e o tipiti²¹, estão presentes na execução de atividades cotidianas dos camponeses-ribeirinhos.

Percebe-se que o modo de vida camponês-ribeirinhos se ajusta e reconstrói-se conforme os interesses desses atores, se adaptando também, muitas vezes, às estações do ano (WANDERLEY, 2003). Se no verão (várzea seca), o olhar das famílias se volta mais à colheita do açaí para o acesso a mercados, no inverno (várzea alagada), a atividade da pesca artesanal e o extrativismo das amêndoas de andiroba, ucuúba e murumuru predominam na Ilha Guajará de Baixo. Assim, os arranjos das UPF se reconfiguram dinamicamente, pautados nos interesses dos camponeses-ribeirinhos, os quais são, em alguns casos, impulsionados por determinadas situações, como, por exemplo, a falta de matéria-prima para a construção dos utensílios, que vem se dando devido à expansão dos açazais para fins comerciais.

Segundo Corrêa (2010), o interesse dos camponeses-ribeirinhos do Baixo Tocantins para com a atividade pesqueira e a produção de açaí está relacionado ao fato de o açaí, o peixe e o camarão serem as principais fontes de alimento das famílias, bem como, alternativas de renda. A pesca artesanal praticada pelos camponeses-ribeirinhos acontece no rio Guajará, que é de uso coletivo e, em igarapés²² de uso particulares, situados dentro de suas UPF. 75% do pescado capturado torna-se fonte de proteína para as famílias. Tal constatação corrobora as reflexões de Marques, Tavares e Copetti (2020), que indicam que a principal finalidade da produção da pesca artesanal, no Baixo Tocantins, ainda é a alimentação familiar e, a comercialização, quando excedente.

Ultimamente, os camponeses-ribeirinhos convivem com a escassez de peixes e camarões e, frequentemente, não conseguem capturar nem para o autoconsumo. Essa realidade, segundo os entrevistados, se dá devido à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE),

¹⁵ Utensílio em formato de cesto, oscila em tamanhos maiores ou menores que o cesto (lata).

¹⁶ Utensílio em formato de cesto, com capacidade definida para 15 kg, utilizado como medida padrão na venda do açaí.

¹⁷ Traçados com talas (fibras) selecionadas de jacitara (*Desmoncusorthacanthus* Mart.), e arumã (*Ishnosiphon Ovatus*), ou fita de arquear, de espessura circular e comprimento maior em comparação ao paneiro e o cesto, com fustes de diâmetros finos, armados na vertical e amarrados com envira vegetal (material fibroso, longo e resistentes, extraído da “casca” de árvores) nas circunferências do paneiro que permite sustentação da base ao solo e resistência. Com as enviras também são tecidas as duas alças, fixadas no paneiro, que são presas entre o peitoral e os ombros do condutor para o utensílio se manter na costa.

¹⁸ Apetrecho de formato cilíndrico, fechado de cada lado por um funil, confeccionado com talas de jupatizeiro (*Rhapis excelsa*) e amarras de cipó, utilizado para a captura de camarão (ARAÚJO et al., 2014).

¹⁹ Apetrecho em formato de tapume, armado com tala de jupatizeiro (*Raphia taedigera* Mart.) e amarrada com envira vegetal.

²⁰ Utensílio de tecelagem em formato de leque, confeccionado com talas (fibra) de arumã ou buritizeiro.

²¹ Utensílio traçado com fibra de buritizeiro, com duas aberturas nas extremidades, em formato cilíndrico de aproximadamente 2 metros de comprimento, usado como prensa ou espremedor.

²² Curso d'água, de pequena profundidade, afluente do rio Guajará, que percorre o interior da unidade produtiva.

a pesca predatória e a ausência de “acordos de pesca”²³. A Construção da UHE represou o rio Tocantins, em consequência, assoreou vários trechos, impedindo que espécies de peixes regionais subissem às cabeceiras do rio para desovarem, influenciado nas diminuições dos estoques pesqueiros (MARQUES et al., 2020).

Salienta-se que os camponeses-ribeirinhos ficam proibidos de exercerem a pesca no defeso²⁴, que compreende o período entre 01 de novembro ao último dia do mês de fevereiro. Ainda que exista essa normativa, algumas famílias não respeitam os acordos, e argumentam que o motivo é a necessidade de conseguir o alimento, e em alguns casos, se guiam pelos próprios vizinhos que não respeitam o defeso.

A redução dos estoques pesqueiros no rio Guajará e afluentes motivou 25% dos entrevistados a recorrerem à criação de peixes em tanques escavados, realizando a piscicultura, no ecossistema de várzea. Segundo Brabo, Ferreira e Veras (2016), o registo da primeira piscicultura, em várzea do Baixo Tocantins, foi em 1988, primeiramente no município de Abaetetuba e, em seguida, em Cametá e Igarapé-Miri, ocorrendo posteriormente à inauguração da UHE de Tucuruí, em 1984.

A maior parte (70%) da produção de peixes em piscicultura é vendida na própria comunidade, principalmente, durante os meses de março e abril no período da Semana Santa, no qual os religiosos não consomem carne vermelha. O restante (30%) é consumido pela própria família que produz. O camponês-ribeirinho, acrescenta: “Já que no rio tem pouco peixe, eu resolvi fazer um poço [tanque] aqui no lado de casa pra criar o meu peixe. Quando dá vontade de comer, eu vou lá e pego, dois, três... é muito melhor do que depender só do rio. Quando chega a Semana Santa, eu vendo aqui mesmo” (Camponês-ribeirinho, 45 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, nov/2020).

Para além dos potenciais da várzea há também as limitações relacionadas a algumas atividades socioprodutivas, como a criação de xerimbabos, cultivo de hortas e plantação da pimenta-do-reino. Muitos camponeses-ribeirinhos se interessam pela criação de xerimbabos, pois estes servem como alimento e geração de renda, principalmente as galinhas caipiras, os patos e os suínos. Todavia, os conflitos entre vizinhanças por esses animais adentrarem em

²³ Conjunto de normas criadas pelas comunidades ribeirinhas, com o apoio de outras instituições como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Colônia de Pescadores e Organizações Não Governamentais para o controle da pesca na região, visando a conservação dos recursos pesqueiros (TAVARES; DIAS, 2014).

²⁴ No inciso XIX, da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, o defeso é definido como a paralisação temporária da pesca para a preservação da espécie, tendo como motivação a reprodução e/ou recrutamento, bem como paralisações causadas por fenômenos naturais ou acidentais.

propriedades alheias e os furtos que ocorrem, geralmente, quando eles se deslocam para longe dos estabelecimentos, têm desestimulado a continuidade na criação de xerimbabos.

Constatou-se nas UPF dos camponeses-ribeirinhos que nos quintais agroflorestais de todas as famílias entrevistadas e, nas hortas, praticadas por 63% das famílias, encontra-se ampla diversificação de plantas medicinais, olerícolas e ornamentais. Nessas produções a principal dificuldade é o fluxo de maré alta que alaga os solos e limita o cultivo de espécies não adaptáveis a ambientes alagados. Devido às condições adversas, os camponeses-ribeirinhos improvisam estratégias e recorrem ao cultivo de hortas em “jiraus”²⁵ suspensos e em paneiros (Figura 8), localizados próximos à ponte principal²⁶. Essa estratégia facilita os tratos culturais e colheita. Nessas hortas, os camponeses-ribeirinhos utilizam insumos orgânicos, como a serragem, retiradas nas serrarias e caroço de açaí curtido, encontrados em todas as UPF dos entrevistados.

Figura 8- Horticultura em paneiros e jiraus suspensos



Fotos: Arquivos de campo (2020).

Afirmam os entrevistados que a diversidade de espécies que consta no Quadro 1 não é comercializada. Entretanto, a troca delas entre os vizinhos é muito comum. Inclusive, a própria diversificação existente das espécies encontradas nesses espaços é resultado das trocas realizadas entre as mulheres da comunidade, principais responsáveis pelos cuidados desses espaços produtivos.

²⁵ Leiras suspensas, no formato de uma caixa, abastecidas por esterco, nas quais são cultivadas distintas variedades de espécies vegetais.

²⁶ Termo usado pelos camponeses-ribeirinhos para diferenciar a ponte que dá acesso do rio para a entrada da casa e vice-versa, das outras pontes que se localizam nos fundos do estabelecimento, que dão acesso ao galinheiro, ao banheiro, etc., muitas delas construídas com estipes de açaizeiros.

Quadro 1- Horticultura em Unidades de Produção Familiar na Ilha Guajará de Baixo

MEDICINAIS	Nome comum	Nome Científico	OLERÍCOLAS	Nome comum	Nome Científico
	Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i>		Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>
	Amor-crescido	<i>Portulaca pilosa</i> L.		Alho	<i>Allium sativum</i>
	Arruda	<i>Ruta graveolens</i>		Cebolinha	<i>Allium schoenoprasum</i>
	Babosa	<i>Aloe vera</i>		Chicória	<i>Eryngium foetidum</i> ,
	Boldo	<i>Plectranthus barbatus</i>		Coentro	<i>Coriandrum sativum</i>
	Camomila	<i>Matricaria chamomilla</i> L.		Cominho	<i>Cuminum cyminum</i>
	Canela	<i>Cinnamomum zeylanicum</i>		Couve	<i>Brassica oleracea</i>
	Capim marinho	<i>Cymbopogon citratus</i>		Jambú	<i>Acmella oleracea</i>
	Catinga-de-Mulata	<i>Tanacetum vulgare</i>		Pimenta de cheiro	<i>Capsicum chinense</i>
	Erva cidreira	<i>Melissa officinalis</i>		Pimentinha	<i>Erythroxylum sp.</i>
	Erva doce	<i>Pimpinella anisum</i>			
	Esturaque	Não identificada	ORNAMENTAIS	Nome comum	Nome Científico
	Gengibre	<i>Zingiber officinale</i>		Cacto	<i>Cactaceae</i>
	Hortelã	<i>Mentha spicata</i>		Girassol	<i>Helianthus annuus</i>
	Malva-do-reino	<i>Malva sylvestris</i>		Jasmim	<i>Jasminum</i>
	Manjeriçã	<i>Ocimum basilicum</i>		Lírio	<i>Lilium</i>
	Marupaí	<i>Eleutherine plicata</i> Herb.		Margarida	<i>Leucanthemum vulgare</i>
	Mastruz	<i>Dysphania ambrosioides</i> L.		Orquídea	<i>Orchidaceae</i>
	Pariri	<i>Arrabidaea chica</i>		Pampolha	<i>Hibiscus</i>
	Pirarucu	<i>Bryophyllum pinnatum</i>		Rosa	<i>Rosaceae</i>
	Sucuriçu	<i>Mica sp.</i>		Samabaia	<i>Nephrolepis exaltata</i>
	Terramicina/Doril	<i>Alternanthera brasiliana</i>	Tulipa	<i>Tulipa L.</i>	
	Unha de gato	<i>Alternanthera brasiliana</i>			
Urtiga	<i>Urtica dioica</i>				
Vergamota	Não identificada				

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Constatou-se que 25 espécies medicinais presentes nesses espaços estão associadas ao tratamento fitoterápico de enfermidades. Isso pode ser explicado devido ao fato de, na

comunidade, não existir posto de saúde e farmácia e, quando os camponeses-ribeirinhos precisam de atendimento médico, é necessário recorrer à cidade de Cametá, trajeto fluvial de aproximadamente 1 hora de lancha²⁷. As 10 espécies de olerícolas citadas são apreciadas na culinária ribeirinha. Segundo as famílias entrevistadas, o cheiro-verde, composto por alfavaca, chicória, cebolinha, alho e coentro, não pode faltar nas hortas, por ser o principal tempero que dá sabor típico ao caldo de peixe cozido. Quanto às 10 espécies ornamentais, estas se destacam pela exuberância das flores e enfeitam os arredores dos estabelecimentos, em especial a entrada das casas. As espécies menores são colocadas em vaso ou paneiros, nas extremidades laterais da ponte principal. Na chegada do verão, iniciação a floração e embelezam o peculiar modo de vida camponês-ribeirinho.

A produção de pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.), apesar de ser uma atividade bastante lucrativa, e que é realizada nas redondezas, por muitos camponeses que habitam em ecossistema de terra firme, na Ilha Guajará de Baixo, não desperta o interesse dos camponeses-ribeirinhos. Foi identificado apenas um produtor que a realiza em formato de monocultivo. Este é realizado em área da UPF de solo mais elevado e no qual, nos meses de verão, não há inundação proveniente da maré. Apesar das estratégias de plantio, as doenças fúngicas, comuns em solos muito úmidos, de acordo com o entrevistado que desenvolve o cultivo, é o que têm limitado a produção. A Fusariose procedente do fungo *fusarium*, durante os meses de inverno, período em que diariamente a maré inunda por completo a várzeas do estuário da Ilha Guajará de Baixo, é a doença mais expressiva nesse sentido.

Os arranjos produtivos nas UPF dos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo dependem dos interesses e necessidades das famílias. Existem aquelas que priorizam maior diversificação, enquanto outras famílias tendem para um modelo de agricultura com menor diversificação. Os trechos, das falas, dos camponeses-ribeirinhos, evidenciam-se percepção sobre diversificação produtiva:

Aqui temos de tudo um pouco, sabemos que dependemos do que a gente planta e da natureza que nos dá o alimento e até uma renda extra (Camponês-ribeirinho, 43 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, ago/2020).

No meu terreno eu mantenho a diversificação conforme a necessidade do momento, por exemplo, se hoje o açaí está bom pra venda, eu foco mais no açaí (Camponês-ribeirinho, 61 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, nov/2020).

Para Ploeg (2009), no modo de produção camponesa, são as bases de recursos disponíveis no ecossistema que proporcionam diferentes formas de coprodução, essa, por sua

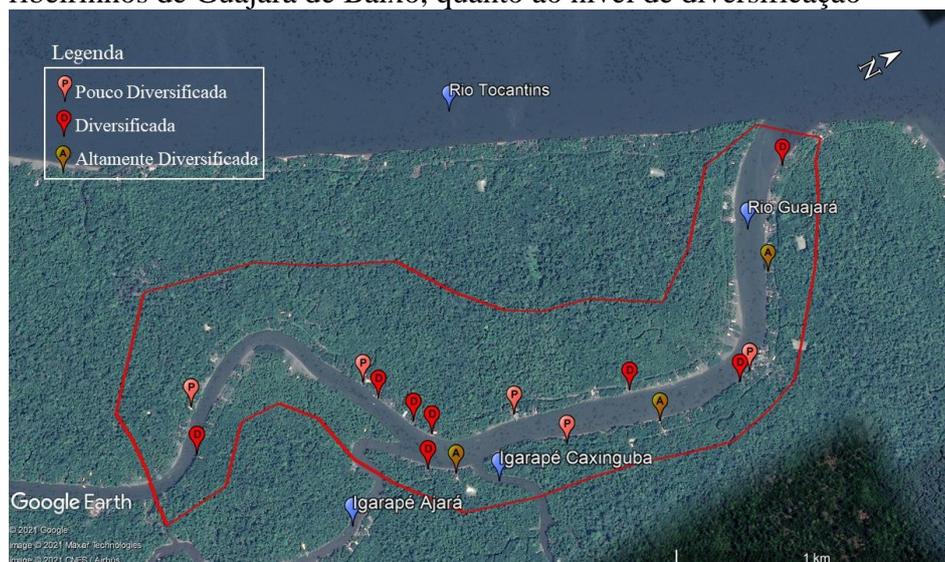
²⁷ Embarcação motorizada, construída em madeira, por carpinteiros, é muito utilizada em comunidades ribeirinhas para o transporte fluvial de pessoas e mercadorias.

vez retroalimenta os ciclos produtivos e, influencia diretamente para a melhoria quantitativa nas UPF, atreladas às estratégias das atividades socioprodutivas, planejadas pelas famílias, podem traduzir-se em ampliação da autonomia. Na Ilha Guajará de Baixo, as UPF dos camponeses-ribeirinhos apresentam configurações distintas, como será possível ver a seguir.

2.4.1 Tipologias das unidades de produção familiar da Ilha Guajará de Baixo

À luz dos dados construídos por meio da listagem livre de atividades socioprodutivas vinculadas às UPF dos camponeses-ribeirinhos da Ilha Guajará de Baixo, propõe-se aqui apresentar três tipologias quanto ao nível de diversificação dessas unidades: Pouco Diversificada (PD); Diversificada (D) e; Altamente Diversificada (AD). A Figura 9, apresta a localização das UPF identificando as tipologias.

Figura 9- Mapeamento das tipologias das UPF dos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo, quanto ao nível de diversificação



Fonte: Pesquisa de campo (2020), Google Earth (2021).

- Diversificada- D

Na aplicação da fórmula ($TIP = Ti \times 100/Tg$) à realidade da Ilha Guajará de Baixo, constatou-se em maior frequência (50%) a tipologia Diversificada-D. Tendo em vista que foram citadas um **Tg** de 41 atividades socioprodutivas, nas UPF D, encontrou-se um **Ti** mínimo de 16 e máximo de 26 atividades socioprodutivas.

Em UPF D, as atividades socioprodutivas de maior importância para as famílias são distribuídas em ciclos: anual; verão (agosto a dezembro) e; inverno (janeiro a maio). A criação de xerimbabos é realizada por 75% das famílias, seguido pelo cultivo de hortas (63%) e a caça

de animais silvestres (50%), que são mantidas durante o ano todo. O açaí é o principal produto relacionado à geração de renda na época do verão, período de safra do fruto. No inverno, a ocupação de 88% dos entrevistados das UPF D concentra-se na coleta de amêndoas de andirobas e ucuúba, 44% na extração de óleo e fabricação artesanal de sabão e 38% na tecelagem de utensílios artesanais.

Para atender a demanda das atividades socioprodutivas nas UPF D, utiliza-se essencialmente mão de obra familiar. Embora, quando necessário, na coleta do açaí, recorre-se à contratação de peconheiros²⁸, que cobram um valor de R\$ 10,00/lata/14kg. Ressalta-se que as famílias de UPF D, durante a safra do açaí, realizam a comercialização do fruto, até 5 vezes na semana por meio de: comerciantes-intermediários, batedores e feiras. Na entressafra, apenas 38% dessas famílias, conseguem excedente produtivo do açaí, que são vendidos aos batedores.

Observa-se que apesar do trabalho constante nas atividades socioprodutivas, as famílias de tipologia D incluem em seu planejamento familiar os finais de semana como dias de descanso, que também são marcados por reuniões e almoço em família. Essas manifestações, configuram-se como estratégias para reafirmação dos laços afetivos familiares.

- Pouco Diversificada- PD

Com representatividade de 31%, as UPF Pouco Diversificadas-PD apresentam o **Ti** entre 8 e 11 atividades socioprodutivas. Para os camponeses-ribeirinhos de UPF PD, o verão é a estação do ano mais aguardada, por se o período da safra do açaí, caracterizando-se a principal atividade socioprodutiva das famílias. Na safra do fruto (agosto a dezembro), os camponeses-ribeirinhos conseguem maior renda anual com a venda expressiva do açaí aos comerciantes-intermediários. No entanto, observou-se que na mesma intensidade que entram recursos, também saem: com a compra de utensílios de tecelagem artesanal das famílias de UPF AD e D; pagamento de peconheiros; e em diárias pagas para o manejo do açazal. O interlocutor da UPF PD, relata:

A minha produção é grande, mas entra as despesas como a compra de paneiros, contrato de peconheiros e ainda tem a roçagem do terreno três vezes no ano. Toda safra eu compro em torno de 50 latas, cada uma custa 10 reais, aí vem o pagamento do peconheiro. Se o valor da lata tá R\$ 20,00 ele [peconheiro] cobra R\$ 10,00/lata/14KG, ainda tem as diárias como eu já disse... O valor de uma diária pra roçar, o mais barato é R\$ 60,00. No ano, eu pago umas 30 diárias ou mais. Eu só vendo açaí na safra, umas 30 a 40 latas por embarque, mas for se fazer as contas, não sobra quase nada de dinheiro pra gente (Camponês-ribeirinho, 61 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, nov/2020).

²⁸ Denominação atribuída aos apanhadores de açaí que escalam o estipe para colheita do fruto.

Nas UPF PD, toda a produção de açaí comercializada na safra destina-se aos comerciantes-intermediários. A relação entre os camponeses-ribeirinhos das UPF PD e comerciante-intermediário é tão estreita que os entrevistados relataram recebimento adiantado de dinheiro na entressafra:

Quando eu preciso do dinheiro, eu recorro ao intermediário, ele cede a quantia desejada. Na safra, eu entrego o meu açaí pra ele (Camponês-ribeirinho, 63 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, dez/2020).

A quantidade de açaí que eu colho eu vendo tudo para o intermediário, ele quebra meu galho quando eu estou sem dinheiro (Camponês-ribeirinho, 61 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, nov/2020).

Nos meses de janeiro a junho pouco se produz, as famílias da tipologia PD relatam a falta de açaí inclusive para o autoconsumo. Com a escassez do açaí, e pouca diversificação socioprodutiva, a principal fonte de renda advém de aposentadorias e benefícios do governo (seguro defeso e bolsa família).

A caça apresenta-se como alternativa recorrente de 80% das famílias de UPF PD, no período de inverno. Os ecossistemas de terra firme e várzea do igarapé Caxinguba tornam-se ambientes propícios para a caça de animais silvestres, como a mucura (*Didelphis*), camaleão (*Iguana*), preguiça (*Folivora*) e tatu (*Dasypodidae*). Essas caças servem de alimento para as famílias, e por vezes, são comercializadas na comunidade e nas feiras nas vilas de Porto Grande e Carapajó.

Nesse contexto, as famílias relatam que, ultimamente, nas caçadas, percebem a falta de animais silvestres, o que pode estar relacionado à intensificação da caça desses animais. Fator que, conseqüentemente, implica na insegurança alimentar dessas famílias que dependem da caça para o autoconsumo.

- Altamente Diversificada- AD

Nas UPF Altamente Diversificadas-AD, que totalizam 19% dos casos analisados, observou-se **Ti** de 30 a 32 atividades socioprodutivas praticadas pelas famílias. Destaca-se que, nessa tipologia, 87% do **Tg** refere-se a cultivos de espécies frutíferas. Além disso, 100% das famílias de UPF AD criam xerimbabos, cultivam hortas, coletam amêndoas de andiroba e murumuru, dominam a arte da tecelagem artesanal, são extratores de óleo de andiroba e produtores de sabão em barra, desvinculando-se da dependência exclusiva da produção de açaí e benefícios governamentais.

Acrescenta-se que as famílias de camponeses-ribeirinhos vinculados as UPF AD constroem, também por meio do acesso a determinados mercados, estratégias de base

econômica e social. Constatou-se que nas UPF AD os camponeses-ribeirinhos acessam, na safra do açaí, os três tipos de mercados (comerciante-intermediário, batedores e feiras). Entretanto, a maior renda do açaí provém na entressafra com a comercialização para os batedores e na feira.

Segundo um entrevistado, camponês-ribeirinho de 61 anos, a permanência de espécies vegetais nativas nas UPF, que sombreiam os açazais, como andirobeira, ucuúbeira, pracuúbeira, buritizeiro e mututizeiro, contribui para a safra se estender no mínimo dois meses além do habitual.

Quando são necessárias as roçagens nos açazais, um camponês-ribeirinho da UPF AD afirmou que é comum a troca de diárias (convidado), principalmente entre os membros da mesma família que moram na comunidade. Nessas ocasiões, os camponeses-ribeirinhos têm por costume sacrificar xerimbabos, como o porco (*Sus scrofa domesticus*), por ser o maior animal, para servir aos convidados.

Observa-se que os camponeses-ribeirinhos das UPF AD preservam mais fortemente as práticas culturais de seus antepassados, inclusive relacionados à arte de produção dos utensílios artesanais, à extração do óleo de andiroba e à fabricação de sabão em barras. Os paneiros, matapis, abanos, tipitis, paneiros de costas, sabão em barras são de usos diário e encomendados por camponeses-ribeirinhos da Ilha Guajará de Baixo e outras ilhas. A maior demanda por encomenda de paneiros dá-se em julho, mês que antecede a safra do açaí, por esse utensílio ser utilizado como recipiente na colheita do fruto.

Segundo Ploeg (2009, p. 3) “a condição camponesa consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação”. No contexto das tipologias, torna-se explícito que as famílias das UPF PD se distanciam da autonomia ao vincularem-se à produção de açaí como única atividade socioprodutiva capaz de gerar renda e, conseqüentemente, ao dependerem da comercialização do fruto realizada, majoritariamente, por comerciantes-intermediários. De modo diferente, as famílias de UPF AD através da estratégia de diversificação produtiva, atingem um certo nível de independência (PPLOEG, 2009) e alcançam estabilidade durante todo o ano, tanto na garantia de produtos para o autoconsumo quanto na geração de renda, melhorando assim a base de recursos autogerida pela família. De modo distinto, as famílias das UPF de tipologia D, estrategicamente, constroem a autonomia durante os ciclos anuais, no entanto ficam susceptíveis ao ambiente hostil, quando recorrem a uma única atividade nos meses de verão.

Ressalta-se ainda que mesmo que a construção tipológica possibilite verificar com mais acuracidade as especificidades das estratégias desses camponeses-ribeirinhos, ela não se trata da apresentação de segmentos estanques para a caracterização das unidades de produção desses camponeses. As estratégias familiares que ganham contornos distintos em momentos diversos da vida social camponesa conferem flexibilidade a essa tipologia que ora pode estar mais vinculada à uma diversificação de atividades baixa, ora alta. Inclusive a pandemia da Covid-19 pode interferir nessa tipologia, visto que em momento pandêmico, os camponeses-ribeirinhos tendenciam a concentrar as atividades *in situ*.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As 41 atividades socioprodutivas nas UPF proporcionam aos camponeses-ribeirinhos produtos para o autoconsumo e agregação de renda por meio do acesso aos mercados. Relacionados à comercialização do açaí, fruto de maior interesse das famílias, consumido e comercializado em todas as UPF, foram identificados três tipos de mercados: comerciante-intermediário, batedores e feiras. Constatou-se que o palmito de açazeiro e as madeiras em toras são produtos provenientes do manejo anual e expansão dos açazais para produção de frutos. A pesca artesanal, por sua vez, volta-se para o autoconsumo das famílias, e a piscicultura é desenvolvida, sobretudo, devido à escassez dos estoques pesqueiros. O efeito da maré alta, que banha os solos dos ecossistemas de várzea, dificulta o cultivo de pimenta-do-reino e da horticultura. Entretanto, na horticultura praticada pelas mulheres, a utilização dos jiraus, cultivos suspensos, ganha contorno de estratégia inovadora que dribla as condições adversas e garante lugar de produção diversificada, especialmente, de espécies medicinais.

Embora identificadas em menor número (19%), as UPF AD são as que mais conservam os conhecimentos e culturas dos antepassados, seja na arte da tecelagem artesanal ou na prática das trocas de diárias e possuem maior verticalidade de renda e autonomia alimentar durante o ano, devido à elevada diversificação socioprodutiva.

As famílias de UPF de tipologia PD (que correspondem a 31% do total das UPF) dependem exclusivamente da produção de açaí, aposentadoria, bolsa família e seguro defeso para a geração de renda. A pouca diversificação da produção de produtos fonte de alimento resulta no acesso constantemente das famílias às feiras e mercados locais para a compra de gêneros alimentícios, prática comum devido à escassez de peixes e ausência de açaí na entressafra, comprometendo a autonomia das famílias. Nas UPF D (50% do total das UPF

analisadas), as atividades socioprodutivas são distribuídas em ciclos anuais, inverno e verão, e em todos os ciclos pelo menos uma atividade socioprodutiva garante renda e alimento para as famílias.

As famílias vinculadas a UPF de tipologia AD acessam os três tipos de mercados, sendo as principais responsáveis pelo abastecimento interno do fruto nas feiras e bateadores das vilas de Porto Grande e Carapajó, na safra e entressafra do açaí. Nas UPF PD, a comercialização do açaí ocorre exclusivamente para os comerciantes-intermediários, o que limita seus espaços de manobra frente aos processos de comercialização. Enquanto isso, as famílias de UPF D optam por comercializar a produção do açaí para comerciantes-intermediários e bateadores. Entre os três tipos de mercados, o melhor preço para a venda do fruto é alcançado nas feiras, principalmente na entressafra, quando o valor por lata /14kg triplica e o menor preço é ofertado por comerciantes-intermediários.

A atribuição das tipologias para as UPF revelou que, mesmo sob situações aparentemente similares, as práticas, atividades e estratégias socioprodutivas se diferenciam entre as famílias. Os estudos sobre os camponeses-ribeirinhos do estuário amazônico corroboraram a análise desse modo de vida peculiar e aportam nas compreensões das diferenciações encontradas nas UPF.

Ademais, a mobilização das tipologias pode abrir horizontes para novas pesquisas em outras comunidades. A pesquisa em um momento pós pandêmicos podem ser úteis para verificar essa dinamicidade mais apurada das estratégias dos camponeses-ribeirinhos, podendo incluir as mulheres e jovens como os atores sociais de interlocução do contexto, o que potencializará distintas perspectivas acerca da diversidade das UPF.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. S de.; AMARAL, D. D do.; SILVA, A. S. L da. Análise florística e estrutura de florestas de Várzea no estuário amazônico. **Acta amazônica**, v. 34, n. 4, p. 513-524, 2004.
- ARAÚJO, Maria Vera Lúcia Ferreira de. et al. Pesca e procedimentos de captura do camarão-da-Amazônia à jusante de uma usina hidrelétrica na Amazônia brasileira. **Biota Amazônia (Biote Amazonie, Biota Amazonia, Amazonian Biota)**, v. 4, n. 2, p. 102-112, 2014.
- AZEVEDO, James Ribeiro de; KATO, Osvaldo Ryohei. Sistemas de manejo de açaizais nativos praticado por ribeirinhos das ilhas de Paquetá e Ilha Grande, Belém, Pará. In: **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. Agricultura familiar, políticas públicas e inclusão social: anais. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2007., 2007.
- BALDIN, N; MUNHOZ, E. M. B. SNOWBALL (BOLA DE NEVE): Uma Técnica Metodológica para Pesquisa em Educação Ambiental Comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, X, 2011, Curitiba. **Anais**. p. 329 - 241. Disponível em: >http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf<. Acesso em: 24 abr. 2021.
- BRABO, M. F; FERREIRA, L. de A; VERAS, G. C. Aspectos históricos do desenvolvimento da piscicultura no nordeste paraense: trajetória do protagonismo à estagnação. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 9, n. 3, p. 595-615, 2016.
- BRAGA, Pedro Ivo Soares. Subdivisão fitogeográfica, tipos de vegetação, conservação e inventário florístico da floresta amazônica. **Acta amazônica**, v. 9, n. 4, p. 53-80, 1979.
- BRASIL. **Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Disponível em: >www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213compilado.htm<. Acesso em: 30 abr. 2021.
- BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**. Lei nº 11.959/2009. Disponível em: >www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm<. Acesso em: 07 abr. 2021.
- CASTRO, Albejamere Pereira de. Principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: FRAXE, T. J P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (org.). Comunidades ribeirinhas amazônicas modos de vida e uso dos recursos naturais. EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Amazonas, 2007.
- CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. **A questão agrária. São Paulo: brasiliense**, p. 133-163, 1981.
- CORRÊA, Rosivanderson Baia. **Do território recurso ao território abrigo: modo de vida e o processo de valorização do açaí no Município de Cametá-PA**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2010.

- CORRÊA, Rosivanderson Baia. **Território e desenvolvimento: análise da produção de açaí na região Tocantina (PA)**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Presidente Prudente, 2017.
- COSTA, Gilson da Silva. et al. Reprodução social do campesinato na região das ilhas em Cametá. **Ambiente complexo, propostas e perspectivas socioambientais**, 2009.
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2007.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. Mito Moderno da Natureza Intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERREIRA, Denison da Silva. Modo de vida e uso dos recursos naturais em uma comunidade ribeirinha das ilhas de Abaetetuba/PA. **Terceira Margem Amazônia**, v. 1, n. 2, 2012.
- GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. Diversidade do campesinato: expressões e categorias. **Estratégias de reprodução social**. São Paulo: Unesp, 2009.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. et al. Açaí: novos desafios e tendências. **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2006. In: SILVA, J.G. da; STOLEKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, p. 133-63. 1981.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia?. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 167-186, 2012.
- LACOMBE, Philippe. La pluriactivité et l'évolution des exploitations agricoles. In ARF, p.35-54. 1984.
- MARQUES, S. F de; TAVARES, F. B; COPETTI, L. D. Desafios das Organizações Sociais frente às transformações da pesca artesanal no Baixo Tocantins-PA. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, v. 3, n. 1, p. 111-138, 2020.
- MENDONÇA, M. S de. et al. Etnobotânica e o saber tradicional. In: FRAXE, T. J P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (org.). Comunidades ribeirinhas amazônicas modos de vida e uso dos recursos naturais. EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Amazonas, 2007.
- MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, p.191-211. 1987.
- PEREIRA, Henrique dos Santos. A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, p. 11-32, 2007.

PEREIRA, Marcelo Souza; WITKOSKI, Antônio Carlos. Construção de paisagem, espaço e lugar na várzea do rio Solimões-Amazonas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, 2012.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. sn]. p. 17-32. 2009.

RIBEIRO, Fabricio Ribeiro. História e memória: uma história dos trabalhadores do açaí. **I Encontro Estadual da ANPUH-AP. I Jornada Internacional de estudos de História da Amazônia. Macapá-Amapá**, 2014.

RIBEIRO, Marcela Arantes. et al. O rio como elemento da vida em comunidades ribeirinhas. **Revista de Geografia (UFPE)**, v. 29, n. 2, 2012.

RIBEIRO, R. N. da S.; SANTANA, A. C de.; TOURINHO, M. M. Análise Exploratória da socioeconomia de sistemas agroflorestais em várzea flúvio-marinha, Cametá-Pará, **Revista de Economia e Sociologia rural**, v. 42, n. 1, p. 133- 152, 2004.

RUSSEL Bernard, H. Research methods in cultural anthropology. **Qualitative and**, 1988.

SCHERER, Elenise. Mosaico Terra - Água: A vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia-Brasil. In: **VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra**. p. 16-18. 2004.

SCHNEIDER, Clair Odete; WEDIG, Josiane Carine. CAMPESINATO: CARATERÍSTICAS E TRANSFORMAÇÕES DECORRENTES DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA. **X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2019.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação-agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP**, v. 4, n. 1, 2010.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações—o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, n. 7, p. 1-21, 2012.

SILVA, L. G. T.; SILVA, B. N. R da.; RODRIGUES, T. E. Análise fisiográfica das várzeas do Baixo Tocantins: uma contribuição ao manejo e desenvolvimento dos sistemas de uso da terra. **Embrapa Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E)**, 2002.

SILVA, S. M. G. et al. A “saúde” nas comunidades focais do Projeto PIATAM: o etnoconhecimento e as plantas medicinais. In: **Fraxe, TJP, Pereira, HS, Witkoski, AC. Comunidades ribeirinhas amazônicas modos de vida e uso dos recursos naturais. EDUA, UFAM, Projeto PIATAM**, 2007.

SILVESTRO, Milton Luiz. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/MDA, 2001.

SOARES, Luciane Cristina Costa. **Os efeitos da demanda crescente de produtos extrativos para os pequenos produtores de açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) na microrregião de Cametá – Pará.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. 2008.

SOUZA, Lucirene Aguiar de. et al. Relação entre guildas de peixes, ambientes e petrechos de pesca baseado no conhecimento tradicional de pescadores da Amazônia Central. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 41, n. 3, p. 633-644, 2018.

TAVARES, Francinei Bentes; DIAS, Sara Corrêa. Conflitos em torno da emergência de inovações sócio-organizacionais: o caso do acordo de pesca na comunidade ribeirinha de Pacuí de Baixo (Cametá-PA). **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, n. 10, p. 87-100, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003.

WELLER, Susan C.; ROMNEY, A. Kimball. **Systematic data collection**. Sage publications, 1988.

WOLF, Eric Robert. O campesinato e seus problemas. **Sociedades Camponesas**. 2 ed. p. 13-27, 1976.

3. ARTIGO 2- A VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DO AÇAÍ E AS TRANSFORMAÇÕES NOS TIPOS DE AGRICULTURA NA VÁRZEA NO BAIXO TOCANTINS

RESUMO

Em ecossistema de várzea, no município paraense de Cametá, no Baixo Tocantins, os camponeses-ribeirinhos manejam os açazais para a produção de frutos com o emprego de práticas distintas, e que vem variando ao longo dos anos. É possível verificar, atualmente, nesse contexto, a coexistência de distintos tipos de agricultura, pautados por diferentes formas de conceber o desenvolvimento local. Desse modo, objetivou-se nesse artigo analisar as possíveis correlações entre as transformações nas formas de manejo praticadas por camponeses-ribeirinhos da Ilha Guajará de Baixo e a valorização econômica do açaí no Estado. Para esse fim, utilizou-se entrevista semiestruturada, construção do mapa da propriedade e escalas de sombreamento correlacionadas a tipologias de manejo de açazal: intensivo; semi-intensivo; moderado e; semi-moderado. A pesquisa envolveu 16 Unidades de Produção Familiares e os principais resultados obtidos revelam a existência de três formas de os camponeses comercializarem o açaí: por meio de intermediários, nas feiras locais e para batedores locais que processam o fruto, e comercializam o suco em litro. O aumento da intensidade da prática de manejo dos açazais teve início em 2006 devido a maior procura dos intermediários pelo fruto. Na escala pouca sombra, percebidas em 31% dos açazais vinculados ao manejo semi-intensivo, percebe-se o tipo de agricultura empresarial, na qual 100% das famílias acessaram o PRONAF e comercializam o açaí exclusivamente para os intermediários. Em açazais com escala média sombra, encontrados em 50% das UPF e empregado o manejo moderado, as famílias acessam os tipos de mercados para o açaí, e se aproximam do tipo de agricultura camponesa. A produção de açaí em 19% das UPF é em escala muita sombra, com o manejo semi-moderado, apresenta-se o fruto de melhor qualidade, preferido pelo mercado batedor que oferta o melhor preço, sendo mais exigente na qualidade física do fruto. Ademais, a pesquisa revela as interfaces da expansão dos açazais e as relevâncias das escalas de sombreamento na produção do fruto.

Palavras-chave: Manejo de açazais; Tipos de agricultura; Comercialização; Ilha Guajará de Baixo.

3.1 INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira vem ganhando na contemporaneidade cada vez mais destaque nos debates políticos, sociais, econômicos e ambientais, voltados para a gestão consciente dos recursos naturais. A diversidade de fauna e flora nela presente está distribuída nos diversos ecossistemas que compõem o seu território: terra firme, igapó, savanas, várzeas, campos naturais, mangues, entre outros.

Os ecossistemas de várzea do estuário amazônico ganham destaque nessa pesquisa justamente por serem predominantemente povoados por camponeses-ribeirinhos. Essa categoria de povos tradicionais da Amazônia, se diferenciam dos demais, pelo seu peculiar modo de vida afetivamente ligado ao ambiente aquático, e conhecimento aprofundado dos ecossistemas de terra firme e várzea (SILVA; MALHEIRO; RIBEIRO, 2005; CRUZ, 2007; CORRÊA, 2010; PEREIRA; WITKOSKI, 2012). Através dos conhecimentos contextuais adquiridos ao longo da vida, os camponeses-ribeirinhos manejam os recursos naturais afim de alcançarem benefícios comuns e/ou coletivos. Esses conhecimentos, permitem aos camponeses-ribeirinhos, múltiplas interações com o ecossistema, e uma variedade de estratégias para a produção e reprodução do núcleo familiar, construídas pela família a partir da diversidade produtiva (MENDONÇA et al., 2007; CRUZ, 2007).

Sobrinho (2005) destaca nas várzeas da região do Baixo Tocantins uma riquíssima diversidade de espécies frutíferas, como o açaí (*Euterpe oleracea Mart.*), o burití (*Mauritia flexuosa*), o cacau (*Theobroma cacao*), o jambo (*Syzygium malaccense*), a manga (*Mangifera indica*), entre tantas outras.

No entanto, a espécie que mais se destaca, atualmente, no estuário ribeirinho é o açaí, não mais apenas por sua importância como a principal fonte de alimento, mas também como geradora de renda. Vale destacar que, nas décadas de 1970 a 1980, no Baixo Tocantins, intensificou-se o interesse pelo extrativismo do palmito de açazeiros nativos. Segundo Sobrinho (2005) e Homma et al. (2006), a prática predatória dessa atividade foi tão significativa que comprometeu o estoque de frutos para o autoconsumo, levando o presidente Ernesto Geisel a assinar a Lei nº 6.576/1978, proibindo a extração do palmito em todo o território nacional, mas a atividade continuou de forma clandestina.

Assim, a extração predatória do palmito de açazeiro foi perdendo força a partir da década de 1990, devido a fiscalização por órgãos competentes e, inclusive, muitas agroindústrias de palmito que funcionavam de maneira clandestinas foram fechadas. No

município de Cametá, no ano de 2021, a vigilância sanitária do município informou que ainda duas agroindústrias de palmito operacionalizam de forma legalizada na região. Mesmo com a restrição da exploração do palmito, os açaiçais ainda continuaram sendo a principal cultura de interesse dos camponeses-ribeirinhos, mas, nos últimos anos, o foco de interesse pela espécie vegetal vem ganhando novas roupagens.

Segundo Sobrinho (2005) em meados de 1990 o suco do açaí, localmente conhecido como “vinho” ganhou visibilidade no cenário nacional, acarretando uma alta demanda pela polpa do fruto. No estado do Pará foram sendo introduzidas novas cultivares de açaí, com aptidão para ecossistema de terra firme, maior produtividade por hectare em comparação ao açaiçal nativo, produção durante o ano todo e adoção de novos métodos de manejo.

Ressalta-se que, no estado do Pará, anterior a década de 1990, a produção de açaí era basicamente voltada para o autoconsumo dos produtores e abastecimento do mercado interno (CORRÊA, 2017). No atual cenário, a polpa do fruto e os seus subprodutos passaram a ser consumidos a nível nacional e internacional, motivando uma alta valorização econômica.

Essa nova realidade motivou distintos camponeses-ribeirinhos na expansão dos açaiçais e do emprego de práticas de manejo para um possível aumento da produção e produtividade do fruto. Segundo Homma et al. (2006), as palmeiras de açaizeiros tornaram-se as principais espécies vegetais presentes no ecossistema de várzea no Baixo Tocantins, com maior concentração de açaiçais manejados no estuário dos rios Tocantins, Pará e Amazonas.

A produção agroextrativista de açaí é a atividade agroextrativista mais influente nas várzeas do município paraense de Cametá. O município é o segundo maior produtor do fruto no Estado do Pará. Entre os anos de 2018/2019, essa atividade representou 51% da produção agrícola municipal, o equivalente a 159.450 toneladas do fruto (PAM/IBGE, 2020).

Na Ilha Guajará de Baixo, em Cametá, os efeitos positivos da valorização econômica do açaí são percebidos de formas diversas que se articulam com a melhoria da qualidade de vida dos camponeses. No entanto, as consequências da alta procura dos mercados pelo fruto, e da intensificação do manejo dos açaiçais nas Unidades de Produção Familiar-UPF já indicam limitações e consequências preocupantes. O modo intensivo de manejo do ecossistema de várzea tem provocado a perda da biodiversidade, principalmente de espécies florestais vistas pelos camponeses-ribeirinhos como sem valor econômico, improdutivas e impróprias de se estabelecerem junto aos açaiçais (ARAÚJO; NAVAGANTES-ALVES, 2015).

Diante desse contexto, objetivou-se nesse artigo analisar as possíveis correlações entre as transformações nas formas de manejo praticadas por camponeses-ribeirinhos da Ilha Guajará

de Baixo e a valorização econômica do açaí no Estado. Para tanto, serão mobilizados nessa pesquisa os seguintes referenciais teóricos ou conceitos de *tipos ideais* de agricultura, que segundo Ploeg (2008) distingue-se em agricultura: capitalista, empresarial e camponesa. Destaca-se que a opção por essa comunidade se deu devido o acelerado processo de expansão dos açais no estuário ribeirinho a partir do ano 2006, quando representantes intermediários de agroindústrias processadoras de açaí passam a adentrar a comunidade para a compra do fruto.

3.2. ETAPAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa de mobilização de informações iniciou-se com a pesquisa bibliográfica, através da seleção de artigos científicos pertinentes as etapas históricas dos ciclos de atividades econômicos no Baixo Tocantins, até chegar na produção do açaí. Desse modo, as idas a campo que configuraram a etapa de construção de dados primários dessa pesquisa ocorreram nos finais de semana dos meses de agosto a dezembro de 2020, na Ilha Guajará de Baixo, Cametá-PA, respeitando as orientações de biossegurança da Organização Mundial da Saúde- OMS, em virtude da pandemia da Covid-19. Para se chegar aos interlocutores, foi utilizada a técnica da “bola de neve” (BALDIN; MUNHOZ, 2011), na qual os informantes-chave foram os intermediários de açaí agroextrativista em Guajará de Baixo. Estes, por sua vez, indicaram 40 famílias de camponeses-ribeirinhos que comercializam açaí com frequência e quantidade distinta para esses intermediários. Dessas 40 famílias, tirou-se uma representatividade de 40% alternando entre 8 (oito) camponeses-ribeirinhos que comercializam o açaí em maior quantidade e frequência e 8 (oito) que comercializam em menor quantidade e frequência.

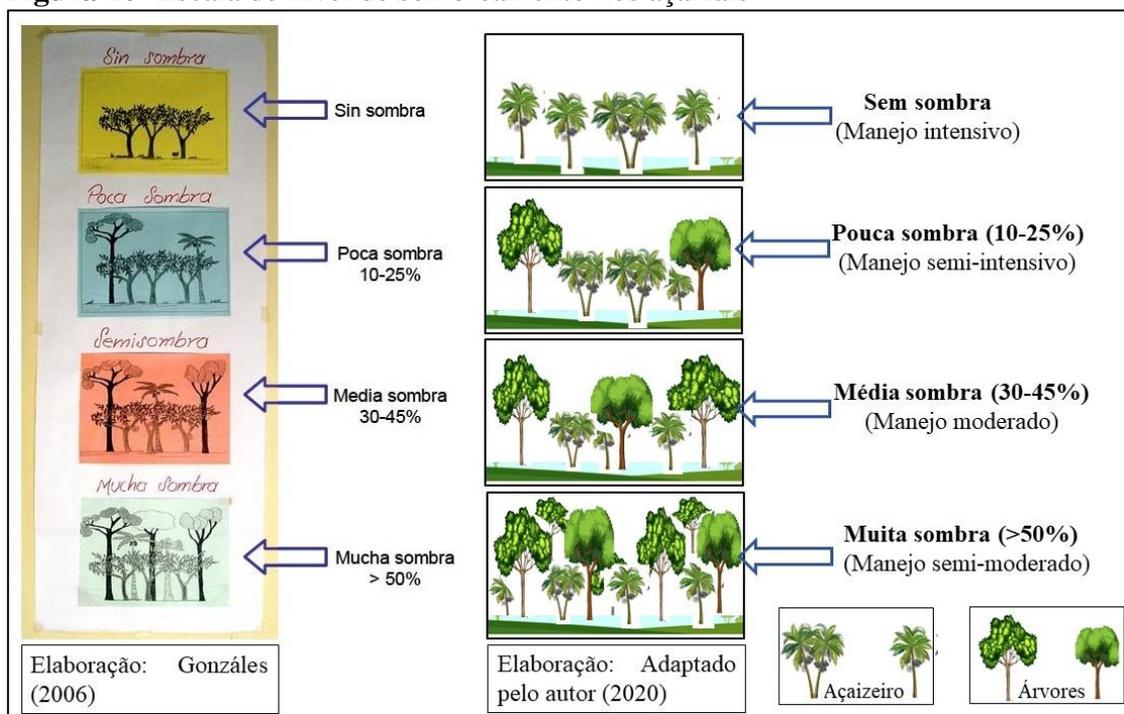
Desse total, todos eram produtores de açaí agroextrativista, e vivenciaram o processo de valorização econômica do fruto nas esferas municipal, estadual e nacional. Ademais, com essas 16 famílias, realizou-se entrevistas semiestruturadas (Apêndice A) (MICHELAT, 1987) que retrataram a UPF, as práticas empregadas no manejo dos açais, assim como as modificações ocorridas com a entrada de intermediários na Ilha para a compra da produção de açaí, a partir da valorização econômica do fruto no Estado.

As entrevistas aconteceram face-a-face, entre pesquisador e camponês-ribeirinho. O caderno de campo e a gravação, após concordância dos participantes, foram muito importantes para o registro das informações (MICHELAT, 1987). Os conteúdos orais das entrevistas foram transcritos na íntegra pelo pesquisador para compor os trechos das falas dos camponeses-

ribeirinhos. Para facilitar a observação das transformações ocorridas nas UPF, após valorização econômica do açaí, sugeriu-se aos camponeses-ribeirinhos a construção do mapa das UPF do ano 2000 e do ano 2020.

Ademais, apoiando-se na metodologia proposta por Gonzáles (2006), foi construído um instrumento metodológico para melhor compreender a escala de sombreamento dos açazais adotado pelos camponeses-ribeirinhos. Pôde-se então, correlacionar esses níveis de sombreamento com os tipos de manejo de açazais praticados pelos camponeses, como é possível verificar a seguir, na Figura 10:

Figura 10- Escala de nível de sombreamento nos açazais



Fonte: González (2006), adaptado pelo Autor.

Nos trechos das entrevistas, citadas no texto, manter-se-á o anonimato dos interlocutores, que serão mencionados pela designação e identificados pela idade, local da entrevista, mês e ano.

3.3 OS TIPOS DE AGRICULTURA E SUAS CONFIGURAÇÕES EM TORNO DA SUSTENTABILIDADE

Segundo Ploeg (2008), a agricultura vem sendo praticada no mundo de maneiras e princípios diversos, entretanto, percebe-se três tipos ideais de agricultura, não estagnadas, mas em constantes articulações e interações, estas são: agricultura capitalista, agricultura empresarial e agricultura camponesa. Os modos de produção nesses tipos de agricultura são

percebidos pela “magnitude do *valor agregado*, sua redistribuição, bem como a *natureza, qualidade e sustentabilidade* dos processos de produção e os alimentos que resultam desses processos” (PLOEG, 2008, p. 18).

Ploeg (2006; 2008) ao mencionar a agricultura capitalista, enfatiza que essa se interliga mundialmente por redes de empresas agrícolas, centrada na produção de lucros, mesmo que isso implique na redução do valor agregado. No contexto brasileiro, exemplifica-se a produção de soja à realidade da agricultura capitalista. Esse tipo de agricultura prioriza o conhecimento técnico dos empregados, contudo, gera um nível reduzido de emprego no meio rural. A eficácia na maximização de lucros normalmente está ligada a aquisição de insumos externos para a funcionalidade das etapas produtivas.

Ainda segundo este autor, a agricultura empresarial, consolidada no mundo entre as décadas de 60 e 70, no período da Revolução Verde, advinda da ideia de modernização da agricultura, para o desenvolvimento e “progresso” com a introdução dos pacotes tecnológicos. Esse tipo de agricultura, centraliza sua base nos recursos externos, na escala produtiva com o incremento dos pacotes tecnológicos, aumento de escala produtiva para o constante acesso dos agricultores aos mercados, visando a eficiência econômica. Todavia, o máximo rendimento econômico se liga à profissionalização da mão de obra operante, quase sempre vinculados a contratos, seja por safra ou rendimento na operação, pois a agricultura empresarial, se desenvolve, através do fluxo de trabalho. Nesse caso, a supervisão das etapas de produção, desvinculam-se do produtor, passando por um processo de “cientificação” a ser organizado por um sistema técnico-administrativo, e controlado por atores externos como: técnicos, bancos, empresas, cooperativas, indústrias, programas governamentais de créditos, etc., resultando no controle externo de todo o processo de trabalho agrícola e da natureza. Assim, para as etapas produtivas serem executadas, o agricultor necessariamente acessa os mercados específicos de insumos, que entram no processo de produção como mercadorias e geram custos de produção na etapa final (PLOEG, 2006; 2008; SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008; MEDEIROS, 2017).

Ainda para os autores supracitados, o mais antigo tipo de agricultura dos povos originários a camponesa, se destaca pela agregação de valor ao produto, que se distancia dos mercados de insumos, para poder ingressar de forma mais eficiente em processos específicos de mercantilização de seus produtos. Estrategicamente, o gerenciamento da UPF e a força de trabalho empregado nas etapas produtivas provém da mão de obra familiar e da relação de reciprocidade entre parentes, amigos e vizinhos, tomando por base a coprodução e coevolução

da sociedade-natureza (PLOEG, 2006; 2008; SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008; MEDEIROS, 2017).

Essa forte ligação da agricultura camponesa na coprodução do encontro entre sociedade-natureza, social e material, é que aproxima as famílias da autonomia, por meio dessa interação mútua. Segundo Ploeg (2008):

Através da coprodução, os recursos não são apenas convertidos em uma variedade de bens e serviços, como são também, ao mesmo tempo, reproduzidos como recursos. Portanto, a coprodução sempre diz respeito a dois processos claramente interligados: o processo de produção e o processo de reprodução (PLOEG, 2008, p. 42).

Através da relação de coprodução, o social e o material são mutualmente transformados em recursos, tornando-se úteis, adequados e promissores na relação harmoniosa (PLOEG, 2008). Entretanto, para Ploeg (2008), a principal diferença entre os três tipos de agricultura, observa-se na escala em que são aplicados:

Assim, a agricultura camponesa representaria as unidades de produção pequenas e vulneráveis, cuja relevância é de importância secundária. No lado oposto, estaria a agricultura capitalista: vasta, forte e importante – pelo menos é essa a ideia que se generaliza. A situação intermediária seria representada pela agricultura empresarial, esta se movimentando na escala entre unidades pequenas e unidades grandes. Se os agricultores empresariais tiverem sucesso, eles poderão, tal como alguns defendem, atingir os níveis dos agricultores capitalistas – e é precisamente isso que alguns deles sonham alcançar (PLOEG, 2008 p. 18).

Ressalta-se que o agricultor pode não permanecer definitivamente estático a um tipo ideal de agricultura, podendo sofrer influência das estações do ano, entressafas, projetos de vida da família, e em algum momento ao longo da vida, pode este, se distanciar de um tipo ideal de agricultura e aproximar-se de outro (PLOEG, 2008).

Ademais, Ploeg (2008), mobiliza a relação dos três tipos de agricultura, com os mercados de comercialização da produção, a agricultura camponesa, centraliza-se na construção e reprodução de circuitos curtos de circulação de mercadorias, nos mercados locais. Enquanto a agricultura capitalista e empresarial percorre em escalas macros, vinculadas a empresas a nível mundial e produtos de interesses empresariais, definidos como Impérios Agroalimentares. Nesse contexto, o modo de praticar a agricultura, de acordo com Petersen, Dal Soglio e Caporal (2009), pode ser determinante na sustentabilidade do ecossistema, uma vez que a disponibilidade dos recursos naturais tende a se agravar com a exploração contínua provocada pela ação antrópica.

Para Ploeg (2008), quanto mais se intensifica a artificialização da produção, com a dependência de insumos externos e do acesso constantes aos mercados, mais tende o agricultor a se aproximar do tipo ideal de agricultura capitalista ou empresarial. Nesse caso, o agricultor perde a autonomia dentro da UPF, abre mão dos princípios camponeses de coprodução e

coevolução, importantes para manter a capacidade de reprodução social. Entretanto, após satisfazer os anseios, este, pode retomar às práticas e princípios do tipo ideal de agricultura camponesa. Esses processos de transição são percebidos por Ploeg (2008) como espaços nas arenas, na qual os camponeses enfrentam na sociedade contemporânea articulado aos Impérios Alimentares, e nas relações homem-natureza.

Portanto, nessas magnitudes das relações homem-natureza, emprego de práticas no manejo do ecossistema, tipos de mercados acessados, reflete diretamente na sustentabilidade socioambiental, e distingue-se os tipos de agricultura (PAGANELLI; COTRIM, 2013). Segundo Ploeg (2008) na agricultura capitalista e empresarial, a incessante demanda dos mercados globais por produtos de interesse agroindustrial, configura um sistema agrícola de produção em massa, com baixa diversificação, e grandes extensões de monocultivos agrícolas. Para Rosset e Altieri (1997) esse tipo de sistema de produção, torna-se insustentável ao logo do tempo, uma vez que se materializa em sucessões constantes de degradação dos recursos do ecossistema, afetando de modo desfavorável a autonomia do homem no campo.

De modo diferente, na agricultura camponesa, os recursos do ecossistema se perpetuam por mais tempo, havendo menor prejuízo ambiental possível (PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009). Segundo esses autores, no tipo de agricultura camponesa:

A flexibilidade de adaptação a contextos hostis com o objetivo de reproduzir o seu modo de vida é assegurada por meio da ativação de sua capacidade de inovar constantemente nas suas formas de organização e de uso dos recursos naturais disponíveis. Essa capacidade camponesa de valorizar os recursos locais na criação de alternativas para a sua reprodução pode ser compreendida como um mecanismo social que age contra a desterritorialização de suas comunidades e a expropriação de seus meios de vida. Ela se faz exatamente com base no controle inteligente dos recursos territoriais (naturais e socioinstitucionais) e funda-se na busca por melhores ajustamentos entre esses recursos e as aspirações das famílias e comunidades agricultoras (PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009, p. 92).

Para Ploeg (2003), no tipo de agricultura camponesa, as relações homem-natureza configuram-se como “espaços de manobras”, que podem ser materializadas, inclusive, no distanciamento do camponês a determinados mercados. Segundo Wolf (1976), os camponeses buscam construir essas relações mercantis por meio de “redes” de comercialização, que interligam produtores e consumidores, pela troca econômica na compra ou venda de produtos e serviços não produzidos em seus estabelecimentos. Na concepção de Ploeg (1992), a inserção dos camponeses aos mercados, sobretudo os de cadeia curta, não causa ruptura total do seu modo de vida, mas o acesso tende a fortalecer as bases internas de produção e garantir autonomia nas UPF.

Nesse caso, o acesso aos circuitos curtos de comercialização, como as feiras agroecológicas, as feiras de produção familiar, ou o mercado institucional²⁹, o camponês, escapa do controle direto do capital (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008). Essas materializações de estratégias diferenciadas de acesso aos mercados por camponeses, são percebidas como espaços de manobras, se fixam como ponto de sustentação das famílias, e aproxima as UPF do tipo de agricultura camponesa. Nesse tipo de agricultura, os camponeses além de produzirem os insumos básicos para a manutenção da UPF, que garantem alimento e reprodução de novos ciclos, também produzem excedentes para os mercados de cadeia curta, isso graças a diversificação produtiva (PLOEG, 2008).

Segundo Cruz (2007), o camponês-ribeirinho do estuário amazônico que acessa os mercados de circuitos longos para a comercialização de seus principais produtos agroextrativistas, possuem forte ligação com grupos dominantes. Para Corrêa (2010), os grupos dominantes no Baixo Tocantins são empresários, comerciantes, intermediários, cooperativas etc., que percorrem o estuário para a compra principalmente do fruto açaí, prática esta, decorrente a partir da década de 2000. Para Ploeg (2008) a relação estreita dos camponeses com os mercados globais pode influenciar na intensidade de manejo na UPF, e conseqüentemente aproximá-los do tipo de agricultura capitalista ou empresarial. Visto que nesses dois tipos de agricultura, os camponeses tornam-se dependentes da produção de um único produto, esse de interesse dos grupos dominantes (PLOEG, 2008; CORRÊA, 2010). Vale problematizar que a mudança de preço pode afetar diretamente na escolha do que produzir, do local de comercialização, ou, ainda, colocar em risco a autonomia e reprodução dos camponeses, principalmente quando trabalham com um único produto voltado ao mercado (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

3.3 OS AÇAIZAIS NA ILHA GUAJARÁ DE BAIXO

Na Ilha Guajará de Baixo, desde o início da povoação do estuário de várzea, a produção de açaí sempre fez parte do contexto das famílias camponesas-ribeirinhas. Os anciões afirmam que bem antes do início do extrativismo do palmito, sempre houve interesse pela extração do fruto açaí, atividade esta que era desenvolvida de modo extrativista até a década de 1990. Tinha

²⁹ Mercado que engloba as compras governamentais de alimentos para serem utilizados em programas e organismos públicos, tais como alimentação escolar, hospitais, presídios, entre outros (REAL; SCHNEIDER 2011, p. 58).

como principal finalidade o autoconsumo familiar. O “vinho do açaí³⁰”, juntamente com o peixe e a farinha de mandioca, já eram os principais componentes na dieta alimentar dos camponeses-ribeirinhos (SOBRINHO 2005).

Os camponeses-ribeirinhos que vivenciaram anos posteriores à década de 1990 mencionam a dificuldade para vender o excedente produtivo de açaí durante a safra. Devido à comercialização concentrar-se exclusivamente nas feiras e existirem poucos habitantes nos povoados das vilas de Porto Grande e Carapajó, havia uma alta oferta do fruto para baixa demanda, conseqüentemente, o açaí tinha pouco valor econômico. Para os camponeses-ribeirinhos, a venda do palmito do açazeiro era a atividade extrativista mais expressiva proveniente dos açazais. Observa-se no trecho:

Nos anos de 1980, 1990, me recordo que o açaí não tinha valor de venda. Era vendido uma vez por outra na vila aqui perto de casa [Carapajó e Porto Grande], mas o preço era muito barato, o equivalente a R\$ 2,00, 3,00 a lata [14kg] (Camponês-ribeirinho, 63 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, dez/2020).

Olha, antes do açaí ganhar valor, a gente vendia só o palmito mesmo. O açaí não dava dinheiro como dá hoje (Camponês-ribeirinho, 60 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, set/2020).

Nesse contexto, algumas famílias não acessavam as feiras para comercializar o fruto, preferiam realizar a coleta somente para o autoconsumo, outras praticavam a troca do açaí *in natura* por farinha de mandioca, com parentes ou amigos que moravam em ecossistema de terra firme e dedicavam-se no cultivo de roças para a produção de subprodutos da mandioca. Observa-se, nos relatos:

Tem conhecidos meu que preferia que o açaí caísse do cacho do que ir vender, porque não tinha valor nenhum (Camponês-ribeirinho, 61 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, nov/2020).

Uma vez por outra a gente fazia a troca, por exemplo, eu tinha o açaí, o meu parente que morava no centro, tinha a farinha, aí a gente trocava um produto pelo outro (Camponês-ribeirinho, 63 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, dez/2020).

Me recordo que nos anos 90 quando o vovô era vivo, pra nós não desperdiçar o açaí, a gente apanhava e dava para os nossos parentes que moravam no centro, porque a gente sabia que eles gostavam e não tinha lá no centro e aqui se estragava (Camponês-ribeirinho, 43 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, ago/2020).

Na entressafra do açaí (janeiro a junho), a escassez de produção do fruto interferia na segurança alimentar das famílias, os camponeses-ribeirinhos conviviam com a falta do açaí preto, apropriado para o consumo. Assim que o açaí iniciava o estado de maturação (açaí “parau”) (Figura 11), as famílias colhiam para a extração do “vinho” que dava uma coloração esverdeada e com sabor atípico, mas, mesmo assim consumida. Na ausência do fruto, algumas famílias substituíam o “vinho do açaí” pelo “vinho” do buriti (*Mauritia flexuosa* Mart.).

³⁰ Suco obtido no processamento do despulpamento do fruto açaí nas bateadeiras industriais ou artesanamente.

Figura 11- Açaí "parau"



Foto: Arquivo de campo (2021).

Durante as décadas anteriores a 2000, os entrevistados, mencionam que as espécies florestais, comuns em ecossistema de várzea eram: andirobeira (*Carapa guianensis* Aubl.), ucuúbeira (*Virola surinamensis* Warb.), mututizeiro (*Pterocarpus macrocarpus*), seruzueiro (*Allantoma lineata*), seringueira (*Hevea brasiliensis* L.), magunsaleiro, ananizeiro (*Symphonia globulifera*), ajaraizeiro (*Glycoxylon pedicellatum* Ducke.), prauúbeira (*Mora paraensis*), cinzeira (*Vochysia Tucanorum*), pitaiqueira (*Swartzia polyphylla*), jutaizeiro (*Hymenaea* spp.), etc. Essas encontravam-se em maior abundância em comparação aos estipes de açazeiro nas UPF camponesa-ribeirinha. Os açazais de 100% dos entrevistados, antes de 1990, localizavam-se somente no entorno das residências. Na safra (agosto a dezembro), a produção de açaí supria a demanda para o autoconsumo, não havendo necessidade em aumentar a produção, predominava o extrativismo, em sistema extensivo. Conforme observa-se nos trechos:

O açazal da minha família correspondia uma área de 20% da propriedade, o restante era mata, pois o açaí não tinha valor econômico, a gente acabava valorizando outras coisas, como a madeira na intenção de vender as toras e não se preocupava muito com o açazal (Camponês-ribeirinho, 43 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, ago/2020). Não nos preocupávamos em manejar o açazal porque não dava sustento financeiro pra gente. A produção era por conta própria, de forma natural, no meio do mato, no cerrado (Camponês-ribeirinho, 63 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, dez/2020). Quando o açaí era barato, o açazal que eu tinha aqui no lado de casa era pequeno, eu preferia cultivar o cacau que era bem mais rentável (Camponês-ribeirinho, 51 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, out/2020).

No entanto, as famílias dos camponeses-ribeirinhos foram expandindo numericamente e o estuário ribeirinho foi sendo povoado, acarretando a necessidade de maior quantidade do fruto para o autoconsumo familiar. Em se tratando de comercialização, a partir do ano 2000, se instalaram nas vilas de Porto Grande e Carapajó os primeiros batedores de açaí, que processam o fruto em máquinas industriais de bater açaí, para a retirada da polpa, também conhecida como

“vinho”. Nesse contexto, a comercialização da produção de açaí dos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo deixou de ser exclusivamente realizada nas feiras e passou também a acontecer nos batedores.

Embora os batedores absorvessem uma quantidade expressiva da produção do açaí extrativista da comunidade, o desperdício do fruto ainda era significativo, e o preço auferido por lata³¹ no valor máximo de R\$ 10,00, desmotivava os camponeses-ribeirinhos. Mas em meados de 2006, na Ilha Guajará de Baixo, configura-se um novo cenário para a comercialização do açaí. As agroindústrias processadoras da polpa do fruto emergem como um novo mercado. A partir da safra do açaí de 2006, intermediários representantes de agroindústrias instaladas no estado do Pará iniciaram os primeiros percursos na Ilha Guajará para a compra do fruto.

Segundo Brondízio (2008), a expansão do consumo e produção de açaí, atrelou-se a fatores endógenos e exógenos. No contexto amazônico, desde o período de colonização, perpassando pelos principais ciclos econômicos, como por exemplo o da borracha, o vinho de açaí com a farinha de mandioca eram o principal alimento das famílias de baixa renda dos povoados rurais. Nos centros urbanos, a intensificação do consumo, atrelou-se a urbanização da capital paraense na década de 1970, entretanto, o açaí era visto como alimento de pobre.

No cenário nacional, o açaí ganhou destaque a partir de 1990, quando os estudos científicos comprovaram os benéficos nutricionais do fruto, desde então açaí passou a ter maior visibilidade no país, o suco passou a ser consumido em todos os estados brasileiros e por todas as classes sociais (CORRÊA, 2010). No contexto internacional, a demanda por polpa de açaí, teve início na década de 2000, tornando-se um mercado em acessão nos últimos anos, sendo consumido pelos habitantes mundo afora, misturado com outros produtos conhecido como Mix, assim como utilizado na fabricação de subprodutos (BRONDÍZIO, 2008).

Os reflexos dessa valorização no contexto local, passou a vigorar a partir de 2000 com a inserção dos batedores. Entretanto, mais precisamente a partir do ano 2006, com a entrada dos intermediários, a Ilha vivenciou o auge da valorização econômica do fruto, pois, estes passaram a comprar todo o excedente produtivo local. Isso motivou as famílias na expansão dos açazais com o emprego de técnicas distintas de manejo, em decorrência, o ecossistema de várzea da Ilha Guajará de Baixo vem sofrendo drásticas mudanças na composição vegetal.

³¹ Unidade de medida correspondente a 14 kg, utilizada para a comercialização do açaí fruto.

3.4 AS DINÂMICAS DOS MERCADOS DE COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ

Os camponeses-ribeirinhos da Ilha de Guajará de Baixo costumam comparar a safra do açaí como a “época gorda”. Nesse período, o foco produtivo nas UPF se volta para essa atividade agroextrativista, pois são nesses meses que se consegue maior renda proveniente das produções, a qual é estrategicamente importante para subsidiar os meses “escassos”. Esses meses de época gorda são também considerados como o período de maior ocupação das famílias devido à coleta diária do fruto para o autoconsumo e comercialização.

Constatou-se três pontos de comercialização de açaí acessados pelos camponeses-ribeirinhos: as feiras, os batedores e os intermediários. As feiras locais, nas vilas de Porto Grande e Carapajó, realizadas diariamente, são as mais acessadas pelos camponeses ribeirinhos de Guajará, por serem as mais próximas da comunidade. Ressalta-se que a feira principal acontece aos domingos pela manhã, momento em que se reúne o maior fluxo de compradores e vendedores dos entornos das vilas. Para além do açaí de várzea das UPF dos camponeses-ribeirinhos, nesses espaços, é comercializada também expressivamente a farinha de mandioca produzida por camponeses residentes em terra firme. Segundo os camponeses-ribeirinhos que comercializam o açaí nas feiras, o preço alcançado é o principal atrativo, enquanto que a incerteza e demora na comercialização, torna-se um impedimento.

A feira é o mercado onde eu alcanço o maior preço de venda para o açaí, se o intermediário passa pagando R\$ 20,00 na lata, na feira pode ter certeza que consigo vender por R\$ 25,00 a 30,00, mas é um mercado incerto, as vezes da boa a venda, outras vezes não (Camponês-ribeirinho, 51 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, out/2020).

A vantagem desse mercado para a venda do açaí é o preço da lata superior entre R\$ 5,00 a R\$ 10,00 a mais que o pago pelos intermediários e batedores (Camponês-ribeirinho, 45 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, nov/2020).

A importância da comercialização do açaí nas feiras dá-se, sobretudo, devido a oferta do produto ser realizada diretamente dos camponeses-ribeirinhos aos consumidores finais, permitindo ao cliente a escolha da qualidade física, desejável no ato da compra. Em particular, nas feiras de açaí da sede e vilas do município de Cametá, a venda desse produto é realizada em frasco³², possibilitando o acesso ao açaí *in natura*, em quantidade fracionada, aos consumidores de baixa renda. Ressalta-se que nos meses de março a dezembro de 2020, devido à pandemia da Covid-19, a comercialização do açaí nas feiras de Porto Grande e Carapajó foram suspensas. A comercialização que permaneceu ativa foi a dos batedores.

³² Unidade de medida, com volume de 2 litros, utilizado para a venda de açaí *in natura*, fracionado.

Na comercialização do açaí aos batedores locais, o mercado funciona especificamente por encomenda, semelhante ao delivery, de maneira que os batedores contatam os camponeses-ribeirinhos para agendarem o dia e hora de entrega, assim como combinarem a quantidade e os valores a serem pagos. Para os camponeses-ribeirinhos, o acesso a esse mercado torna-se mais frequente na entressafra do açaí (janeiro a junho), pois nesse período os comerciantes intermediários não atuam na compra do fruto na Ilha Guajará de Baixo devido à redução da oferta, tornando-se as feiras e os batedores as únicas opções de mercado.

Na safra do açaí (agosto a dezembro), os intermediários (Figura 12) adentram à Ilha Guajará para a compra do fruto destinado aos mercados externos. Eles detêm preferência na comercialização. As latas de açaí compradas pelos intermediários na Ilha Guajará são conduzidas até o porto da balsa na vila de Carapajó, onde são repassadas para as basquetas dos caminhões das agroindústrias processadoras de polpas para, então, serem transportadas aos destinos finais.

Figura 12- Intermediários atuando na compra de açaí em Guajará de Baixo



Foto: Arquivo de campo (2015).

Para 100% dos camponeses-ribeirinhos, a partir de 2006, quando os intermediários passaram a fazer parte do contexto do mercado local de açaí, a comercialização do fruto foi facilitada devido a demanda incessante de açaí agroextrativista, apesar do preço pago por lata ser inferior aos outros mercados. Nos trechos das entrevistas, evidenciam-se as vantagens e desvantagens desse tipo de comercialização:

Na comercialização para o intermediário, tu não precisas ir levar pra ele, ele pega no porto, a gente não tem despesa, basta fazer a colheita, trazer pra casa e ele recolhe a produção aqui mesmo (Camponês-ribeirinho, 45 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, nov/2020).

Ele compra em qualquer quantidade e não exige muita qualidade (Camponês-ribeirinho, 34 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, set/2020).
A única desvantagem é no preço, sempre eles pagam um valor inferior aos outros mercados (Camponês-ribeirinho, 61 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, nov/2020).

Percebe-se que os intermediários se preocupam mais em obter elevada quantidade de fruto do que frutos com elevada qualidade. Segundo os entrevistados que acessam o mercado via intermediário, esses compram o açaí de aparência física avermelhada no início da safra, e no final da safra os frutos são comercializados com a aparência física “moqueada”, ou seja, “frutos que foram colhidos em dias anteriores ou ocorreu a demora no transporte e começou a secar” (HOMMA et al., 2006, p. 13). Além de não se importarem com a presença de insetos misturados com o fruto, o que é comum no ato da colheita.

3.5 CORRELAÇÕES ENTRE ESCALAS DE SOMBREAMENTO E TIPOS DE AGRICULTURA

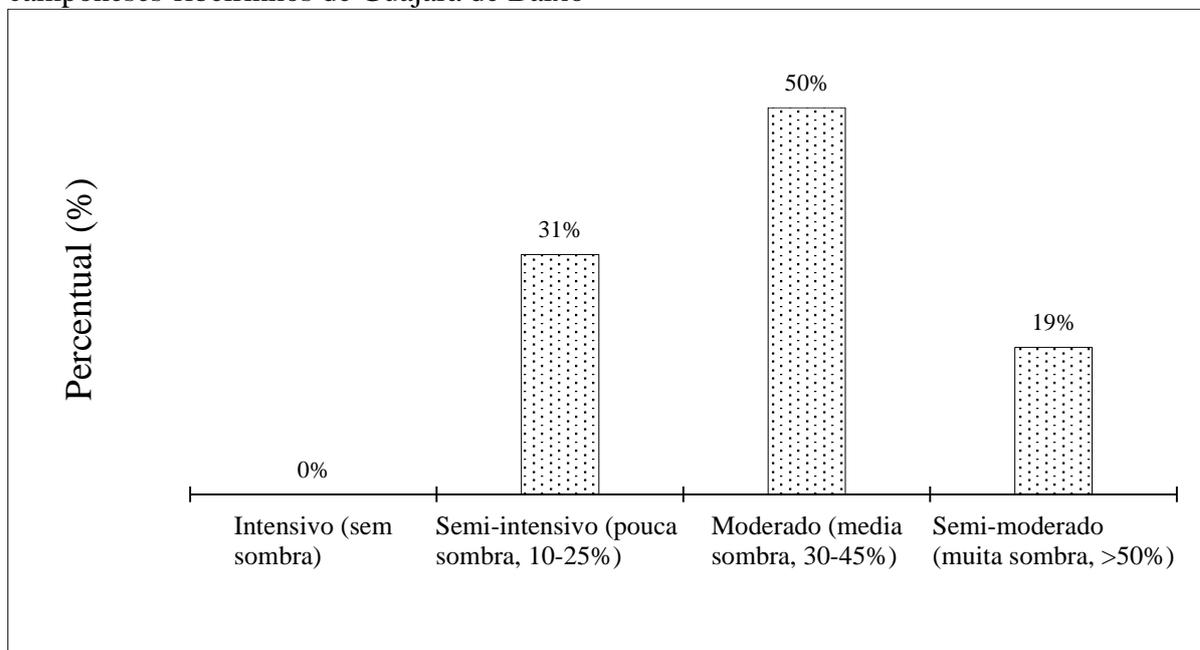
Grossmann et al. (2004), Santos, Sena e Homma (2012), Araújo e Navegantes-Alves (2015) e Azevedo (2010), ao pesquisarem manejo de açazais³³ de várzea por camponeses-ribeirinhos do estuário amazônico, constataram quatro tipos de manejo: intensivo; semi-intensivo; moderado e; semi-moderado. Para os mesmos autores, o que muda em cada tipologia de manejo é a intensidade das práticas empregadas, que se relacionam diretamente com a quantidade de espécies florestais em consórcio com os estipes de açazeiros por hectare, fator que, por conseguinte, influencia na escala de sombreamento dos açazais.

Na Ilha Guajará de Baixo, a intensidade de manejo dos açazais praticado por camponeses-ribeirinhos se diferencia nas UPF. Constatou-se três escalas de sombreamento nos açazais, cada uma correlacionada a um tipo de manejo, sendo estes: o semi-intensivo, o moderado e o semi-moderado. Na Figura 13, observa-se que os açazais com sombreamento moderado foram os mais constatados (50%) na Ilha, seguidos pelos açazais com pouca sombra (31%) e com muita sombra (19%). Em nenhuma UPF foi constatado açazais sem sombreamento, o que seria compreendido como um monocultivo. Ressalta-se que as práticas de manejo empregadas pelos camponeses-ribeirinhos, foram mencionadas pela maioria dos entrevistados (75%) como proveniente exclusivamente do conhecimento contextual, enquanto os demais entrevistados (25%) mencionaram receber influência direta de agentes externos na

³³ Açazal manejado é aquele em que o ribeirinho realiza pelo menos uma das seguintes práticas: enriquecimento do açazal, com o transplante de mudas ou semeadura de sementes, desbaste dos estipes, roçagem e raleamento da mata (AZEVEDO, 2010).

configuração das práticas de manejo. Esses agentes externos, nesse contexto, foram mencionados como: técnicos de cooperativas, associações e bancos.

Figura 13- Escala de sombreamento relacionada ao tipo de manejo nos açazais dos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Segundo Araújo e Navegantes-Alves (2015), as práticas no manejo do açazal pouco têm se modificado ao longo do tempo, contudo, a intensidade e frequência delas é que sofreram alteração. Nos açazais em sombreamento moderado, observou-se que as famílias realizam o desbaste das touceiras, fazendo a seleção das mais sadias e produtivas, deixando, em média, 5 estipes por touceiras. Também são retiradas as árvores que causam sombreamento excessivo, e algumas sem valor econômico. Para o enriquecimento do açazal, as famílias realizam principalmente a semeadura à lanço, o transplante de mudas nativas e o manejo de estipes juvenis provenientes da regeneração natural. As roçagens acontecem duas vezes por ano, no início e final da safra do açaí, com mão de obra basicamente familiar. Em alguns casos, a troca de diária é realizada e um camponês-ribeirinho trabalha na UPF de outro na realização de uma atividade específica e em outro momento o trabalho se dá na UPF do segundo. Características semelhantes foram encontradas por Azevedo (2010), no contexto ribeirinho das ilhas de Paquetá e Ilha Grande, do município de Belém. Em suas pesquisas, evidenciou que essas práticas geram uma produção de 9.660kg/ha/ano e a garantem a permanência média de 250 espécies florestais/ha, em um sistema de sub-bosque.

Nos açazais com pouca sombra, os camponeses-ribeirinhos retiram os cacauzeiros, e todas as espécies florestais sem valor econômico, deixando poucas espécies madeiras como a andirobeira e a ucuúbeira. As touceiras constituem-se por no máximo quatro estipes, e a roçagem do açazal acontece, pelo menos, três vezes ao ano, por roçadores que são pagos com diárias. Esses roçadores eliminam as espécies de estratificação baixa, como cipós, jacitaras (*Desmoncus orthacanthus* Mart.) e arumãs (*Ishnosiphon Ovatus*), sendo esses dois últimos importantes matérias-primas para a confecção de utensílios artesanais. O enriquecimento do açazal dá-se por semeio a lanço, transplante de mudas nativas e variedades melhoradas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA.

Já nos açazais com muita sombra a roçagem é realizada uma vez por ano, por meio da mão de obra familiar ou troca de diária. São deixadas de 5 a 6 estipes de açazeiro por touceiras, sem espaçamento definido. Nesses açazais, além do açaí, prioriza-se os arumãs, jacitaras, e as espécies vegetais madeiras e não-madeiras que são mantidos até que seja necessário retirá-las para a produção de lenha ou madeira. O enriquecimento dos açazais constitui-se do manejo das plantas juvenis de regeneração natural e, em alguns casos, pelo semeio à lanço das sementes de açaí. Segundo os camponeses-ribeirinhos, não se aplica o transplante por mudas devido o estágio de desenvolvimento do vegetal para a produção do fruto ser mais lento em comparação aos tipos de enriquecimento à lanço e manejo dos estipes juvenis.

Observa-se as influências dos tipos de agricultura camponesa e empresarial são refletidos, de formas distintas, também no emprego das práticas de enriquecimento dos açazais. As UPF que desenvolvem o enriquecimento através do manejo dos estipes de regeneração natural, conduzem a produção mais acelerada de açazais sombreados, mobilizando o conhecimento contextual. O que lhes aproxima mais do tipo camponês de agricultura. Enquanto que nas UPF que recorrem as sementes melhoradas da EMBRAPA, desenvolvidas para o cultivo em ecossistema de terra firme, necessariamente os camponeses necessitam de capacitação técnica no manejo da espécie em várzea, assim como de insumos externos, pois essas variedades de açaí são altamente dependentes de adubação química balanceada (HOMMA, 2012). Nessas UPF percebe-se nas práticas existentes a aproximação ao tipo ideal de agricultura empresarial, e o distanciamento da agricultura camponesa. Ressalta-se que uma vez alcançado os projetos de vida ou anseios das famílias, os camponeses-ribeirinhos podem adotar novas práticas e integrar-se a outro tipo ideal de agricultura.

Ademais, segundo Ploeg (2009, p. 2), uma das diferenças entre o tipo de agricultura camponesa e o tipo empresarial é a concepção da relação sociedade-natureza. Enquanto a agricultura camponesa “é fortemente baseada no capital ecológico da natureza viva”, o modo empresarial “afasta-se progressivamente da natureza”. Essa relação pode ser observada nas práticas de manejo empregado nos açazais quanto às escalas de sombreamento. Observa-se que nos açazais com sombreamento moderado e com muita sombra, existe forte relação dos camponeses em conciliar os componentes da natureza com a produção de açaí. Essa coprodução e coevolução do social com o natural, é decisiva na obtenção de níveis mais elevados de produtividade e autonomia, sem a necessidade de recorrer a insumos externos (PLOEG, 2008). Por conseguinte, é possível dizer que essa materialização de práticas se aproxima mais do tipo ideal de agricultura camponesa.

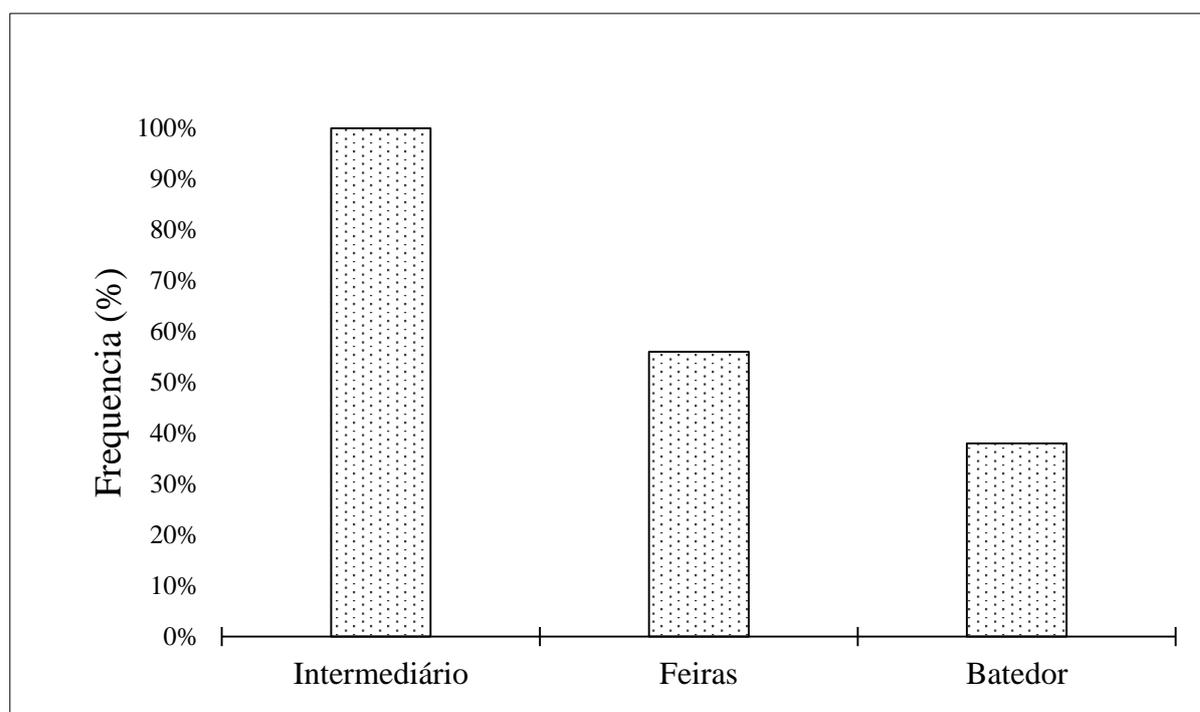
Nos açazais com pouca sombra, prioriza-se o açaí, desconsiderando as outras espécies vegetais, o que leva, conseqüentemente, a uma dependência das famílias a um único produto e a maior pressão no ecossistema para se chegar à produtividade desejada. Ou seja, nesse caso, é possível verificar um distanciamento dessas práticas do tipo de agricultura camponesa e uma aproximação dessas ao tipo empresarial de agricultura.

A coprodução torna-se mais evidente nos açazais com muita sombra, justamente pois nesses sistemas as famílias mantêm a diversificação vegetal e reduzem a frequência e intensidade da roçagem anual. Assim, a “natureza viva” oferece-lhes produtos diversos, tais como: alimentos, fibras, madeira, dentre outros relacionados ao seu maior alcance de autonomia. Segundo Ploeg (2009, p. 4), essa base de recursos autogerida pelas famílias envolve tanto recursos sociais como naturais, moldados para “comportar, tanto quanto possível, os interesses e as expectativas da família camponesa”.

Mobilizando as reflexões de Ploeg (2003), é possível alegar que os diferentes tipos de manejo podem se materializar como possíveis estratégias de resistência a algum tipo de processo homogeneizante de desenvolvimento fomentado pelo Império, como, por exemplo, certos mercados ou determinadas tecnologias. Dessa forma, a condução de um sistema diversificado em tipos de espécies, a escolha por determinadas práticas e mesmo pelo acesso a determinados mercados pode se constituir por esses camponeses-ribeirinhos como estratégia de enfrentamento ao formato homogeneizante proposto pela lógica do Império. No contexto dessa pesquisa, é possível visualizar a personificação do Império na consolidação de determinados mercados de comercialização do açaí, por exemplo.

O conjunto de estratégias desenvolvidas por esses sujeitos nas práticas de manejo e acesso aos mercados, são vistas por Ploeg (2008) como espaços de manobras por meio dos quais as famílias buscam ajustar-se às constantes transformações da sociedade. No contexto de Guajará de Baixo, percebe-se que a escolha do mercado a ser acessado para a comercialização do açaí tem relação intrínseca com os espaços de manobra construídos e aproveitados pelos camponeses-ribeirinhos. Na Figura 14, evidencia-se a presença do intermediário nos processos de comercialização do açaí praticados por 100% dos entrevistados. Segundo estes, o principal motivo de comercialização por meio do intermediário é a facilidade na venda, uma vez que o intermediário passa diariamente nos beiradões³⁴ para a compra do açaí. Nas feiras e batedores, o preço é a principal vantagem, sendo o batedor o qual paga o valor mais elevado na lata.

Figura 14- Mercados acessados pelos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A maioria (78%) dos camponeses-ribeirinhos acessa os três tipos de mercados, 16% acessam exclusivamente os intermediários e 6% mantem vínculo com o intermediário e o batedor. Entretanto, os “espaços de manobra” desses camponeses-ribeirinhos ganham configurações nas feiras e batedores, pois há maior barganha de preços e construção de laços de amizade e confiabilidade entre vendedor e comprador.

³⁴ Estuário de várzea, à margem dos rios e igarapés, onde se localiza as residências dos camponeses-ribeirinhos.

Algo a ser considerado é o papel que o intermediário desempenha nos processos de comercialização no qual todos os entrevistados estão inseridos. Ainda que tal intermediação nos processos de comercialização implique na menor autonomia dos camponeses-ribeirinhos e eles reconheçam isso, obstáculos para a venda da produção em mercados que não exigiriam essa intermediação afastam alguns camponeses-ribeirinhos destes. Alguns obstáculos verificados foram: exigência de uma boa aparência e qualidade física do fruto, tempo disponível para a condução da produção a esses mercados, incerteza de comercialização, etc.

Constatou-se que todos os camponeses-ribeirinhos das UPF com pouca sombra acessaram o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF. Nesse caso, de forma articulada à valorização do açaí em distintas escalas, o acesso ao crédito estimulou no manejo e expansão dos açazais dessas que tiveram acesso ao programa entre os anos de 2000 a 2008. Essas famílias desprovidas de recursos financeiros, que não tinham condições de pagarem diárias para os operadores de motosserra fazerem a derrubada da vegetação nas UPF, com o acesso ao crédito do PRONAF, parte do recurso foi investido no pagamento de diárias a esses trabalhadores.

Segundo os camponeses-ribeirinhos contemplados no programa, para esses terem acesso ao crédito, o Banco encaminha o responsável técnico para georreferenciamento e posterior avaliação técnica da UPF. A aprovação do crédito se dava de forma mais facilitada às UPF que disponibilizavam maior área de floresta extrativista, visando o manejo do açaí. Após aprovação pelo Banco, os valores financiados variavam proporcionalmente aos tamanhos das propriedades e projeto desenvolvido. Na fase inicial de implantação dos açazais, o Banco encaminha o responsável técnico para prestar orientações sobre os procedimentos na abertura das novas áreas destinadas aos açazais a serem manejados dos camponeses-ribeirinhos. Os trechos de entrevista abaixo apresentam alguns detalhes desse processo:

O meu terreno quase todo era só mata. Quando eu recebi a primeira parcela do Banco, comprei um motosserra e fiz a derruba com a orientação do técnico. Ele aconselhava a derrubar o buritizeiro, o mututizeiro, todas essas árvores maiores pra abrir espaço para o açaí (Camponês-ribeirinho, 63 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, dez/2020). O técnico que veio nos ensinar no manejo, me orientou a derrubar os açazeiros nativos e replantar em fileira, na área onde aderir a orientação, só deu problema, até hoje eu devo pro Banco (Camponês-ribeirinho, 60 anos, Guajará de Baixo, set/2020).

Resque e Silva (2017) ao pesquisarem sustentabilidade multidimensional de agroecossistemas familiares em uma comunidade de várzea, no município de Cametá-PA, identificaram que as UPF que tiveram acesso ao PRONAF apresentaram elementos de insustentabilidade ambiental, social e técnico-econômica, como o endividamento e redução na diversidade. Na Ilha Guajará de Baixo, a principal causa do endividamento no Banco, segundo

os camponeses-ribeirinhos que tiveram acesso ao PRONAF, foi motivado pela baixa produtividade e perda da qualidade do açaí, que secava nas áreas sem vegetação.

As falhas nas orientações técnicas na Ilha Guajará de Baixo podem ser justificadas, em parte, pelo desconhecimento técnico sobre os ecossistemas de várzea do Baixo Tocantins e dos comportamentos agronômicos distintos dos açazais nativos e aqueles de ecossistema de terra firme. Isso reforça que a homogeneização das práticas impulsionadas pelos Impérios Agroalimentares torna-se falíveis, quando os pacotes tecnológicos, criados em laboratórios, tão pouco articulam-se as particularidades da realidade local, gerando desconhecimento técnico de uma complexidade totalmente diferente do dito laboratório.

Salienta-se que o principal motivo de acesso ao crédito do PRONAF, foi para expandir os açazais em virtude da demanda de um mercado específico, o externo, via intermediário. No caso do entrevistado 1, camponês-ribeirinho, de 63 anos, proprietário de 7 hectares, que acessou o PRONAF no ano de 2008. Com a ajuda financeira para a intervenção do manejo em sua UPF, o açazal em sistema agroextrativista aumentou em extensão, passando a ocupar aproximadamente 80% da área total, na comparação dos anos 2000 e 2020. Isso aconteceu em mais outras quatro UPF que tiveram aumento de mais de 70% na extensão de açazal, após acesso ao programa.

Percebeu-se nesses casos uma relação entre esses fatores e as mudanças no nível de manejo e sustentabilidade do ecossistema. Quanto mais passou a ser demandado no quesito quantidade de produção pelos intermediários, mais intensificado tornou-se o manejo nesses sistemas e menor seu sombreamento. Ademais, o acesso ao PRONAF contribuiu para essas práticas de intensificação de manejo. Essas constatações corroboram a reflexão de que tais práticas aproximam mais esses camponeses do tipo empresarial de agricultura, o qual está conectado ao acesso constante aos mercados externos para compra de insumos e/ou venda da produção. No caso dos açazais com pouca sombra a comercialização do açaí acontece exclusivamente para os intermediários. Nas entrevistas, essas famílias alegaram buscar níveis mais elevados de produção para atender esse mercado que demanda produção elevada.

Segundo um intermediário, 48 anos, atuante na compra de açaí na Ilha Guajará, desde 2006, ao mencionar três UPF que lhe fornecem a produção de açaí constantemente, observou-se que em ambas foi acessado ao PRONAF, conseqüentemente os açazais constituem-se em pouca sombra. O mesmo intermediário, afirma que:

Esses produtores vendem só pra nós [intermediários], se eles levarem para a feira, ou para o batedor, esses não compram, porque o açaí desses açazais dificilmente fica bem preto, além do que a gente vê que o caroço é seco [contém pouca polpa]. Eu compro, pois a fábrica [agroindústria de açaí] pra onde eu mando a produção, não

exige tanta qualidade, eles querem que a gente mande em grande quantidade (Intermediário, 48 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, set/2020).

Ressalta-se que outros camponeses-ribeirinhos, compreendem que o sombreamento interfere na qualidade do fruto, e sobretudo na dinâmica de mercados a serem acessados para a comercialização do açaí. Observa-se no trecho de entrevista:

O açaí não é do lavrado, o açaí não é do campo aberto, o que acontece hoje é que em muitos terrenos está só açazal, e o açaí perde a qualidade por causa disso, muitas vezes o produtor não consegue vender por um preço bom. O açaí do mato do produto (X) ninguém quer comprar o açaí dele, porque é um açaí seco, ele derrubou todas as árvores do mato e o açaí não presta, ele seca antes de pretar. Agora vai nessas outras ilhas onde eles deixam o miritizeiro pra fazer a sombra no mato, lá o açaí fica tuíra mas num seca. Ai amplia mais as opções de mercado, se tu levar na feira tu vende, se tu levar pro batedor ele compra, aí tu não fica refém do intermediário (Camponês-ribeirinho, 34 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, set/2020).

Ademais, os camponeses-ribeirinhos que mantêm vínculo com intermediário e batedor são exclusivamente os quais possuem açazais na escala muita sombra. A preferência na venda dá-se aos batedores, apenas o excedente é vendido ao intermediário, materializando-se os espaços de manobra nos mercados. Segundo os camponeses-ribeirinhos, os batedores são bastante exigentes na qualidade do fruto, além de não aceitarem o tipo de açaí comprado pelos intermediários. Os batedores preferem açaí de área sombreada, pois são vistos como açaí de alta qualidade. As famílias afirmam que nesses frutos concentra-se maior quantidade de polpa, obtendo melhor rendimento no despolpamento.

Para Ploeg (2008), o tipo camponês de agricultura está vinculado ao aumento do valor agregado, exatamente o que pode ser verificado como busca entre tais camponeses-ribeirinhos que detêm áreas de muita sombra. Ao invés da abertura de novas áreas para o cultivo, esses camponeses enfrentam o ambiente hostil do sistema capitalista por meio da geração independente de renda no curto, médio e longo prazo. Percebe-se o efeito do sombreamento como estratégia de aumento do valor agregado na produção de açaí em açazais em escala muita sombra. Ademais, a diversidade produtiva gera produtos durante todo o ano.

Observou-se que as famílias que acessaram as três opções de mercados são as mesmas que possuem escalas de sombreamento média sombra e muita sombra nos açazais. Salienta-se que essas famílias, são as que mais possuem autonomia para encarar os ambientes hostis dos mercados. O acesso a mais de um mercado é observado como o “espaço de manobra” constituído por tais camponeses.

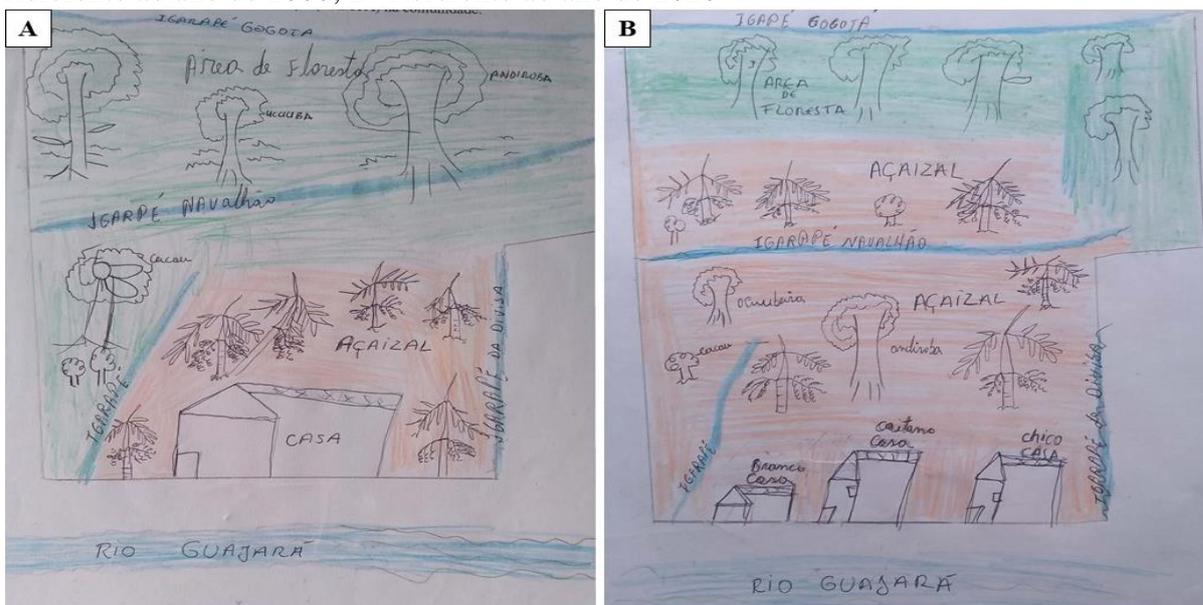
Salienta-se que nas UPF que mais se aproximam com o tipo ideal de agricultura camponesa, 87% dos entrevistados nunca tiveram acesso a palestras ou cursos sobre manejo de açazal. Entretanto, as trocas de conhecimentos entre vizinhos e parentes, e nas experimentações

realizadas nas UPF, através do conhecimento contextual, vêm impulsionando as reflexões críticas acerca das limitações na tomada de decisão sobre o manejo intensivo do ecossistema para a produção de açaí.

3.5.1- Os fatores catalisadores de transformações nas unidades de produção familiares da Ilha Guajará de Baixo

No mapa da UPF (Figura 15), de um camponês-ribeirinho, 63 anos, natural da Ilha Guajará de Baixo, comparando a Figura 15-A e 15-B, constata-se a acelerada expansão do açaizal para zonas mais distantes ao estabelecimento, ocasionando a transformação na composição vegetal.

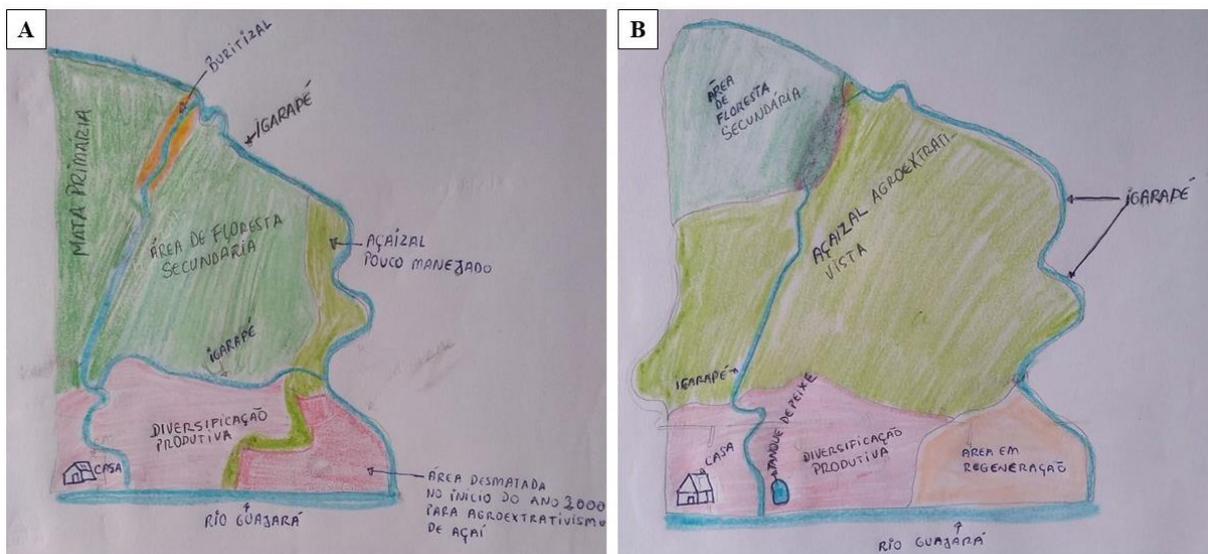
Figura 15- Mapa da UPF elaborado por camponês-ribeirinho de Guajará de Baixo. A- Referente ao ano de 2000; B- Referente ao ano de 2020



Elaboração: Camponês-ribeirinho, 63 anos, Guajará de Baixo (2020).

No destaque A da Figura 16, referente ao mapa da UPF, do ano 2000, observa-se a presença de igarapés de uso privado, preservação da mata ciliar, diversificação produtiva próximo a residência, com a presença de açaizal extrativista, e grande extensão de floresta primária e secundária em zonas mais afastadas dos estabelecimentos.

Figura 16- Mapa da UPF elaborado por camponês-ribeirinho de Guajará de Baixo. A- Referente ao ano de 2000; B- Referente ao ano de 2020



Elaboração: Camponês-ribeirinho, 43 anos, Guajará de Baixo (2020).

Os camponeses-ribeirinhos, proprietários das UPF, apresentadas nas Figuras 15 e 16, vivenciaram as fases de valorização econômica do açai na localidade, desde o surgimento dos batedores, até o contexto atual, que se configura com a presença dos intermediários. Na expansão dos açazais para a produção de fruto, com o interesse na venda para os intermediários, nessas UPF (Figuras 15 e 16), assim como em outras 31%, pelo menos uma parte de sua propriedade foi desmatada completamente. Na comunidade, sobretudo, a partir de 2006, os açazais passaram a ser manejados, configurando um sistema agroextrativista de produção, com incremento de novas técnicas e expansão dos açazais para a área de mata secundária, provocando transformações locais (HOMMA et al., 2006).

Observa-se na Figura 16-A uma área à margem do rio Guajará, que foi desmatada completamente para a expansão do açazal, na intenção da produção de frutos para a comercialização aos intermediários. No trecho da entrevista, evidencia-se ainda mais essa transformação:

Nessa área, tinha poucos açazeiros. Para aumentar a produção, eu e meu avô que ainda era vivo fizemos a derrubada total da vegetação e semeamos açai. Me recordo que no primeiro ano a tiririca dominou a área [provocado pela exposição do solo aos raios solares], ficou uma brenha³⁵! Tivemos que fazer a roçagem constantemente até o açazeiro crescer. A primeira safra, em 2006, colhemos pouco, o açazal era muito abafado, naquele tempo não tínhamos noção de técnicas de manejo de açazal (Camponês-ribeirinho, 43 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, ago/2020).

Em um segundo momento, a expansão do açazal na UPF como demonstra a Figura 16-B, ocorreu mais fortemente a partir de 2007. No mapa de 2020, cerca de 90% da propriedade

³⁵ Local com predominância de ervas daninhas.

constituía-se em açazal manejado, em sistema agroextrativista. O excedente produtivo do açai agroextrativista, destina-se aos mercados locais (feiras e batedores) e estadual (intermediário).

O desmatamento total da vegetação da área que, em 2020, encontrava-se em estado de regeneração natural (Figura 16-B) ocasionou desequilíbrio no ecossistema e influenciou na qualidade do açai. Nesse tipo de manejo, mais próximo de um sistema monocultor, Ploeg (2008) alerta para os efeitos da degradação do capital ecológico (os recursos disponíveis no ecossistema) proveniente do aumento da pressão imposta no ecossistema. No relato, do camponês-ribeirinho é possível perceber as correlações dessa tomada de decisão e as transformações do meio biofísico:

A gente tem comparação no manejo de açazal que foi desmatado tudo, percebe-se que o açazal fica doente, ele dá uma produção até um certo nível, daí diminui o cacho, diminui o palmito, o açazeiro fica sem nutrientes. Em alguns açazeiros as flores e frutos não seguravam na penca [ráquias] [aborto do fruto]. O açai secava antes de ficar preto [não completava o estágio de maturação]. Na beirada do rio, onde foi retirada a vegetação a terra começou a quebrar [erosão] (Camponês-ribeirinho, 43 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, ago/2020).

Os diversos problemas constatados nas áreas desmatadas são recorrentes nos sistemas de monocultivos dos camponeses-ribeirinhos de Guajará de Baixo. Dos principais problemas nos açazais citados pelos entrevistados, 56% estão correlacionados à redução da produtividade, 44% ao aborto das flores e seca do fruto e 31% ao aparecimento de pragas. Esses problemas foram mencionados por todos os camponeses-ribeirinhos com açazais pouco sombreados. Azevedo (2010) correlaciona o surgimento de pragas e doenças, o assoreamento dos igarapés e a erosão do solo nos beiradões com a retirada da vegetação nativa, inclusive da mata ciliar.

Para Azevedo et al. (2019), a diminuição dos recursos pesqueiros e assoreamento dos igarapés nas comunidades ribeirinhas, grande parte tem sido em função da derrubada das matas ciliares para a expansão dos açazais, esse fator se agrava ainda mais quando os igarapés são de uso comum. Pois a preservação de um recurso de uso comum somente se concretiza com os acordos comunitários e consentimento dos envolvidos, fato que muitos não respeitam, ocasionando inclusive conflitos comunitários.

Ressalta-se que no mapa de 2020, na Figura 16, o camponês-ribeirinho e seu avô, expandiram o açazal em uma segunda área para atender a demanda do mercado intermediário. Nessa etapa, priorizou-se a seleção das árvores sem valor econômico para serem derrubadas, dando preferência na permanência de espécies vegetais madeireiras. Os problemas ambientais se agravaram com a derrubada da mata ciliar dos igarapés, composta por buritizeiros e mututizeiros, essa ação antrópica, ocasionou o assoreamento em dois cursos d'água, um

próximo à residência, outro no entorno da área de buritizal (Figura 16-A), como evidenciado no trecho de entrevista a seguir:

Nessa segunda área que abrimos para o cultivo de açaizal, onde retiramos as árvores e os buritizeiros, se tu observares no mapa [de 2020], o igarapé secou. Devido esses problemas que nós já enfrentamos aqui no mato de casa, hoje eu tenho noção que não devo fazer o manejo retirando todas as árvores (Camponês-ribeirinho, 43 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, ago/2020).

Salienta-se que a seca dos frutos antes da maturação é consequência da insolação direta sobre os frutos, comum nos açaizais em escala pouca sombra. O entrevistado, ao fazer a comparação da produção de açaí em duas áreas, uma bastante sombreada e outra desprovida de sombra, observou que:

Na parte onde tem árvores e que passa o igarapé dá até três cachos pretos e tuíra e não seca, no outro lado onde está desmatado a gente não consegue nem deixar ele pretar porque vai estragando logo, então a gente acaba observando que não adianta desmatar completamente o açaizal (Camponês-ribeirinho, 31 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, dez/2020).

É possível compreender que o conhecimento contextual do camponês-ribeirinho na observação sobre a influência da escala de sombreamento nos açaizais foi determinante para manter a qualidade do fruto e rever o manejo empregado no açaizal. Da mesma forma, o “capital ecológico” e a coprodução são percebidas por ele mesmo como importantes na preservação das árvores, que garantirão o sombreamento no açaizal, aumentando a qualidade do fruto.

Segundo o camponês-ribeirinho, no açaizal desprovido de vegetação, “consegue-se até uma boa produção no início, mas depois não colhe mais nada, o açaizeiro dá até três cachos cheios, depois fica só a vassoura” (Camponês-ribeirinho, 29 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, ago/2020). Tais acontecimentos, descritos pelo entrevistado, são percebidos em demais UPF que se aproximam mais do tipo empresarial de agricultura, citado por Ploeg (2008), como “economia de escalas rápidas”. Nessas UPF, ainda que seja constatada uma maior produtividade no início, essa sofre posteriores reduções até chegar à estagnação.

Salienta-se que os fatores como a queda na produtividade e aborto das flores e frutos podem estar relacionados com o empobrecimento e deficiência nutricional do solo e redução da fauna, em especial dos microrganismos que contribuem na decomposição dos restos vegetais e dão vida ao solo, assim como das abelhas, principais polinizadoras das flores do açaizeiro.

Os camponeses-ribeirinhos de UPF, do tipo de agricultura camponesa, que prezam pela diversificação de espécies vegetais em sua UPF, reconhece os benefícios e serviços da fauna e flora (capital ecológico) em seu açaizal bastante sombreado. Como observa-se no trecho da entrevista:

O próprio miritizeiro muita gente não gosta, mas ele é um grande incentivador do açazal, ele atrai a abelha e essa abelha faz a movimentação do pólen, isso melhora a produção, dá cachos mais graúdos e cheios” (Camponês-ribeirinho, 48 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, set/2020).

Segundo Costa e Lima (2005), a diversificação de espécies vegetais e animais em uma mesma área contribui para o uso sustentável do ecossistema, apresentando vantagens, em relação ao monocultivo, na utilização da água, luz, ciclagem de nutrientes, manutenção da produtividade, segurança e autonomia alimentar dos camponeses.

O proprietário da UPF da Figura 16, sempre que possível, participa de cursos referentes ao manejo sustentável dos açazais, oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural- SENAR, em outras comunidades. Esses cursos vêm influenciando também em sua intenção de preservar aproximadamente 1,5 ha de mata secundária, restante em sua propriedade. O trecho de entrevista a seguir evidencia essa reflexão:

Agora quando eu faço o manejo, sempre mantenho a andirobeira, a ucuúbeira, o cacauero, e outras árvores que são abrigo para os pássaros. Essas árvores vão ficando não só por causa da madeira ou de outra produção, mas também pra fazer o sombreamento para o açazal, porque eu entendo que o açazal necessita de sombreamento. Hoje eu vejo a importância de manter o meu mato diversificado, até pelo motivo de minimizar os prejuízos que damos para a natureza (Camponês-ribeirinho, 43 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, ago/2020).

No contexto atual, nos açazais em escala pouca sombra, e em outras UPF que foram desmatadas para a expansão dos açazais, a maioria dos camponeses-ribeirinhos que tiveram problemas decorrentes dessa prática, atualmente, vêm enriquecendo os açazais com o manejo das espécies nativas de regeneração natural, como a andirobeira e ucuúbeira, assim como com a plantação de mudas de cacaueros, cedro e mogno.

Percebe-se que os camponeses-ribeirinhos permanecem em constante e criativas concepções de estratégias de produção e reprodução social, aplicando seus conhecimentos contextuais no manejo dos ecossistemas (SOBRINHO 2005). Essas estratégias exercem influência e são influenciadas por fatores externos, sejam estas políticas públicas ou os mercados (PLOEG, 2008). Especificamente sobre os mercados do tipo de cadeia externa (intermediário), se por um lado o acesso a estes garante novas oportunidades de gerar renda, por outro, acarretam em certa pressão sobre os camponeses-ribeirinhos no concernente à produção de excedentes. Como foi verificado na Ilha Guajará de Baixo, isso vem implicando na expansão de monocultivos, que colocam em risco a sustentabilidade do ecossistema, assim como a autonomia e segurança alimentar das famílias.

A ambiguidade do acesso a tais mercados se materializa na melhoria das condições de moradia dos camponeses-ribeirinhos da Ilha Guajará de Baixo, mas também potencializaram a

homogeneização da paisagem, relacionada a sérias consequências para a flora e a fauna (HOMMA et al., 2006). As melhorias de condições de moradia, das embarcações, agora motorizadas, a instalação de antenas de TV a cabo, de internet e telefones rurais evidenciam uma das facetas dessas transformações incitadas pela expansão dos monocultivos. Os trechos de entrevista destacam essas averiguações:

Na safra do açaí é o mês que a gente mais ganha dinheiro. Essa benção divina [açaí] a gente toma todo santo dia. Quando não tem, parece que fica um vazio na barriga. Ele alimenta a gente e o nosso bolso (Camponês-ribeirinho, 45 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, nov/2020).

Eu consegui levantar [contruir] minha casa só com dinheiro de açaí. Não tem melhor coisa do que vender açaí, eu com meus filhos, saímos de casa pela manhã, rápido a gente apanha 10, 15 latas (Camponês-ribeirinho, 48 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, set/2020).

Já comprei barco, geladeira, televisão, som, só com a venda do açaí. Meus meninos fazem dinheiro na safra do açaí, todo ano eles compram alguma coisa. Tem um pequeno meu que tem um terreno e tá investindo pesado no manejo do açaizal (Camponês-ribeirinho, 55 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, out/2020).

Aqui a gente faz negócio de 100, 200 reais por dia na safra do açaí. Tem coisa melhor do que vender açaí? (Camponês-ribeirinho, 58 anos, Guajará de Baixo, Cametá-PA, out/2020).

Observa-se que a expansão dos açaizais relacionada ao aumento de produção e a valorização econômica do fruto, vêm contribuindo para os camponeses-ribeirinhos locais alcançarem objetivos comuns, inclusive bens e serviços úteis para um melhor padrão de vida, elevando a autoestima dos camponeses-ribeirinhos.

Entretanto, apesar de algumas agroindústrias processadoras de polpa de açaí de várzea expressarem nas embalagens de seus produtos uma imagem de produto sustentável, por detrás deste marketing escondem-se “elevados riscos ambientais a médio e longo prazo” (HOMMA et al., 2006) devido ao manejo intensivo dos açaizais. Azevedo et al. (2019, p. 60) afirma que o manejo dos ecossistemas praticados por camponeses-ribeirinhos “está em crise, caracterizado pela existência de dilemas sociais no acesso à base de recursos e a consequente situação de sobre-exploração e/ou pressão sobre estes recursos. Entre passos e percalços, não se pode negar que os conhecimentos contextuais dos camponeses-ribeirinhos, empregados nas práticas de manejo do ecossistema, predomina em constante aperfeiçoamento, remetendo-nos que as lógicas camponesas-ribeirinhas são capazes de criar estratégias de resistência ao longo do tempo, tanto quanto possível, eficazes para atender os projetos de vida das famílias.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o período de ocupação do ecossistema de várzea amazônica os camponeses-ribeirinhos empregam práticas no manejo do ecossistema, com maior intensificação da intervenção humana em produtos voltados para os mercados. Para a comercialização do açaí na Ilha Guajará de Baixo, foi constatado que esses camponeses acessam os mercados regionais, como os batedores e feiras, mas também mercados de cadeia mais longa, nos quais o papel dos intermediários se mostrou preponderante. No contexto analisado, a expansão dos açazais em todas as UPF teve início a partir do ano 2000, e a maior intensificação de manejo, alguns anos depois, em 2006. Essas transformações foram motivadas justamente pelas mudanças decorrentes também nos mercados, sobretudo no que se referiu ao aumento da demanda pelo fruto do açaí. O envolvimento dos intermediários nos processos de comercialização e o acesso ao PRONAF por alguns camponeses foram fatores catalisadores dessas transformações também. As principais mudanças referem-se a práticas de sombreamento e de manejo nos açazais dos camponeses-ribeirinhos. Entre os anos de 2000 e 2020, observou-se de 31% dos açazais envolvidos nessa pesquisa sofreram transformações significativas, indo de um sistema diversificado e sombreado para um monocultivo e, portanto, desprovido de sombreamento para as plantas de açaí.

Nessa pesquisa foi então proposta escalas de sombreamento: sem sombra; pouca sombra; média sombra e muita sombra. A partir da mobilização dessas escalas para compreensão da realidade das UPF da Ilha, pôde-se verificar que nos açazais que atualmente se encontram na escala pouca sombra, os camponeses-ribeirinhos são totalmente dependentes do envolvimento do intermediário no processo de comercialização. Nos açazais com escala média sombra e muita sombra, os “espaços de manobra” são construídos com o acesso aos mercados regionais e de cadeia longa. Em algumas UPF que sofreram impactos negativos na produção de açaí em escala pouca sombra, vêm-se adotando práticas de recuperação florestal, através do manejo de espécies vegetais nativas de regeneração natural, assim como o plantio de mudas de espécies florestais.

O preço mais elevado para a comercialização do açaí é alcançado nos batedores que preferem o açaí proveniente de sistemas com muita sombra, que propiciam a formação de frutos de maior qualidade. Partindo-se da base teórica dos tipos de agricultura, pôde-se verificar que a aproximação das UPF aos tipos empresarial e camponesa influenciam diretamente nas estratégias delineadas por alguns dos camponeses-ribeirinhos. Assim como o Império

Alimentar e sua configuração irradia consequências para tais estratégias. Ao passo que é possível entender os camponeses-ribeirinhos que detêm escala pouca sombra nos açazais, tiveram acesso ao PRONAF e acessam exclusivamente os mercados de cadeia longa como mais próximos do tipo empresarial de agricultura, é facilitada a visualização do acercamento dos camponeses-ribeirinhos com açazais em escala média sobre e muita sombra ao tipo camponês. Nesse caso em específico, essa relação se dá inclusive justificada pela significativa importância que a coprodução e o capital ecológico ganham no manejo do ecossistema e pela estratégia de acesso a distintos mercados. Embora o acesso ao mercado intermediário seja percebido como uma conquista para os camponeses-ribeirinhos, a magnitude desse mercado impulsiona às práticas de manejo intensivo nos açazais.

Como é possível verificar, a realização dessa investigação evidencia a potencialidade da mobilização dos tipos ideais de agricultura para estudos acerca de outros processos produtivos e de comercialização, mais especificamente para as produções de commodities na Amazônia, como por exemplo o caso da soja.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, César Teixeira Donato de; NAVEGANTES-ALVES, Livia de Freitas. Do extrativismo ao cultivo intensivo de açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico: sistemas de manejo e suas implicações sobre a diversidade de espécies arbóreas. *Rev. Bras. de Agroecologia*. 10(1): 12-23 (2015).
- AZEVEDO, Hueliton Pereira. et al. Transição agroecológica: reflexões a partir de agroecossistemas de camponeses agroextrativistas na Amazônia numa perspectiva política. 2019.
- AZEVEDO, James Ribeiro de. Sistema de manejo de açazais nativos praticado por ribeirinhos. 2010.
- BALDIN, N; MUNHOZ, E. M. B. SNOWBALL (BOLA DE NEVE): Uma Técnica Metodológica para Pesquisa em Educação Ambiental Comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, X, 2011, Curitiba. **Anais**. p. 329 - 241. Disponível em: >http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf<. Acesso em: 24 abr. 2021.
- BRONDÍZIO, Eduardo S. The Amazonian Caboclo and the Açai Palm: Forest Farmers in the Global Market. **Advances in Economic Botany**, v. 16, p. iii-403, 2008.
- CORRÊA, Rosivanderson Baia. **Do território recurso ao território abrigo: Modo de vida e processo de valorização do açaí no município de Cametá- Pa**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2010.
- CORRÊA, Rosivanderson Baia. **Território e desenvolvimento: análise da produção de açaí na região Tocantina (PA)**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus de Presidente Prudente, 2017.
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2007.
- GONZÁLEZ, Meivis. Ortiz. **Conocimiento local y decisiones de los productores de Alto Beni, Bolivia, sobre el diseño y manejo de la sombra en sus cacaotales**. 2006. p. 76. Dissertação (mestrado el desarrollo y la conservación) - centro agronómico tropical de investigación y enseñanza. Turrialba, 2006.
- GROSSMANN, M. et al. Planejamento participativo visando a um manejo sustentável dos açazais amazônicos e regulamentações oficiais. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L. GROSSMANN, M. (Ed.). **Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 123 – 134. (Coleção Adolpho Ducke).
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. et al. Açai: novos desafios e tendências. **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2006.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia?. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 167-186, 2012.

MEDEIROS, Monique. **Sendas da sustentabilidade no desenvolvimento rural: os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

MENDONÇA, M. S de. et al. Etnobotânica e o saber tradicional. In: FRAXE, T. J P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (org.). Comunidades ribeirinhas amazônicas modos de vida e uso dos recursos naturais. EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Amazonas, 2007.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, p. 191-211. 1987.

PAGANELLI, Antonio Carlos Sperb; COTRIM, Décio Souza. Cooperativa de Agricultores Familiares e Processo de Recampesinização em Propriedades Produtoras de Tabaco: o caso de Sertão Santana. 2013.

PAM- Pesquisa Agrícola Municipal. Disponível em:
><https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam><. Acesso em: 10 jul. 2021.

PEREIRA, Marcelo Souza; WITKOSKI, Antônio Carlos. Construção de paisagem, espaço e lugar na várzea do rio Solimões-Amazonas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, 2012.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA**, 2009.

PLOEG, J. D. Van der. O modo de produção camponês revisitado. **A diversidade da agricultura familiar**, v. 2, 2006.

PLOEG, J. D. Van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. sn], p. 17-32. 2009.

PLOEG, J. D. Van der. **The virtual farmer: past, present and future of the Dutch peasantry**. Uitgeverij Van Gorcum, 2003.

PLOEG, J. D. Van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.). Ecología, campesinato y historia. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

PLOEG, J. D. Van der. **Camponeses e os Impérios Alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

REAL, Luciana Correia Villa; SCHNEIDER, Sergio. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. **Revista Estudo & Debate**, v. 18, n. 2, 2011.

RESQUE, Antonio Gabriel Lima; SILVA, Luís Mauro Santos. Sustentabilidade de agroecossistemas familiares em comunidade de várzea localizada no município de Cametá, estado do Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 11, n. 1, p. 103-118, 2017.

ROSSET, Peter M.; ALTIERI, Miguel A. Agroecology versus input substitution: A fundamental contradiction of sustainable agriculture. **Society & Natural Resources**, v. 10, n. 3, p. 283-295, 1997.

SANTOS, J. C dos.; SENA, AL dos S.; HOMMA, A. K. O. Viabilidade econômica do manejo de açazais no estuário amazônico: estudo de caso na região do Rio Tauerá-açu, Abaetetuba-estado do Pará. In: **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., 2012, Vitória. Agricultura e desenvolvimento rural com sustentabilidade: anais. Vitória: SOBER: UFES, 2012.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

SILVA, M. A. P da.; MALHEIRO, B. C. P.; RIBEIRO, R. A face ribeirinha na orla fluvial de Belém: espaços de (sobre) vivência na diferença. **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, p. 145- 169, 2005.

SOBRINHO, Sebastião Aluizio Solyno. A certificação do açaí na região. **riquezas**, v. 2, p. 23, 2005.

WOLF, Eric Robert. Aspectos sociais do campesinato. **Sociedades Camponesas**. 2 ed. p. 88-123, 1976.

4. ARTIGO 3- ESTRATÉGIAS COLETIVAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE AÇAÍ NO NORDESTE PARAENSE E A AMBIGUIDADE DISCURSIVA EM TORNO DA SUSTENTABILIDADE

RESUMO

No Nordeste Paraense, a redução da biodiversidade em ecossistema de várzea, provocada pelas práticas de manejo intensivo do açaí, tem provocado consequências socioambientais nas Unidades de Produção Familiares. Algumas organizações sociais envolvidas no circuito de comercialização do açaí, alegando a importância de reverter essa situação, vêm construindo junto aos seus associados práticas e discursos apresentados como mais sustentabilidade. Tendo em vista a complexidade dessas construções, o objetivo desse trabalho foi verificar dissonâncias e consonâncias entre tais discursos e práticas referentes à sustentabilidade socioambiental, desenvolvidos por lideranças de organizações sociais, bem como camponeses-ribeirinhos, envolvidos na comercialização do açaí da Ilha Guajará de Baixo, em Cametá-PA. Para esse fim, entrevistas semiestruturadas foram direcionadas a três camponeses-ribeirinhos associados e dezesseis não-associados a tais organizações e a representantes de dois dispositivos coletivos atuantes na organização e comercialização do açaí agroextrativista. As entrevistas foram gravadas e transcritas e o uso do Software *Iramuteq* foi mobilizado com o intuito de facilitar a análise do discurso desses interlocutores. As contribuições teóricas da Perspectiva Orientada ao Ator e suas pedras angulares fundamentaram as análises. Os resultados obtidos relevam que, se por um lado o estímulo à configuração da sustentabilidade por parte dos dispositivos coletivos leva a práticas de manejo dos açazais mais preocupadas com o uso devido do meio biofísico pelos camponeses-ribeirinhos associados a tais dispositivos, por outro lado, as pressões dos mercados por altas produções vêm desencadeando estratégias de comercialização dissociadas do discurso de sustentabilidade criado por esses atores sociais.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Discurso; Amazônia; Organizações sociais.

4.1 INTRODUÇÃO

A crescente demanda por alimentos no mundo influenciou a intensificação das atividades produtivas no meio rural, acelerando o aumento de produção de alimentos para abastecer os circuitos de comercialização, desde os vilarejos até as capitais dos estados. Entretanto, muitas das práticas puramente produtivistas acarretaram e persistem acarretando em muitos impactos à sustentabilidade em suas diversas facetas.

Referindo-se ao Nordeste Paraense, região que envolve 49 municípios, entre eles, Cametá e Tomé-Açu, dentre suas particularidades, o primeiro se destaca pela produção de açaí de várzea, e o segundo pelo processamento do fruto em agroindústrias para a produção de polpas, principalmente para a exportação para o Japão, Estados Unidos, Argentina e Alemanha (CORRÊA, 2010; KONAGANO, 2014, CAMATA, 2018). No estado do Pará, a demanda externa por açaí, que se acentuou nos anos 1990, levou à intensificação do manejo e à expansão dos açazais, em ecossistema de várzea (BRONDIZIO, 2008; ARAUJO; NAVEGENTES-ALVES, 2015). Hiraoka (1993, p. 5) caracterizou essa modificação na paisagem como “açazização da paisagem” dos estuários ribeirinhos amazônico, pois os estipes passaram a predominar sobre as outras espécies florestais.

Na Ilha Guajará de Baixo, em Cametá, os açazeiros têm presença marcante no estuário desde a década 2000, quando intermediários passaram a fazer parte dos processos de comercialização do açaí agroextrativista para abastecer o mercado externo. O emprego de práticas de manejo nos açazais, outrora em sistema extrativista, intensificou-se para um modelo de manejo agroextrativista. Para Homma (2006; 2012) nos açazais extrativistas há pouca ou nenhuma interferência da ação antrópica no manejo da espécie, por outro lado, o manejo agroextrativista concilia as etapas de plantio de mudas, semeadura, eliminação de espécies vegetais indesejadas, desbastes das touceiras dos açazeiros e roçagens. Essa modificação de práticas de manejo, ocasionou em algumas Unidades de Produção Familiar-UPF³⁶ a redução da flora nativa, com consequências socioambientais no ecossistema de várzea, como a perda da biodiversidade.

³⁶ Propriedade sobre posse da família camponesa, composta por um conjunto de sistemas produtivos, organizados e gerenciados pela família, com a finalidade de produção de insumos para atender prioritariamente a demanda do autoconsumo familiar (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Diante desse contexto, algumas organizações sociais passaram a buscar estratégias para minimização dos prejuízos socioambientais, sobretudo nas UPF de seus associados. Dentre essas organizações, destacam-se no município de Tomé-Açu, a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu- CAMTA, fundada em 1949, atualmente conta com 172 cooperados, distribuídos em diversos municípios do Nordeste Paraense. A Cooperativa tem como missão “proporcionar o desenvolvimento econômico e qualidade de vida dos cooperados, colaboradores e clientes, garantindo a criação de valores e da sustentabilidade da cooperativa através da qualidade”, Desde a década de 70, o principal dispositivo de propagação da sustentabilidade pela cooperativa, consiste na introdução dos Sistemas Agroflorestal de Tomé-Açu- SAFTA nas UPF dos cooperados (CAMTA, 2021).

Entende-se por SAF formas alternativas de uso e manejo da terra, em que uma ou mais espécies florestais lenhosa (arbóreas ou arbustiva) e palmeiras são associadas com cultivos agrícolas e/ou com animais, em combinação simultânea ou escalonada no tempo e espaço (VIANA et al., 1996; FARREL; ALTIERI, 2012). Se tratando do SAFTA, segundo a Cooperativa, este diferencia-se dos demais Sistemas Agroflorestais- SAF por cultivar culturas agrícolas, frutíferas e florestais em uma mesma área, com o emprego de dispositivos tecnológicos que permitem proteção ambiental e rentabilidade durante o ano todo. No caso dos associados da CAMTA, estes cultivam culturas de ciclo curto, como arroz, milho, feijão, maracujá, mamão e banana, de ciclo médio, a exemplo de pimenta-do-reino, cacau, açaí e dendê, e de longo prazo, como andiroba e mogno (CAMTA, 2021). Ademais, são “desenvolvidos com tecnologias e processos que conferem maior grau de proteção ambiental e rentabilidade” (POMPEU, 2017, p. 26).

No município de Cametá, a Associação dos Moradores e Produtores de Açaí de Cametá- ASMOPAC, com sede localizada na Ilha Cação, em Cametá, conta com 35 associados em 23 ilhas do município. A Associação tem como missão “Organizar a produção coletiva dos associados, através do desenvolvimento sustentável, apoiar os produtores e não produtores, no sentido de atender a demanda na compra do açaí” (ASMOPAC, 2020).

A ASMOPAC atua como parceira da CAMTA, no âmbito de organizar a produção de açaí dos associados afim de facilitar a intermediação para a Cooperativa, assim, a CAMTA auxilia os associados da ASMOPAC com acompanhamento técnico vinculado às práticas de manejo sustentável nas UPF. Para melhor compreensão dessas articulações, o objetivo desse trabalho foi verificar dissonâncias e consonâncias entre tais discursos e práticas referentes à sustentabilidade socioambiental, desenvolvidos por lideranças de organizações sociais, bem

como camponeses-ribeirinhos, envolvidos na comercialização do açaí da Ilha Guajará de Baixo, em Cametá-PA.

Para o alcance do objetivo proposto, a Perspectiva Orientada ao Ator- POA, de caráter teórico-metodológico, foi mobilizada na análise dos processos de comercialização do açaí, envolvendo distintos atores sociais, desde camponeses-ribeirinhos, produtores de açaí, atuantes como intermediários, associados, não-associados a representantes de cooperativa e associação.

4.2 MOBILIZANDO ALGUMAS PEDRAS ANGULARES DA PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

Tendo em vista que o mundo rural é multifacetado, ou seja, guarda heterogeneidades importantes dos indivíduos e coletividades que interagem neste, uma perspectiva teórico-metodológica centrada na agência humana se coloca como importante nos estudos do desenvolvimento rural (CARAVALHEIRO e GARCEZ, 2007).

O foco nos atores se reveste ainda de mais importância ao considerarmos que as intervenções das políticas institucionais, a influência do mercado e dos setores não governamentais geram eventos situados, que implicam negociações, alianças e conflitos territoriais que devemos estudar (ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021, p. 2).

Nesse sentido, a Perspectiva Orientada ao Ator (*Actor Oriented Approach*) - POA, que emerge na Escola de Antropologia de Manchester, na Inglaterra, nos anos 1950, e ganha contornos novos, nos anos 1980, na Escola de Wageningen, Holanda, coloca a centralidade nos atores sociais como ponto de partida na explicação das respostas diferenciais aos projetos de desenvolvimento rural, e evidencia que os atores sociais não são receptores passivos diante das ações de intervenção (LONG, 2001; 2007; ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021). A POA compreende os atores sociais como aqueles indivíduos, ou coletivo de indivíduos, dotados de agência social, ou seja, que possuem habilidades para resolver seus problemas, aprender a intervir nos fluxos de eventos sociais, observar a reação dos outros e supervisionar suas próprias ações (LONG; PLOEG, 1994).

Long (2001; 2007), Long e Liu (2009), Long e Ploeg (2011) e Long e Ploeg (1994) mobilizam essa Perspectiva para compreender como os atores sociais, mesmo sob condições ou circunstâncias aparentemente similares, agem, reagem, interagem e exercem sua agência de formas e maneiras diferentes. E enfatizam a impossibilidade de se compreender as ações e reações dos atores sociais de maneira homogênea, pois os mesmos detêm conhecimentos particulares e executam práticas diversas, mesmo pautando-se em princípios semelhantes

(LONG, 2007). Para Arce e Charão-Marques (2021), as práticas podem emergir como influências do processo da globalização ou das dinâmicas locais, mas também como resultado da interação entre ambas.

Dessa forma, estudar os atores sociais do meio rural possibilita também a compreensão de como os fatores externos (intervenções das políticas institucionais, a influência do mercado e dos setores não governamentais) influenciam nas suas práticas do contexto local, em negociações, alianças e conflitos territoriais (ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021).

A POA justamente permite a análise de microprocessos sociais sem desassociá-los dos macroprocessos (GONZÁLEZ; PEREIRA; DAL SOLGIO, 2014). Tal abordagem abre janelas de oportunidades para a configuração de novos questionamentos acerca da concepção em torno do desenvolvimento rural, das estruturas e regras que são configuradas pelos mercados e influenciam na sustentabilidade em suas mais diversas facetas (PLOEG, 2000; SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Uma das pedras angulares mais expressiva dessa perspectiva é o conceito de agência social (LONG, 2001; 2007). A definição de agência, portanto, revela-se estrategicamente importante na compreensão do significado das redes sociais na garantia de informações, na formação de opiniões, na legitimação de pontos de vista (DEPONTI, 2008). A agência depende crucialmente da criação e manipulação de uma rede de relações sociais e da concentração de itens específicos, como reivindicações, ordens, bens, artefatos e informação, em pontos fundamentais de intersecção entre diferentes e, muitas vezes, conflituosos “mundos de vida”, projetos e repertórios culturais (LONG, 2001; LONG, 2007).

A agência social não está centrada apenas na intenção do ator social em fazer, mas também na capacidade de realizar tais coisas, nessa perspectiva os atores são capazes de compreender o que fazem, porque o fazem, quando o fazem (GONZÁLEZ; PEREIRA; DAL SOLGIO, 2014). Através de suas redes de relações, os atores manifestam sua agência, e também exercem algum tipo de poder, o qual lhe dará a capacidade de intervir no processo de construção do desenvolvimento (PLOEG, 2000; SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Segundo Giddens (1984), a agência humana constituída pela ação dos atores como seres conscientes e reflexivos, busca resolver problemas através de estratégias enquadradas nas observações (anotações) da reação do comportamento dos atores nas redes de relações sociais. Deponti (2008, p. 6) complementa que a agência deve abarcar “os sentimentos, as emoções, as percepções, as identidades e a continuidade dos agentes através do espaço e do tempo”. Dessa forma, no contexto dessa dissertação, a agência é então compreendida como cerne

impulsionador da construção e consolidação de relações sociais e habilidades para solucionar problemas entre atores sociais no contexto rural.

Portanto, a agência por intermédio das relações sociais, só pode ser efetivada através das relações entre os atores (LONG, 2007). Em vista disso os atores sociais detentores de conhecimento, exercem sua agência, permeadas de discursos cruzados que são ordenados, realocados e sistematizados de acordo com seus interesses (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008). Ademais, para González, Pereira e Dal Soglio (2014), a capacidade de exercer a agência pelo ator social também está associada as relações de poder, as relações de conhecimento e os aspectos culturais que entram em jogo nas relações sociais. Nessa concepção, os mercados passam a ser vistos como arenas sociais, passíveis de relações e interações entre os agricultores e outros atores sociais influentes nas redes de relações agricultor/mercado, como: intermediários, redes associativas, cooperativas, etc. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Em termos gerais, a noção de agência contribui na compreensão dos campos sociais nos quais os atores sociais estão imersos (LONG; LIU, 2009). Para Arce e Charão-Marques (2021), para tanto, é necessário registrar e analisar as propriedades emergentes de seres, coisas e entidades envolvidos na recomposição e na circulação do conhecimento e das materialidades nos territórios (campo social) de vida dos atores.

Baseando-se em Long (2001; 2007), a noção de campo social instiga a um quadro de espaços abertos, sem a prevalência de limites definidos, compostos por elementos heterogêneos (recursos, informações, capacidade tecnológica, estruturas etc.) a partir de princípios coletivos. Como poderá ser visto na sequência deste artigo, no contexto analisado da Ilha Guajará de Baixo, a esfera do campo social, relacionada à comercialização do açaí, é marcada por diversas disputas, e pela predominância de domínios de determinados atores sociais.

Para Long (2001) e Kruel (2010), o domínio é entendido como um espaço no qual prevalecem certas regras, normas e valores centrais, que implicam um grau de compromisso social, moldados por intermédio das experiências compartilhadas entre os atores, e se são úteis para entendermos como são criadas as fronteiras sociais. Esses domínios são organizados entorno de um núcleo central em que representam valores compartilhados pelos atores sociais envolvidos (MEDEIROS, 2011), que transformam esses valores por intermédio individual ou coletivo das experiências vivenciadas e compartilhadas e de lutas entre os atores sociais que podem exercer poder entre outros atores em seus limites do campo de domínio (ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021).

Os “domínios” são áreas da vida social que estão organizadas por referência a um núcleo central. São espaços que possuem regras, normas e valores que implicam um grau de compromisso social e representam valores compartilhados pelos atores sociais. Como exemplos, pode-se pensar nos domínios da família, do mercado, do Estado, de grupos, da produção e do consumo (MEDEIROS, 2017). Os domínios são essenciais no entendimento sobre ordenamento social, regulação, disputa de valores sociais, autoridade, poder e de como são criadas as fronteiras sociais e simbólicas. Os valores e interesses associados a domínios específicos tornam-se visíveis e definidos nos pontos nos quais os domínios colidem uns com os outros ou entram em conflito (LONG, 2007). Na concepção de Medeiros (2017), ao se referir sobre os domínios e arenas, percebe-se que:

Os domínios, juntamente com a noção de arena, possibilitam compreender os tipos de elementos constitutivos e habilitadores que compõem os espaços de manobra dos atores. Em um complexo de arenas entrelaçadas, os atores sociais exercem sua capacidade de agência com o amparo de seus domínios particulares em busca de espaços de manobra (MEDEIROS, 2017, p. 116).

Nas arenas sociais, os atores mobilizam seus domínios a fim de alcançarem objetivos específicos, nesses processos, pode emergir a relação de poder entre os atores sociais (LONG, 2007). Sobretudo, quando os projetos de distintos atores sociais se entrelaçam, o controle, a dominação e a subordinação se manifestam (MEDEIROS, 2011). Para entender-se a arena, parte-se da suposição de que os projetos de desenvolvimento rural, propostos pelos atores, são realizados em arenas específicas, nas quais, envolvem-se agricultores, personificações do Estado, do agronegócio, do mercado etc., com diferentes interesses, recursos, poderes, visões do mundo e repertórios culturais (KRUEL, 2010; GONZÁLEZ; PEREIRA; DAL SOLGIO; 2014).

Para Deponti (2008), analisar a noção de arena torna-se importante para compreender dissensos e consensos entre discursos e práticas dos atores sociais, pois nas arenas é que se constituem os projetos de desenvolvimento rural, caracterizados por específicas constrições e possibilidades de manobra dos atores sociais. Portanto, ao direcionarmos a análise com as pedras angulares da POA, essa permite-nos a compreensão dos conflitos, lutas e alianças no contexto territorial do campo social, de interesses individuais e/ou coletivos dos atores sociais (ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021).

Nesse artigo, a POA potencializa a compreensão dos microprocessos decorrentes na Ilha Guajará de Baixo, relacionados à comercialização do açaí, o qual envolve distintos camponeses-ribeirinhos, intermediários e representantes de agroindústrias, que potencializam as interações sociais nesses processos de comercialização através dos discursos inerentes à

sustentabilidade socioambiental. Nessas relações, os domínios são percebidos sendo mobilizados na compra e venda de açaí e nas participações dos camponeses-ribeirinhos nas organizações sociais. A agência social mobilizada pelos atores sociais na construção de discursos e práticas em torno da sustentabilidade socioambiental também ganha evidência nesses processos de comercialização, como será visto a seguir.

4.3 A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA ORIENTADA AOS ATORES SOCIAIS DA INVESTIGAÇÃO

O estudo teve início com a pesquisa bibliográfica, na qual selecionou-se artigos científicos com menção aos projetos de desenvolvimento rural, com debates à Luz da Perspectiva Orientada ao Ator-POA para compor a base teórica. Como instrumento de construção das informações primárias, para esta pesquisa, foram realizadas 21 entrevistas, pautadas em um roteiro semiestruturado (MICHELAT, 1987). Tais entrevistas foram aplicadas presencialmente (exceto ao representante da CAMTA) aos finais de semana, entre os meses de agosto a dezembro de 2020, respeitando as medidas de biossegurança orientadas pela Organização Mundial da Saúde- OMS relativas à pandemia da Covid-19.

Para alcançar os entrevistados, primeiramente, recorreu-se a um representante da ASMOPAC, como informante-chave, com o intuito de que essa, por meio da técnica da “bola de neve” (BALDIN; MUNHOZ, 2011), indicasse associados na Ilha Guajará de Baixo envolvidos com os processos de organização da produção de açaí por intermédio da Associação, assim como representantes dos mercados acessados para a comercialização da produção dos associados. Assim, chegou-se aos associados da Ilha Guajará de Baixo, e a CAMTA, como representante de um importante mercado acessado pelos associados da ASMOPAC.

A partir desses contatos iniciais, foi possível chegar aos interlocutores, que foram: três (03) camponeses-ribeirinhos associados da ASMOPAC que atuam como intermediários na comercialização do açaí dos não-associados, logo serão mencionados como associados-intermediários. Esses, por sua vez, indicaram os camponeses-ribeirinhos não-associados, da Ilha, que também estavam em articulações a esses processos. Assim que constatados esses atores sociais, do total de 40 indicados, dezesseis (16) foram entrevistados, representando uma amostra de 40% do total de camponeses-ribeirinhos não-associados que comercializam a produção de açaí aos associados da ASMOPAC. Ademais, foram entrevistados um (01) representante da ASMOPAC e um (01) da CAMTA. Ressalta-se que os camponeses-ribeirinhos não-associados, 100% foram homens os informantes principais, pois segundo informações da

família, os mesmos exerciam a chefia do estabelecimento, e eram os mais atuantes na comercialização de açaí aos intermediários. Ressaltam-se que o núcleo familiar também tinha a oportunidade de acrescentar informações despercebidas pelo chefe da família no ato da entrevista.

As entrevistas seguiram roteiros diferentes para as categorias de atores sociais da pesquisa (camponeses-ribeirinhos não-associados (Apêndice A) e associados-intermediários (Apêndice D); representante da ASMOPAC (Apêndice B) e; representante da CAMTA (Apêndice C)), repetindo apenas a questão focada à compreensão de sustentabilidade destes, com intuito de analisar as concepções distintas, dos atores sociais, sobre o tema.

As informações concedidas pelos entrevistados foram registradas face-a-face, pelo pesquisador, conforme orientações de Michelat (1987), com o auxílio do roteiro, caderno de campo e gravação, após autorização dos participantes, que também permitiram a transcrição dos trechos da entrevista. Entretanto, preferiu-se manter o anonimato dos interlocutores, os quais são identificados no decorrer dos resultados de acordo com a designação de sua função social, seguida do mês e ano da entrevista. Ressalta-se que devido a pandemia da Covid-19 no ano de 2020, período de campo da pesquisa, não foi possível alcançar um número de maior representatividade de atores sociais associados da ASMOPAC e cooperados da CAMTA. Assim como não houve a possibilidade do contato presencial com o representante da CAMTA. As questões foram respondidas por este, através do correio eletrônico e algumas dúvidas puderam ser sanadas com o auxílio de aplicativos como o WhatsApp e o Google Meet.

Após a sistematização das entrevistas, os conteúdos qualitativos foram organizados em “*corpus empírico, experimental*”, interpretados pela Análise do Discurso- AD, buscando “compreender os sentidos que os sujeitos manifestam através dos seus discursos e pistas” (Caregnato; Mutti, 2006). Fez-se uso do software *IRAMUTEQ*, desenvolvido por Ratinaud e Marchand (2012), para análise do *corpus textual*, individual e coletivo, comparando a percepção dos atores sociais, sobre sustentabilidade socioambiental, através da nuvem de palavras.

Para complementar as informações das entrevistas, afim de entender os motivos atrelados à formação da ASMOPAC e CAMTA, e seus princípios de atuação, realizou-se a pesquisa documental no site da Cooperativa e em documentos históricos cedidos pelos presidentes das organizações sociais.

4.4 A CONSTITUIÇÃO DA CAMTA E SUA ATUAÇÃO

Os primeiros passos para a criação da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu-CAMTA foram dados com a chegada dos imigrantes japoneses no município de Tomé-Açu, no ano de 1929, após comum acordo entre o governo do estado do Pará e a companhia de imigração Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha (KANEBO), adotada pelo governo japonês como estratégia de incentivar a migração dos nipônicos ausentes de terra para o cultivo e emprego em seu país de origem (TAFNER JUNIOR; SILVA, 2011).

No histórico da CAMTA, consta que 43 famílias nipônicas, compostas por 189 pessoas, chegaram no município de Tomé-Açu e fundaram a primeira Colônia agrícola, às margens dos rios Acará e Tomé-Açu, distante aproximadamente 220 quilômetros da capital paraense, Belém. A preferência dos japoneses nas terras situadas às margens dos rios Acará e Moju se deu estrategicamente por essa localização lhes facilitar o deslocamento de suas produções por via fluvial, sendo na época o único meio de acesso à Belém (CAMTA, 1969).

O objetivo inicial dos imigrantes era ocupar a região, por meio do trabalho na agricultura, sobretudo do cultivo de arroz e hortaliças, culturas tradicionalmente cultivadas no Japão, e implantação e manejo dos cacauzeiros nativos. Tinham como meta a produção de alimentos para as famílias e produtos para o mercado. Primeiramente com objetivo restrito na produção de hortaliças, os nipônicos se organizaram de modo cooperativo sob o comando dos dirigentes Konosuke Takada, Toshio Sugae e Tatsunosuke Murakami, e fundaram a Cooperativa de Hortaliças em 1931, que, em Belém, abriu um galpão comandado por Tatsunosuke Murakami para a venda de hortaliças (KONAGANO, 2014; CAMTA, 2018; TAFNER JUNIOR; SILVA, 2011). Como a comercialização somente no galpão era restrita, Murakami contratou vinte comerciantes ambulantes para venderem as hortaliças nas ruas de Belém (TSUNODA, 1988).

No entanto, problemas decorrentes da infraestrutura para o escoamento da produção de hortaliças, em especial relativos ao percurso de deslocamento dos itens altamente perecíveis de Tomé Açu para Belém, que durava em média de 20 horas, e a ausência do hábito alimentar do consumo e preparo de hortaliças pelos consumidores da capital paraense, limitaram a comercialização. Somaram-se a essas limitações, o desconhecimento das técnicas de manejo dos cacauzeiros pelos agricultores e, conseqüentemente, a incidência de doenças nas plantações, provenientes das condições edafoclimáticas das novas terras trabalhadas. Nesse intermédio, a pobreza e as doenças tropicais, como a malária, assolaram as famílias nipônicas, ocasionando o abandono e migração de japoneses das colônias para municípios mais desenvolvidos do Estado e ao sudeste do país, em busca de trabalho (KONAGANO 2014; CAMTA, 2018).

Para os nipônicos que continuaram nas colônias, os problemas adversos e a pobreza foram sendo superados com a introdução do monocultivo da pimenta-do-reino, trazida de Cingapura em 1930, pelo Dr. Makinosuke Usui, diretor da companhia de migração japonesa (KONAGANO 2014; CAMTA, 2018).

Em fase experimental, a cultura da pimenta-do-reino foi sendo cultivada e, ano após ano, obtendo melhores resultados (JUNIOR TAFNER; SILVA, 2011). No entanto, o auge dessa cultura deu-se após a Segunda Guerra Mundial, decorrente da devastação de pimentais na Malásia, Indonésia e Índia, países que, naquela época, eram os maiores produtores dessa Piperaceae. De modo a organizar a produção da pimenta-do-reino para a comercialização no mercado externo, em 1949, os japoneses reorganizaram a Cooperativa de Hortaliças e a transformam na Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, ampliando seu foco de atuação, com sede localizada na Rodovia PA 140, Km 02, em Quatro Bocas, Tomé-Açu-PA (CAMTA, 2018).

Por intermédio da organização produtiva facilitada pela CAMTA, Tomé-Açu tornou-se o polo nacional de produção da pimenta-do-reino na década de 1950, levando o Brasil pela primeira vez a alcançar a marca de maior exportador mundial desse produto, reconhecido como “diamante negro” por trazer prosperidade e riqueza para o desenvolvimento da região e do país (KONAGANO 2014; CAMTA, 2009). No auge dessa produção, muitos camponeses de municípios paraenses foram atraídos às Colônias japonesas em Tomé-Açu pela facilidade de trabalho temporário nos pimentais.

No entanto, na década de 1960, com o surgimento da Fusariose³⁷ nos pimentais das Colônias japonesas, as plantações foram devastadas e houve o declínio da produção de pimenta-do-reino, ocasionado uma crise financeira que levou os japoneses a repensarem seu modo de produção (Representante da CAMTA, dez/2020). Com o incentivo da CAMTA, mais fortemente a partir dos anos 1970, os monocultivos foram gradativamente sendo substituídos pela diversificação produtiva, e os sistemas produtivos baseados nos quintais agroflorestais³⁸ dos camponeses-ribeirinhos amazônicos, bem como a própria dinâmica da floresta amazônica, passou a guiar novas decisões dos agricultores cooperados (CAMTA, 2018; Representante da CAMTA, dez/2020).

³⁷ Doença acometida pelo fungo *Fusarium* que assola as raízes e hastes da pimenta-do-reino disseminando em seu estágio mais avançado a podridão do colo do vegetal, a qual reduz a vida útil de uma lavoura de 12 anos para cinco ou seis anos, devido a capacidade do fungo se autopropagar entre as plantas (ROCHA et al., 2016).

³⁸ Considera-se um subsistema componente do sistema agroflorestal (CASTRO et al., 2007).

As ações da CAMTA, relacionam-se à implantação do SAFTA nas UPF dos associados e agricultores familiares locais, assim como em outros Estados, como Amazonas, Amapá e Maranhão, e países como: Bolívia e Gana (KONAGANO, 2014, CAMTA, 2018). Para a consolidação do SAFTA, a CAMTA disponibiliza seis técnicos para realizarem visitas três vezes ao ano, nas UPF dos associados, para os cadastros das propriedades, estimativas de produção, coleta de solos para análise e recomendações técnicas nos cultivos (Representante da CAMTA, dez/2020). Segundo as informações contidas no site da Cooperativa:

O SAFTA tornou-se uma estratégia para diversificação de produção, segurança alimentar e renda, que a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu - CAMTA, através de parcerias, intensificou a transferência das tecnologias agroecológicas SAFTA para 25 comunidades de agricultura familiar beneficiando de 2010 a 2017 mais de 5.000 pessoas de 1.125 famílias, somando escala do município de Tomé-Açu, para Acará, Mojú, Santa Bárbara, Igarapé-Açu, Abaetetuba e Cametá, no estado do Pará e seguiu para o Amapá e Amazonas. Extrapolou as fronteiras da Amazônia brasileira, chegando nas cidades de San Buenaventura e Ixiamas do norte de La Pazna Amazônia Boliviana (CAMTA, 2021).

Com a instalação pela Cooperativa, em 1987, de uma Agroindústria de Frutas Tropicais, a CAMTA processa anualmente, aproximadamente 6 mil toneladas de polpa de frutas tropicais, com 15 sabores de frutas 100% naturais da Amazônia, além de amêndoas de cacau, manteiga de amêndoas de cupuaçu, pimenta-do-reino, e óleos vegetais nobres de andiroba e maracujá, provenientes das UPF dos 2.800 produtores cadastrados. Ressalta-se que apenas 20% dos produtos processados aí são de agricultores não-cooperados (CAMTA, 2018).

Segundo o representante da Cooperativa, a qualidade físico-química desses produtos é garantida pelas análises no laboratório da Cooperativa e pela certificação orgânica, principalmente do açaí, emitida pela certificadora do Instituto de Mercado Ecológico- IMO Control do Brasil³⁹. Previamente ao processo de certificação, os técnicos da CAMTA fazem as vistorias nas UPF e o acompanhamento por período de 1 ano. Somente após passar por essas etapas, as UPF são certificadas as propriedades aptas como orgânicas. Todo o intermédio, desde a ida dos técnicos à campo até a certificação pelo IMO Control do Brasil nas UPF dos cooperados da CAMTA é custeado pela Cooperativa. A certificação permite à Cooperativa agregar valor ao produto e alcançar mercados nacionais e internacionais (Representante da CAMTA, dez/2020). Em 2015, quando passou a comercialização dos produtos certificados, a

³⁹ É um Organismo de Avaliação da Conformidade que realiza serviços de inspeções e auditorias para certificações nas áreas de produção e processamento de alimentos orgânicos, socioambientais, normas orgânicas privadas e certificação de unidades armazenadoras. Trabalha com certificações nacionais e internacionais por auditoria (individual ou grupo de produtores), associada ao Grupo IMO Internacional com sede na Suíça, hoje a IMO do Brasil é uma empresa 100% brasileira e possui parceiros internacionais como a Certificadora CERES – Certification of Environmental Standards com sede em Happing, Alemanha.

CAMTA gerou um faturamento médio de 81,9 milhões de reais, 20% a mais do que no ano anterior. Vale mencionar que a cooperativa emprega, de forma direta e indireta, mais de 10.000 mil pessoas na região de Tomé-Açu (CAMTA, 2018).

Atualmente, as ações da CAMTA, também devido aos avanços de implantação do SAFTA pelos cooperados, vêm sendo divulgadas pela mídia, como destaque à reportagem do programa Globo Rural, transmitido em 25 de abril de 2021. Nesse dia, a matéria “os sistemas agroflorestais em Tomé-Açu, no Nordeste do Pará, que permitem aos produtores terem frutos o ano inteiro e, ainda assim, preservarem a natureza” (GLOBO RURAL, 2021) ganhou evidência. A reportagem enfatizou as parcerias da cooperativa com distintas instituições como: Agência de Cooperação Internacional do Japão- JICA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA, Universidade Federal Rural da Amazônia- UFRA, Universidade de Campinas- UNICAMP, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira- CEPLAC⁴⁰, bem como a Universidade Agrícola e Tecnologia de Tóquio- TUAT e Universidade Agrícola de Tóquio- TUA. Essas instituições realizam estudos científicos e intercâmbios, colaborando na agregação de valor aos produtos do SAFTA, por meio das certificações vinculadas a Crédito de Carbono, Serviços Ambientais e Indicação Geográfica.

No município de Cametá, a parceira da CAMTA com a ASMOPAC, gerou retroalimentações que merecem ser melhor compreendidas. Ao passo que estimularam a produção e a comercialização de polpa de açaí agroextrativista das comunidades ribeirinhas do município de Cametá, influenciaram na transformação da paisagem de forma significativa, como será visto adiante na análise.

4.5 A CONSTITUIÇÃO DA ASMOPAC E SUA ATUAÇÃO

Na entrevista concedida, em 2020, pelo representante da ASMOPAC, que vivenciou todo o processo de formação e consolidação da Associação, foi relatado que no início da década de 2000, um senhor, natural do município de Mocajuba, e o outro, natural do município de Cametá, ambos moradores da Ilha Cacoal, em Cametá, correlacionaram a demanda externa por açaí e o potencial produtivo agroextrativista desse fruto na Ilha Cacoal. E, com vistas a superar

⁴⁰ A criação da CEPLAC foi um plano governamental de recuperação econômico-rural da lavoura cacaueira, instituído pelo Decreto 40.987, de 20/02/1957, para executar uma política governamental, apoiada pelo então ministro da Fazenda, José Maria Alkimin, com medidas emergenciais de auxílio aos produtores no enfrentamento de uma série de dificuldades decorrentes da queda vertiginosa da produtividade e da produção brasileira de cacau. As atividades da Comissão Executiva deste plano foram regulamentadas pelo Decreto 41.243, de 03/04/57, e assim foi criada a CEPLAC, num momento de crise, para apoiar o produtor (CEPLAC, 2021).

a ausência de uma organização social na localidade, o que acabava por acarretar na comercialização individual do fruto *in natura* pelos camponeses-ribeirinhos unicamente na feira do açaí, na sede do município, viram a potencialidade da configuração de uma associação. Em 2003, os dois senhores decidem por fins legais, criar, na Ilha Cacoal, a Associação de Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável de Ilha Cacoal- APADIC.

A partir de 2003, a APADIC tornou-se umas das principais organizadoras da produção de açaí agroextrativista do município de Cametá, com fins de possibilitar aos seus associados a comercialização de seu produto a agroindústrias processadoras da polpa do fruto que começaram a se instalar nos municípios do Estado. No entanto, a divergência de ideias entre os dois senhores, fundadores da APADIC, ocasionou, no início do ano de 2007, a separação dos sócios e divisão da Associação em áreas de atuação distinta. O senhor cametaense continuou no controle das ações da APADIC, que deixou de organizar a produção agroextrativista do açaí, passando a atuar como uma associação de pescadores artesanais de Cametá, a qual, atualmente, prevalece com o mesmo nome, e situa-se a sede, no centro desse município.

O senhor mocajubense persistiu com a proposta da organização da produção do açaí agroextrativista e, junto a outros 20 agricultores associados, em 05 de agosto de 2007, fundou a Associação dos Moradores Produtores de Açaí de Cacoal- ASMOPAC. A sede da associação foi consolidada na Ilha Cacoal, contando com a dedicação dos associados, a maioria pertencente à Ilha Cacoal, e outros de ilhas circunvizinhas, como Cação, Mapiraí, Cuxipiarí, Mapeuá.

Segundo Baia (2019), a associação teve como primeiro presidente o senhor Manoel da Conceição Pereira Nogueira, que exerceu o cargo por três anos. Posteriormente, este foi ocupado pelo senhor cametaense por seis anos, até a data de seu falecimento no dia 23 de janeiro de 2016. Após o ocorrido, um dos associados comandou a presidência da Associação por um ano. Depois de pedir pra sair do cargo, os associados escolheram uma mulher para assumir a função, a qual estava na presidência até o período da entrevista. Segundo um associado-intermediário, mesmo os homens estando em número majoritário dentre os associados, a primeira presidente mulher da ASMOPAC, foi escolhida pela maioria a assumir a presidência devido sua capacidade proativa de resolver as demandas da Associação.

Os primeiros anos de consolidação da ASMOPAC acompanharam a duplicação da demanda de açaí pelas agroindústrias locais, fazendo-se então importante a ampliação da Associação, também quanto ao número de associados. Motivado, o senhor cametaense, percorreu outras ilhas no município de Cametá, afim de apresentar a proposta da associação a distintos camponeses-ribeirinhos interessados na organização de sua produção e

consequentemente acesso aos mercados. O esforço do senhor cametaense resultou na adesão de mais associados e devido a essa abrangência de novos membros provenientes de ilhas distintas, à Associação foi renomeada, passando a ser chamar Associação dos Moradores e Produtores de Açaí de Cametá- ASMOPAC.

Isso influenciou na transferência da sede da Associação da Ilha Cacoal para a Ilha Cação, em Cametá, onde encontra-se atualmente. No trecho de entrevista, a seguir, realizada em 2020, com um representante da ASMOPAC, são citados os motivos da escolha pela Ilha Cação:

A sede da ASMOPAC foi instalada na comunidade de Cação porque lá é uma comunidade que sempre dá o suporte tanto para a Cooperativa (CAMTA) quanto pra Associação (ASMOPAC). Eles cedem o barracão comunitário para a reunião, disponibilizam as pessoas pra fazerem o almoço quando tem reunião. Sempre eles estão de braços abertos quando precisamos. Além de ser uma ilha que está situada no “centro” do arquipélago de ilhas de Cametá, facilitando o deslocamento dos associados das demais ilhas à sede da ASMOPAC (Representante da ASMOPAC, dez/2020).

Desde o primeiro presidente até a gestão em 2020, para a efetivação do cadastro dos associados, era obrigatório a apresentação dos documentos pessoais e o documento das terras, este último, necessário para comprovar que o cidadão era camponês-ribeirinho, pertencente ao ecossistema de várzea (ilha), produtor agroextrativista de açaí. No ano de 2020, a Associação composta por presidente, vice presidente, tesoureiro, vice tesoureiro, 1º secretário, 2º secretário e membros de fiscalização (fiscalizam a entrada de verbas), contava com 35 associados cametaenses, sendo 85% homens e 15% mulheres, de origens distintas, a saber: Ilhas Cacoal, Ajará, Bituba, Cuxipiarí, Parurú, Mapeuá I e II, Cação, Gama, Carapajó, Juruaté, Juruateua, Guajará de Cima, Guajará de Baixo, Mapirai, Praticai, Joroca, Capiteua, Jaítuba, Correio, Ovídeo, Juba, Mendaruçú e Tabatinga. O elevado percentual de homens associados em contraste com o de mulheres está relacionado ao fato de que as famílias consideram estes os “chefes de família”, responsáveis pelas negociações e participações nos diálogos com a Associação, ainda que toda a família participe do processo de produção de açaí (BAIA, 2019).

Desde a fundação da Associação até o ano de 2009, os principais compradores de açaí agroextrativista dos associados da ASMOPAC eram as agroindústrias: Açaí Santa Helena, Xingu Fruit e Petruz em Castanhal-PA, Açaí VITANAT e Sabor Açaí em Igarapé-Miri-PA, além de outras menos expressivas.

4.6 PARCERIA ENTRE ASMOPAC E CAMTA E A COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ AGROEXTRATIVISTA DO BAIXO TOCANTINS

Segundo o representante da ASMOPAC, em 2008, o senhor cametaense, então presidente da ASMOPAC, agente responsável naquele momento em alcançar novos mercados para o acesso dos associados e estabelecer contatos com agroindústrias compradoras de açaí, deparou-se com a presença de representantes da CAMTA em território cametaense, que estavam à procura de organizações sociais formais, fornecedoras de açaí agroextrativista. Assim, a parceria entre ambas as organizações sociais foi consolidada no mesmo ano. No entanto, segundo o representante da Associação:

Os associados da ASMOPAC passaram por uma avaliação em torno de 3 anos, pelo presidente da CAMTA, para constatar se estavam seguindo os princípios exigidos pela Cooperativa para os associados da ASMOPAC se tornarem aptos a serem cooperados e fornecedores de açaí agroextrativista para a CAMTA” (Representante da ASMOPAC, dez/2020).

Nesse intermédio, a articulação entre ASMOPAC e CAMTA foi formalizada por meio de um acordo de cooperação e certificação dos associados da ASMOPAC como produtores orgânicos. Decorrente dessa parceria, efetivou-se a garantia de comercialização do açaí produzido pelos associados da ASMOPAC à CAMTA. Verifica-se na Lei nº 10.406/02, no Art. 53, referente às Associações que as mesmas se apresentam como:

União de pessoas que se organizam para fins não econômicos. Assim, verifica-se que são requisitos imprescindíveis à pluralidade de sujeitos (pessoas físicas ou jurídicas) e um propósito comum de caráter assistencial, caritativo ou filantrópico, que não vise lucro, pois, se este for da essência da pessoa jurídica, esta obedecerá às regras do capítulo que trata do direito de empresa, devendo-se enquadrar entre qualquer dos tipos de sociedade (personificada ou não personificada) (LEI Nº 10.406/02)

Vale observar que a associação sendo um dispositivo jurídico não associada à CAMTA, não possibilita aos agricultores, o que talvez fosse o maior gargalo, a comercialização por meio de um CNPJ, desse modo, buscou-se estratégias para superar esse obstáculo. A parceria com a CAMTA e a venda dos itens por meio do CNPJ de uma empresa privada do representante da Associação, facilitou o acesso dos associados aos mercados.

Em situação específica, o representante da ASMOPAC atende os requisitos legais na intermediação do açaí dos associados à Cooperativa, pois é possível o ingresso de pessoa jurídica nas sociedades cooperativas de pescas e nas cooperativas constituídas por produtores rurais ou extrativistas que pratiquem as mesmas atividades econômicas das pessoas físicas associadas (BRASIL, 2016). Assim como a Associação também poderia ingressar como cooperada da CAMTA, haja visto, que segundo as Sociedades Cooperativas, para fins legais,

excepcionalmente é permitida a admissão de pessoas jurídicas como associadas de cooperativas, desde que para ingressar em uma cooperativa, a pessoa jurídica deverá ter por objetivo as mesmas atividades econômicas que os demais associados pessoas físicas, sendo admitidas nas cooperativas as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, no caso as associações (BRASIL, 2016).

De acordo com Schneider e Niederle (2008), os mercados são percebidos como arenas sociais, também passíveis de relações com as agências sociais que estreitam as relações comerciais com os atores sociais. Percebe-se nesse intermédio a forte relação entre a Associação e as agroindústrias de açaí, fator que pode acarretar aos associados à dependência da produção de açaí para fins de aquisição de renda.

Nessa concepção, os mercados passam a ser vistos como arenas sociais, passíveis de relações e interações entre os agricultores e outros atores sociais influentes nas redes de relações agricultor/mercado, como: intermediários, redes associativas, cooperativas, etc. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008). No contexto local, percebe-se que nas arenas sociais prevalecem interesses particulares das agroindústrias, podendo inclusive gerar conflitos entre as mesmas devido à concorrência na compra do açaí. Tais reflexos podem ser percebidos na insatisfação do valor pago pelos intermediários aos camponeses-ribeirinhos na compra da produção. O que pode ser compreendido, à luz das reflexões de Ploeg (2008), como resultante das influências do Império e na consolidação do tipo empresarial de agricultura.

Ressalta-se que no ano de 2010 a associação passou a organizar a produção de açaí de 40% dos associados certificados como produtores orgânicos pelo IMO Control do Brasil através da certificação a nível institucional, e assim facilitou a entrega da produção para a CAMTA, enquanto que a produção dos outros 60% dos associados produtores convencionais era comercializada pela empresa do membro da Associação, para as agroindústrias processadoras da polpa do fruto. Essas estratégias e parceria entre as duas organizações sociais, possibilitaram que no ano de 2020, do total de 35 associados da ASMOPAC, 31 (90%) se tornassem produtores orgânicos. Até o ano de 2020 esse processo seguia em realização. O representante da Associação afirma que “alguns produtores seguem as orientações, outros nem sempre fazem o correto”, motivo pelo qual nem todos os associados são cadastrados como produtores orgânicos.

Esse elevado índice de certificação se deu devido aos esforços da CAMTA em fazer com que toda a produção de açaí agroextrativista fornecida das UPF dos associados da ASMOPAC fosse proveniente de produtores orgânicos. Nas embalagens das polpas de açaí processadas e exportadas pela Cooperativa constam o selo de produto orgânico e, para tanto, as

normas relacionadas à certificação precisam ser obedecidas fielmente. Além do açaí, os associados da ASMOPAC passaram a fornecer outros produtos à CAMTA. Em 2020, estes compreendiam, amêndoas de andiroba, ucuúba, murumuru e cacau, com processo semelhante à comercialização do açaí, porém convencionais.

Segundo o representante da CAMTA, “todo ano tem o acompanhamento do auditor fiscal que analisa as documentações e recibos da Associação, assim como, se os associados estão cumprindo com as exigências, como, por exemplo, se não tem lixo jogado na propriedade”. A fiscalização rígida garante a procedência do açaí orgânico das UPF dos camponeses-ribeirinhos associados à ASMOPAC. No trecho de entrevista realizada com o representante da Associação destaca-se a experiência de punição ao associado que descumpriu com as regras de produção orgânica que deve ser seguida no caso do açaí certificado:

No ano de 2014, às vésperas da safra do açaí, durante uma visita técnica, o inspetor da CAMTA flagrou um produtor orgânico com acúmulo de lixo no terreno, descumprindo com uma das exigências da Cooperativa, [que tem como base a Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008, seguida pela IMO Control do Brasil] motivo que acarretou a suspensão do fornecimento de açaí do associado para a Associação, durante a safra de 2014 (Representante da ASMOPAC, dez/2020).

Apesar da rigidez na fiscalização apontada pela entrevistada, no campo, pôde-se averiguar algumas limitações no processo de garantia orgânica da totalidade da produção de açaí comercializado como tal pela CAMTA. Os direcionamentos da ASMOPAC para seus associados, relativos à administração e registro das quantidades colhidas, de manejo, colheita e acondicionamento de frutos diferenciado (orgânicos), que são respaldados pela cooperativa e certificadora, acabam se restringindo a uma produção que se mistura com outra que não segue as mesmas orientações.

Tendo em vista que a maioria dos associados atuam como intermediários, ou seja, adquirindo a produção de açaí de UPF que não estão correlacionadas à CAMTA e nem a ASMOPAC, nesse intermédio, salienta-se que uma parte do açaí repassado como orgânico à CAMTA, ainda é proveniente de produtores convencionais. Como enfatiza o trecho de entrevista de um associado-intermediário:

A maior parte do açaí que eu levo pra ASMOPAC eu compro na Ilha Guajará de Baixo, Guajará de Cima, Costa do Guajará, Itapupana e Bituba, mas tem uma parte menor que eu levo do meu mato. Se eu tirar do meu mato 10, 20, 30 latas eu tenho que anotar, aí no final da safra eu conto quantas deu e apresento na Associação pra ser mostrado no momento da auditoria (Associado-intermediário, ago/2020).

Ao entrevistar três associados da ASMOPAC que procedem de tal forma, foi possível compreender que a finalidade dessa estratégia é o aumento do quantitativo de produtos a serem destinados à cooperativa. Essa prática dos associados-intermediários em recorrer à produção de

açai dos não-associados produtores convencionais se concretiza devido a demanda exigida pelos Impérios alimentares extrapolarem a quantidade produzida em suas UPF.

Vale mencionar também que as práticas de manejo empregadas para a expansão dos açazais, em busca do aumento de produção nas UPF dos camponeses-ribeirinhos, têm ocasionado a redução da biodiversidade, descumprindo como o Art. 3º, da Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008, que estabelece que os sistemas orgânicos de produção devem buscar: I- a manutenção das áreas de preservação permanente; II- a atenuação da pressão antrópica sobre os ecossistemas naturais e modificados; e III- a proteção, a conservação e o uso racional dos recursos naturais.

Segundo um associado-intermediário da ASMOPAC, qualquer outro associado pode exercer a função de intermediário, desde que possua embarcação própria para arrecadar de “porto em porto”⁴¹ dos camponeses-ribeirinhos não-associados as latas⁴² de açai, pois a ASMOPAC não dispõe de meio de transporte para conduzir a produção dos associados.

Nessa prática, os associados-intermediários são motivados pela margem de lucro que gira em torno de R\$ 2,00 a R\$ 5,00 por lata/14kg comprada do camponês-ribeirinho não-associado, após a comercialização para as agroindústrias. Os trechos de entrevista a seguir, de associados-intermediários, da Ilha Guajará de Baixo, detalham os processos em torno da comercialização desse açai:

Eu me associei na ASMOPAC em 2010, nesse mesmo ano comecei a comprar açai dos não-associados. Não teve burocracia nenhuma pra eu entrar no ramo, bastava ter o barco com capacidade para 800 a 1000 latas e as latas para serem distribuídas na véspera da compra, no porto dos vendedores (Associado-intermediário, Ilha Guajará de Baixo/PA, ago/2020).

As agroindústrias definem o preço da lata uns dois dias antes da compra no porto do produtor, esse preço é repassado pra nós [associado-intermediário]. É nesse momento que a gente define o preço ofertado ao produtor no momento que a gente passa no porto entregando as latas. Tipo assim, se a agroindústria (X) define um valor de R\$ 30,00 na lata, eu pago para o produtor em torno de R\$ 25,00 a R\$ 28,00, dependendo da concorrência. Tirando a despesa de combustível, em uma compra eu chego a lucrar R\$ 500,00 a R\$ 600,00. Mas esse ganho varia muito, aí vai depender da quantidade de açai comprado (Associado-intermediário, ago/2020).

A agência social dos associados-intermediários vem conduzindo mudanças significativas no contexto da Ilha Guajará de Baixo. As redes de relações impulsionadas pela CAMTA aos associados-intermediários da ASMOPAC refletem em um campo de domínios nas

⁴¹ Situa-se à frente das residências, na margem do rio, normalmente o porto é composto por uma ponte e uma escada, o que facilita o descolamento dos ribeirinhos e cargas entre embarcação/residência.

⁴² Utensílio no formato de um cesto, confeccionado de forma artesanal pelos camponeses-ribeirinhos, com matéria prima da tala do arumã (*Ichnosiphon Ovatus*) e jacitara (*Desmoncus orthacanthus* Mart.), espécie vegetal presente nas várzeas amazônicas. Esse utensílio, utilizado pelos intermediários na compra do açai detém capacidade para 14kg do fruto, medida padrão de 1 lata.

arenas sociais que se configuram no acesso aos mercados para a produção de açaí dos camponeses-ribeirinhos não-associados. Nesses espaços, surgem novos atores sociais, como por exemplo os intermediários, estes, não possuem vínculo com a ASMOPAC, mas passam diariamente nas residências dos camponeses-ribeirinhos para a compra da produção.

Tais atores sociais, mobilizando discursos específicos, se colocam nas arenas sociais de comercialização do açaí de modo a influenciar nas práticas de manejo dos açazais dos camponeses-ribeirinhos não-associados, o que, por sua vez, modifica a realidade local como um todo. Nessa concepção Kiota et al. (2012) revelam que os atores sociais utilizam de estratégias, vinculadas as suas agências, na construção das relações sociais com outros atores sociais em contexto local de trabalho e projeto de vida.

Embora a concorrência entre intermediários e associados-intermediários seja constante na compra do açaí dos não-associados, segundo Schneider e Niederle (2008) em muitos casos os camponeses são influenciados na escolha da venda por vários fatores, como a melhor oferta por lata, a relação de amizade com intermediário, as exigências do mercado, etc. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008). Na realidade da Ilha Guajará de Baixo, os camponeses-ribeirinhos costumam decidir para quais intermediários irão comercializar o açaí a depender de suas relações de amizade, pois o preço ofertado por lata não varia entre estes. Nesse caso, o associado-intermediário detêm maior preferência, pois os mesmos residem na Ilha Guajará e tem um vínculo de amizade maior com os camponeses-ribeirinhos, ao contrário dos intermediários que são oriundos de outras ilhas. A produção comprada por intermediários e associados-intermediários é conduzida para o Porto da Balsa⁴³, na vila de Carapajó, local de desembarque da produção.

Nesse local, a produção comprada pelos intermediários é repassada para os representantes das agroindústrias. E o açaí comprado pelos associados-intermediários e a produção dos outros associados da ASMOPAC são organizados no galpão da Associação, para serem repassados à CAMTA. No mesmo dia, o caminhão da CAMTA, com a carga embarcada, dirige-se à sede da Cooperativa, em Tomé-Açu, para o processamento de polpas a serem exportadas. Por meio das entrevistas concedidas pelos representantes, da Associação, e da Cooperativa, pôde-se perceber que a quantidade de açaí, por embarque, comercializado para a CAMTA, depende da demanda da Cooperativa. Tais informações são constatadas nos trechos de entrevistas a seguir:

⁴³ Rampa situada à margem do rio, na vila de Carapajó, onde os intermediários e associados-intermediários desembarcam a produção de açaí.

Se a demanda da CAMTA for grande, na safra, eles compram todo dia uma carrada [800 latas ou 11.200kg], exceto no sábado (Representante da ASMOPAC, dez/2020). A Cooperativa exige, no mínimo, 800 latas por embarque, a quantidade máxima não tem limite. (Representante da CAMTA, dez/2020).

Na safra de 2012, foi o período que a ASMOPAC mais vendeu açaí pra CAMTA, teve semana que chegamos a fornecer 8 carradas diariamente (Representante da ASMOPAC, dez/2020).

Naquele tempo [ano de 2012] a exportação de polpas de açaí para o Japão era muito grande (Representante da CAMTA, dez/2020).

Para o representante da Associação, a vantagem nessa parceria entre ASMOPAC e CAMTA é, sobretudo, o acesso aos mercados possibilitado pela cooperativa. Nesse contexto, é a agência dos atores associados que permite tal interação e conexão com os mercados. O representante da ASMOPAC exemplifica:

Se algum produtor individual do município de Cametá, não-associado à ASMOPAC quiser vender seus produtos pra CAMTA, os representantes da Cooperativa não fazem a compra, pois a CAMTA compra somente a produção coletiva dos associados da ASMOPAC (Representante da ASMOPAC, dez/2020).

Segundo o representante da CAMTA, através do cadastramento dos fornecedores, monitoramento e rastreabilidade, identifica-se a origem e procedência do açaí de qualidade fornecido pela ASMOPAC, fatores que tem contribuído nessa parceria de mais de uma década. No trecho da entrevista, observa-se:

O açaí repassado pela ASMOPAC, são de produtores organizados e localizados na região de ilhas (várzeas), nas margens do rio Tocantins, onde os açazais recebem irrigação e fertilização natural decorrentes das marés, que contribui para um açaí saudável (Representante da CAMTA, dez/2020).

Tal discurso mostra que os laços de confiança são essenciais para a parceria entre CAMTA e a ASMOPAC, entretanto, verifica-se que os subterfúgios dos associados-intermediários constituídos na compra do açaí não orgânico implicam na possível ruptura dessa confiança. Ademais, a impossibilidade de comercialização direta dos não-associados à organização social apresenta-se favorável para a continuidade do poder exercido pelos associados-intermediários para com os não-associados na comercialização de açaí da Ilha Guajará de Baixo.

As possibilidades de acesso aos mercados pelos atores sociais estão diretamente vinculadas às práticas de manejo da biodiversidade. Salienta-se que os não-associados praticam o manejo dos açazais de modo diferenciado dos associados, ainda que o destino final do produto seja o mesmo: a CAMTA. Devido a maioria dos associados ser certificado como produtor orgânico, esses associados empregam práticas de manejo em conformidade com a Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008, que rege sobre os orgânicos, contribuindo com eventuais princípios de sustentabilidade ambiental. Segundo o representante

da Associação, até mesmo os associados que não são cadastrados como produtores orgânicos, aos poucos, vêm aderindo as recomendações de práticas de manejo sustentável repassadas pelos técnicos da CAMTA.

Ademais, acrescenta-se que, com a implementação da Portaria N° 2.789/2020, publicada pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará- ADEPARÁ, em 04 de setembro de 2020, que dispõe sobre o Guia de Trânsito Vegetal- GTV do açaí, tornou-se essencial o cadastro na Agência, de produtores de açaí, intermediários e agroindústrias. Desde 04 de março de 2021, passou a vigorar de modo obrigatório a emissão do GTV para trânsito de carga de açaí em território paraense, medida importante para a rastreabilidade, origem, destino e sanidade do fruto. A ASMOPAC, em parceria com os técnicos da CAMTA, vem trabalhando para o cadastramento de todos os associados. No trecho de entrevista a seguir, evidencia-se a perspectiva do representante da Associação sobre isso:

Eu acho importante que os produtores se cadastrem, todos se pudessem. E nós como organização social, até podemos fazer essa ponte, porém depende mais dos produtores nos procurarem. Como digo, só rastreando para saber que o município de Cametá é o maior produtor de açaí e Igarapé-Miri o maior produtor de polpa e não de açaí *in natura* (Representante da ASMOPAC, dez/2020).

Nessa perspectiva, com a emissão do GTV do açaí, será possível verificar a origem de tal produção, assim tornando mais um dispositivo útil para a CAMTA confirmar se a produção realmente advém de UPF registradas como orgânicas. Apesar de todos os benéficos alcançados através das organizações sociais para com os associados, o representante da ASMOPAC ainda aborda um fator que precisa ser melhorado no que diz respeito à demora da CAMTA a adentrar no mercado, visto que a safra do açaí inicia a partir de agosto. Nesse intermédio, a empresa do associado a ASMOPAC, reaparece como estratégia para a comercialização, como verificado a seguir:

A CAMTA demora a comprar a produção. Só começa a comprar em setembro. Nesse período que a CAMTA passa sem comprar, através da empresa a gente vende para outras fábricas, carrinhos [intermediários de Belém] e feiras, assim, dando o apoio para os associados venderem desde o início da safra. Quando a Cooperativa entra no mercado, a ASMOPAC passa a vender pra ela, por que foi sempre eles que ajudaram a gente e ajudam todo tempo (Representante da ASMOPAC, dez/2020).

Ressalta-se que a relação das organizações, ASMOPAC e CAMTA, é tão estreita, que a partir do mês de setembro, quando a CAMTA adentra o território cametaense para a compra do açaí, somente o açaí convencional dos 10% dos associados que não possuem o selo de orgânico continua sendo comercializado pela empresa do associado da ASMOPAC para os demais mercados.

Ainda que a pandemia da Covid-19, no ano de 2020, não tenha influenciado diretamente na comercialização do açaí, acabou por dificultar a contratação de peconheiros⁴⁴ para a coleta do fruto. Segundo os camponeses-ribeirinhos, o preço pago por lata em 2020 foi o mais elevado desde 2006, chegando a atingir R\$ 55,00, visto que nos anos anteriores não passava de R\$ 35,00. A alta do preço pode estar relacionada a demanda intensa do fruto por várias agroindústrias em municípios próximos à Cametá, como por exemplo, de Igarapé-Miri.

Quanto à comercialização das produções agroextrativistas da entressafra do açaí, nos meses de janeiro a junho, a pandemia influenciou diretamente. Conforme o trecho da entrevista do representante da ASMOPAC:

No início da pandemia, período da safra da andiroba, ucuúba e murumuru, a ASMOPAC foi obrigada a desmarcar vários embarques dessas produções por causa do transporte, pois o município ficou fechado para a circulação de pessoas e veículos, reabrindo em julho, assim não afetou na comercialização do açaí (Representante da ASMOPAC, dez/2020).

Segundo o representante da CAMTA, com o surgimento da pandemia, a Cooperativa reduziu as atividades e estabeleceu diversos procedimentos de biossegurança para evitar a proliferação do vírus. Como consta o trecho de entrevista, a seguir:

Realizou-se orientações dos procedimentos referentes ao uso de máscara, distanciamento social, instalação de pias para lavagens das mãos, distribuição de cestas básicas e kits de higiene para os cooperados da CAMTA e associados da ASMOPAC” (Representante da CAMTA, dez/2020).

Na sede da ASMOPAC, na Ilha Cação também foi instalado um totem de álcool em gel por representantes da CAMTA. De modo semelhante a ASMOPAC, distribui aos associados máscaras e álcool em gel e orientou os associados-intermediários a manter o distanciamento no ato da compra dos camponeses-ribeirinhos, assim como na entrega da produção, no porto da balsa, em Carapajó.

4.7 QUAL A(S) SUSTENTABILIDADE(S) RESULTANTE(S) DESSES PROCESSOS?

Para além de facilitar o processo de organização e comercialização das produções agroextrativistas dos camponeses-ribeirinhos do Nordeste paraense, a ASMOPAC e a CAMTA colaboram determinantemente na construção de perspectivas de sustentabilidade nesse território. Em espaços como dias de campo, visitas técnicas, oficinas, palestras e seminários, dentre outros, os técnicos da Cooperativa influenciam na dinâmica dos sistemas de produção dos seus cooperados e, conseqüentemente, também dos associados da ASMOPAC.

⁴⁴Camponês-ribeirinho que escala o estipe do açaizeiro para a coleta do fruto.

Percebe-se, nesse contexto, que as agências dos atores sociais se materializam expressivamente quanto mais envolvidos estes estão com a ASMOPAC e a CAMTA. Pois estar vinculado a essas organizações possibilita aos atores sociais participar de redes de relações sociais nas quais os conhecimentos e informações são trocados e influenciam modos de produção diferenciados dentro de uma mesma comunidade, como em Guajará.

No município de Cametá, desde a consolidação da parceria entre as organizações, segundo o representante da CAMTA, “a Cooperativa vem promovendo a conscientização da importância do SAFTA, nas UPF dos associados da ASMOPAC com respeito ao código florestal brasileiro” (Representante da CAMTA, dez/2020). Para o representante da Cooperativa, a ideia de incorporação do SAFTA nas UPF dos cooperados, dá-se além do âmbito de Tomé-Açu, com adaptações para cada realidade de ecossistema (terra firme e várzea), contexto que marca o diferencial do SAFTA. Ressalta-se que para os associados da ASMOPAC, a CAMTA vem disponibilizando mudas de cacauzeiros para a implantação em consórcio com os açazeiros, em ecossistema de várzea. O representante da Associação afirma que “devido à valorização do açaí, os agricultores deixaram meio de lado as outras produções, o cacau ficou desvalorizado aos olhos do produtor” (Representante da ASMOPAC, dez/2020).

Segundo um associado-intermediário da ASMOPAC, os cacauzeiros que existiam em sua UPF foram retirados na década de 2000 para a expansão dos açazeiros, e a CAMTA está incentivando a recomposição dessa diversidade, que também se constitui em fontes de renda variadas. O trecho de entrevista a seguir evidencia como a CAMTA também passou a incentivar os associados da ASMOPAC na produção do cacau:

Eu cortei os cacauzeiros do meu mato pra dá lugar para o açazeiro, nesse tempo eu ainda não era associado da ASMOPAC. Hoje, devido às palestras e orientações dos técnicos da CAMTA, eu sei que fiz errado. Pra reverter esse prejuízo, eu estou replantando as mudas que a CAMTA me deu (Associado-intermediário, ago/2020).

Nessa perspectiva sustentável, repassada pela CAMTA aos associados da ASMOPAC, Tatsch e Deponti (2020) afirmam que os atores sociais, enquanto detentores de agência social, inseridos nos espaços de discussões de projetos sustentáveis, detêm a capacidade de reconfigurar o processo de desenvolvimento nas UPF, sendo vistos como protagonistas da configuração de seus projetos de desenvolvimento. A ASMOPAC em parceria com CAMTA, mobilizando discursos de sustentabilidade, e materializando determinados princípios relativos a estes, vem estimulando a reflexão crítica acerca dos limitantes de um monocultivo ou de processos de interferência no meio biofísico que não garantam a continuidade da atividade agrícola no mesmo lócus a longo prazo.

Segundo o representante da Associação e o representante da Cooperativa, os eventos que articulam distintos agricultores, inclusive os camponeses-ribeirinhos associados da Ilha Guajará de Baixo, acontecem anualmente. Estes são abertos ao público, o que implica em dizer que, associados e não-associados podem participar, ainda que a maior participação seja de associados da Ilha Cação, localidade onde são realizados os eventos. No trecho de entrevista a seguir, é possível verificar tal constatação:

Todo ano a CAMTA manda os técnicos pra Cameté para realizarem palestras e orientações técnicas na sede da ASMOPAC. É um evento aberto ao público, mas poucas pessoas participam, dificilmente a gente vê a presença de um não-associado, inclusive nem todos os associados participam. A presença mais marcante é dos associados da Ilha Cação e dos que fazem a compra do açaí no porto dos produtores (Representante da ASMOPAC, dez/2020).

Salienta-se que a presença reduzida de associados e não-associados nos eventos pode estar relacionada à divulgação não alcançar todas as comunidades, uma vez que 100% dos não-associados entrevistados disseram que tinham vontade em participar de eventos e palestras sobre manejo de açazal, mas poucos tiveram a oportunidade, inclusive 100% não conheciam a ASMOPAC. Observa-se nesse caso que a possibilidade para a comercialização do açaí oferecida pelos associados-intermediários aos não-associados, extrapola a curiosidade da percepção da cadeia de comercialização da propriedade à fora. Logo, os camponeses-ribeirinhos não-associados distanciam-se cada vez mais dos espaços de trocas de conhecimentos materializados pelas organizações sociais.

Se tratando do manejo do açazal, os técnicos da CAMTA durante a palestra, fazem um relato para os participantes acerca das práticas ideais, o que deve e não se deve fazer no ato do manejo. Segundo o representante da Associação, “os técnicos ensinam que, no manejo, não se deve retirar todas as árvores do meio do açazal, mas buscar diversificar. No período da colheita do fruto, deve-se deixar cerca de 30% da produção para os animais”. Os trechos de entrevista de dois camponeses-ribeirinhos, associados-intermediários da ASMOPAC, que sempre participam das reuniões, mencionam os aprendizados resultantes desses espaços de interação:

A CAMTA tem nos orientado a fazer um manejo pra não acabar com a vegetação, sempre deixar as madeiras e não dar prioridade só pro açaí (Associado-intermediário, ago/2020).

Todo ano os técnicos da CAMTA nos orientam não cortar a aningueira⁴⁵ [*Montrichardia linifera*] da beira do rio, não derrubar os paus do mato, deixar a

⁴⁵ Espécie vegetal herbácea que cresce em solos cobertos ou saturados por água, é considerada um dos vegetais pioneiros na formação das ilhas do estuário amazônico (MARTINS, et., 2005). Segundo os ribeirinhos, a presença desse vegetal nas margens dos rios e igarapés, controla os processos de erosão.

ucuúbeira, a andirobeira, o miritizeiro. Eles auxiliam a gente a preservar essas espécies no manejo do açazal (Associado-intermediário, ago/2020).

Para Long e Ploeg (2011), no paradigma de desenvolvimento rural, os atores em um campo social aberto, detentores de agência, mantêm relações em rede com outros atores sociais, essas relações podem influenciar na reconfiguração do uso dos recursos naturais. No caso dos associados, a CAMTA mobilizando uma agência social coletiva, por intermédio dos seus técnicos, influencia na mudança de visão dos associados da ASMOPAC acerca da maneira de manejar os açazais.

González, Pereira e Dal Soglio, (2014) acrescentam que a agência social é percebida na heterogeneidade do ator social em compreender os motivos de fazer tais coisas. Com os entrevistados associados, a agência os motivou na percepção de um olhar sustentável sobre o manejo do ecossistema, concretizado na adoção do dispositivo SAFTA para a recuperação de áreas que outrora sofreram o manejo intensivo nos açazais. Enquanto para alguns não-associados o mais importante é investir exclusivamente na produção do açaí para gerar lucro com a venda. Conforme, observa-se, nos trechos das entrevistas:

Hoje eu entendo que é preciso diversificar e recuperar as áreas que um dia eu derrubei todas as árvores. Por mais que eu compre a produção de açaí de outros ribeirinhos, mas eu sei que não é possível sobreviver só do açaí, lá uma hora ele pode perder o valor de venda. Então a gente tem que ter outras coisas para gerar renda (associado-intermediário, ago/2020).

Se eu tivesse mais terra, eu ia continuar abrindo novas áreas para a plantação de açaí, isso é o que dá dinheiro (Não-associado, set/2020).

Vale mencionar que os 90% que adotaram a proposta de SAFTA deixaram de produzir exclusivamente o açaí, tornando suas produções diversificadas, aptas a gerar renda o ano todo. De janeiro a julho, contam com a comercialização da andiroba, murumuru, ucuúba e cacau e, de agosto a dezembro com a venda do açaí. Dessa forma, garantem, além de renda, a segurança e soberania alimentar sua e de suas famílias.

Percebeu-se que os associados providos de agência social detêm conhecimento aprofundado dos modos sustentáveis de produção, reforçados pela participação nos espaços de interação promovidos pelas organizações. Acerca das compreensões sobre sustentabilidade, os associados-intermediários entendem:

Pra mim, sustentabilidade é preservar, manter o meu mato diversificado, evitar tá cortando todas as árvores, sempre deixar vegetação na beira do rio e do igarapé [mata ciliar], tudo que tem no mato da gente serve, para nós, para os animais, até para a própria planta. Essas folhas que caem das árvores servem de estrumo [matéria orgânica], e o açazal precisa desses nutrientes. Então a sustentabilidade envolve cuidar da natureza para também a gente se beneficiar dela (Associado-intermediário, ago/2020).

A CAMTA e a ASMOPAC nos ensinam que sustentabilidade é preservar. Não cortar as árvores da beira do rio e igarapé, no terreno da gente, não devemos meter o

motosserra ou o machado e acabar com que tem, não é certo fazer isso, porque vai prejudicar tanto a gente quanto os pássaros, os animais, as árvores [...] (Associado-intermediário, ago/2020).

Eu entendo que sustentabilidade é conservar os recursos da natureza através do manejo que a CAMTA nos repassa, quando eu não era associado da ASMOPAC eu não tinha conhecimento que todos os componentes da natureza são importantes, para manter a sustentabilidade[...] a gente tem que preservar porque não é só a gente que precisa viver, os animais, os pássaros também precisam dessa vegetação pra viver (Associado-intermediário, ago/2020).

Nos discursos cruzados dos associados-intermediários, a percepção de sustentabilidade se aproxima do que Ploeg (2008a) enfatiza intrínseco ao tipo camponês de agricultura: a forma de manejar os recursos em sintonia com a natureza, ou seja, a coprodução. Por meio das entrevistas, com o auxílio do software *Iramuteq*, analisou-se a categorização de palavras que se repetem com mais frequência nos discursos proferidos pelos interlocutores. Quando perguntado aos atores sociais (associado-intermediários, não-associados, representante da ASMOPAC e representante da CAMTA) sobre suas percepções do que seria sustentabilidade, pôde-se perceber especificidades, mas também contradições. Na nuvem de palavras proferidas pelos associados-intermediários, a que mais se destaca é “preservar”, como mostra a Figura (17).

Figura 17- Percepção de sustentabilidade por associados-intermediários



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Os camponeses-ribeirinhos associados à ASMOPAC e vinculados à CAMTA percebem a importância de cada componente do ecossistema e externalizam em seus discursos e práticas essa percepção. Para eles, a preservação das espécies ganha destaque relacionada à sustentabilidade, tendo em vista que propicia a eles renda e promove soberania e segurança alimentar. Os trechos das entrevistas com os associados-intermediários corroboram essa análise:

Se a gente ir no mato e derrubar as árvores, até os pássaros somem, o igarapé seca, falta peixe, camarão, então o correto é preservar e manter [...] a diversificação é uma forma da gente garantir alimento e renda [...] (Associado-intermediário, ago/2020).

Se cortar esses paus acontece o que está acontecendo, o clima está muito forte, cada ano vai mudando, por isso devemos diversificar e manter a vegetação, até por que ela nos da comida, nos da renda (associado-intermediário, ago/2020).

Percebe-se que as organizações ASMOPAC e CAMTA, através da mobilização da agência social, materializam seu discurso de sustentabilidade em dispositivos como o SAFTA, os próprios diálogos entre associados e técnicos, nas formações, e acompanhamento técnico nas UPF dos camponeses-ribeirinhos associados. Entretanto, as incongruências entre os discursos sustentáveis dessas organizações e a práxis se dão na materialização dos processos em torno da comercialização do açaí. A compra de açaí dos não-associados, ou seja, proveniente de UPF não certificadas como orgânicas, por parte dos associados-intermediários, e sua comercialização como orgânico à CAMTA, por exemplo, se evidencia de forma problemática como uma falha nesse discurso acerca de sustentabilidade. Colocando em reflexão os limites da concepção de sustentabilidade, de sua potencialidade de alcance transformativo.

Quanto aos camponeses-ribeirinhos não-associados, sua percepção sobre o termo sustentabilidade ganha outros contornos. Quando questionados sobre o significado do termo para eles, alguns entrevistados não se sentiram à vontade em responder, outros não responderam alegando não saber do que se tratava. A seguir, veremos o que os não-associados entendem por sustentabilidade:

Manter o açaizal produtivo pra gerar lucro pra gente e selecionar algumas árvores, principalmente madeira que dei produção pra nós, tipo a ucuíba, a andiroba, pra ter um cultivo lucrativo (Não-associado, nov/2020).

Manejar o açaizal para produzir açaí inverno e verão, e gerar lucro com a venda (Não-associado, dez/2020).

Expandir o meu açaizal, deixando algumas árvores pra futuramente vender, por que a gente precisa do dinheiro (Não-associado, set/2020).

Para Ploeg (2008a), apesar de os circuitos de comercialização se constituir como estratégia camponesa, seria uma forma de regressão pensar em produzir exclusivamente produtos para o mercado, visto que a busca única pelo lucro se desvincula do tipo camponês de agricultura. Nesse caso, a constante presença dos associados-intermediários nos beiradões da Ilha Guajará para a compra do açaí, motiva cada vez mais os não-associados na continuação da produção quase que exclusiva do açaí, vinculados à um mercado exclusivo, intermediário, distorcendo os princípios pregados pela Cooperativa de sustentabilidade socioambiental. Na nuvem de palavras, representada na Figura 18, observa-se os principais termos utilizados pelos não-associados para justificar o que seria sustentabilidade.

Figura 18- Percepção de sustentabilidade por não-associados



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Na percepção dos não-associados, a sustentabilidade se concretiza na continuidade da expansão dos açazais para a venda do açaí e na seleção de espécies madeireiras, como a ucuúbeira e a andirobeira, para serem vendidas em toras, nas serrarias locais, na intenção de gerar lucro. É possível verificar nesses discursos, que se materializa nas práticas de manejo dos açazais de maior intensidade, que a sustentabilidade ganha importância maior na esfera econômica. Salienta-se que a exclusão dos não-associados nos espaços de reuniões das organizações sociais e no acompanhamento técnico, são refletidos na prática de manejo intensivo dos açazais, contradizendo o discurso de que as polpas de açaí produzidas pela Cooperativa são provenientes de UPF que prioriza o SAFTA.

No entanto, os camponeses-ribeirinhos não-associados ainda assim percebem a necessidade de diversificar as UPF para chegar mais próximo da sustentabilidade. Alegam que a dificuldade para atrelar ganhos econômicos e conservação ambiental é relacionada à falta de acompanhamento técnico e treinamento no manejo dos açazais. Dos não-associados, 87% nunca participaram de treinamentos e palestras, assim, praticam o manejo pautando-se nos seus próprios experimentos e conhecimentos. Ressalta-se que a Ilha Cação, localidade onde os técnicos da CAMTA realizam as palestras aberta ao público, localiza-se a aproximadamente duas horas de Guajará de Baixo, pela via fluvial. Do ponto de vista dos não-associados, para ser chegar mais próximo à sustentabilidade socioambiental em suas UPF, seria necessário:

Deixar mais árvores frutíferas (Não-associado, set/2020).

Procurar incrementar mais árvores na terra da gente (Não-associado, set/2020).

Incremento de ajuda técnica para ter mais conhecimento de manejo (Não-associado, ago/2020).

Ter mais conhecimento nas formas de manejo para não prejudicar a natureza, mas manter o que já tem nela e quem sabe até plantar outras árvores (Não-associado, ago/2020).

Para Ploeg (2008a), conservar a biodiversidade, gerir os recursos com práticas sustentáveis, implica em processos de aprendizagem entre os atores sociais e troca de cooperação entre sociedade-natureza. Um ponto interessante a se considerar é que os associados-intermediários, nas interações com os não-associados fornecedores de açaí, replicam os conhecimentos e práticas adquiridos nas palestras, conforme exposto:

O que eu aprendo sobre preservação eu falo também para as outras pessoas, essas que eu compro açaí (Associado-intermediário, ago/2020).
Sempre eu falo quando eu vou comprar açaí, a gente conversando eu vou falando da importância de preservar (Associado-intermediário, ago/2020).

Já no que se refere às percepções de sustentabilidade das lideranças das organizações, segundo o representante da CAMTA, a Cooperativa materializa a sustentabilidade com propagação do SAFTA nas UPF dos cooperados e de camponeses por toda a Amazônia, que se concretiza com a constante fiscalização, monitoramento das UPF dos produtos orgânicos e assistência técnica. Como observa-se no trecho da entrevista:

A sustentabilidade pra CAMTA é transformar as propriedades dos cooperados em estabelecimentos produtivos em harmonia com as lógicas da natureza. Para que isso se concretize a CAMTA emprega a tecnologia SAFTA nessas propriedades, presta assistência técnica e monitora constantemente os estabelecimentos. O resultado é produção, segurança alimentar, renda o ano todo, e sustentabilidade da natureza [...] (Representante da CAMTA, dez/2020).

O discurso proferido pelo representante da CAMTA reflete nas ações da Cooperativa empregadas nas UPF dos cooperados e dos associados da ASMOPAC. Para Kruehl (2010), a agência social tem essa capacidade de intervir nas práticas dos atores sociais, sendo capaz de modelar e remodelar as estruturas dos domínios. Observa-se na nuvem de palavras (Figura 19) o discurso do representante da Cooperativa:

Figura 19- Percepção de sustentabilidade por representante da CAMTA



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Para Silva (2015), a agricultura sustentável é aquela capaz de manter a sua produtividade e utilidade para a sociedade, ser economicamente viável, comercialmente competitiva, ambientalmente aceitável e socialmente justa. É possível verificar que a CAMTA influencia positivamente em várias vertentes da sustentabilidade nas UPF dos associados da ASMOPAC, inclusive a econômica, a qual é alcançada quando a Cooperativa proporciona renda aos associados com a compra de seus produtos. Percebe-se o alcance da dimensão ambiental com a apresentação e consolidação do SAFTA. Evidencia-se a dimensão social na oferta de produtos do SAFTA para a segurança alimentar das famílias e com a implantação de projetos sustentáveis nas UPF dos associados da ASMOPAC e na sede da Associação, úteis também aos não-associados. Entretanto, percebe-se em 62% das UPF dos não-associados baixa diversificação produtiva, gerando renda basicamente de agosto a dezembro, durante a safra do açaí, realidade que não condiz com os objetivos do dispositivo SAFTA, e com o discurso do representante da Cooperativa. Como comentado anteriormente, justamente nesses espaços de práxis é que se evidencia as limitações da concepção de sustentabilidade construída nos discursos das organizações.

Para o representante da ASMOPAC, sustentabilidade é “apoiar os produtores e incentivá-los a conservar e cuidar da natureza, com as recomendações que são repassadas aos associados, pelos técnicos da CAMTA” (Representante da ASMOPAC, dez/2020). Salienta-se que a responsabilidade de apoiar a materialização da sustentabilidade entre os associados da ASMOPAC acaba sendo atribuída à CAMTA, e não necessariamente em parceria conjunta entre as duas organizações, como mobilizado no discurso. Na nuvem de palavras (Figura 20) evidencia-se os termos usados pelo representante da Associação ao fazer referência à sustentabilidade:

Figura 20- Percepção de sustentabilidade por representante da ASMOPAC



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Para o representante da ASMOPAC, os princípios sustentáveis são disseminados pela associação aos associados, com o apoio da CAMTA, que disponibiliza os técnicos, para realizarem as palestras, reuniões e incentivarem na conservação do ecossistema de várzea. Na percepção do representante “não adianta só tirar e não cuidar da natureza, pois lá uma hora, os filhos, netos ou bisnetos dos produtores, não terão as riquezas da várzea” (Representante da ASMOPAC, dez/2020). Tal compreensão é justamente o que respalda as reflexões de Gliessman (2000), que reconhece a natureza como sistema de produção de bens e serviços, relevante à justiça social, conservação ambiental e viabilidade econômica para a sociedade em geral. Todavia, na prática, o que se observa na Ilha Guajará de Baixo, localidade onde os camponeses-ribeirinhos se articulam diariamente na safra do açaí com os associados-intermediários da ASMOPAC para a comercialização da produção, é uma paisagem vegetal predominantemente homogênea, na qual predomina a presença de açazeiros. Desse modo, as riquezas de ecossistema de várzea, como árvores frutíferas, peixes, camarão, pássaros, animais silvestres, diversidade que outrora apresentava-se em abundância, se encontram em quantidade reduzida, entre tais motivos, destaca-se a derrubada da vegetação para a expansão dos açazais, vinculado à produção de frutos para atender o mercado.

Entre passos e percalços no rumo da sustentabilidade, outros projetos são materializados por meio da parceria entre as organizações sociais. No quesito proteção à Covid-19, as articulações propiciaram, no ano de 2020, a instalação de um totem de álcool em gel no barracão comunitário da Ilha Cação, onde acontece as reuniões e palestras, e fizeram entregas de kits de prevenção à Covid-19 aos associados. Antecedente à safra do açaí, momento no qual as organizações sociais reúnem associados e não-associados no barracão comunitário para orientação das boas práticas de colheita do fruto, foram distribuídas cestas básicas às famílias.

No mês de julho, às vésperas da safra do açaí, também foram distribuídos os kits de colheita do açaí pela CAMTA. A organização realizou entregas de Epi's e lonas para os associados da ASMOPAC, com o intuito de melhoria na qualidade de colheita dos frutos da biodiversidade. Segundo o representante da Cooperativa, “cada ano tem aumentado mais a quantidade de indústrias e de consumidores, para isso a Cooperativa visa a melhoria de qualidade de vida a todos os associados da ASMOPAC que produz o açaí”.

Não menos importante, o projeto “banheiro ecológico”, que teve início em 2020, com a instalação de 02 banheiros nas residências dos associados da ASMOPAC, pretende alcançar todos os associados. Os banheiros são construídos com recursos proveniente da parceria entre CAMTA com o governo do Japão. Ademais, o projeto “água tratada”, foi implantado na Ilha

Cação, para atender demanda de associados e não-associados de ilhas circunvizinhas, visto que nas comunidades ribeirinhas de Cametá não tem sistema de abastecimento de água tratada. A instalação de um conjunto de filtros na 1ª estação de tratamento de água do rio na Ilha Cação vai atender a demanda dos associados e não-associados da comunidade e ilhas vizinhas.

Como percebido, a sustentabilidade concebida pelas organizações se concretiza de distintas formas no contexto analisado, ainda que com limitações e determinadas incongruências discursivas. Entretanto, fica evidente que os camponeses-ribeirinhos vinculados diretamente às organizações sociais são os mais beneficiados pelas ações sustentáveis das organizações, enquanto os não-associados se beneficiam parcialmente de alguns projetos.

4.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CAMTA exerce a disseminação de práticas sustentáveis com a implantação do dispositivo SAFTA nas UPF dos associados. Assim sendo, a ASMOPAC em parceria com a CAMTA tem papel fundamental na orientação das práticas sustentáveis, na região do Nordeste Paraense, especificamente, em ecossistema de várzea, no município de Cametá-PA. A percepção acerca de sustentabilidade socioambiental é mais sobressalente nos discursos dos associados-intermediários da ASMOPAC que estão inseridos nas reuniões e palestras ministrados por representantes da CAMTA. O que reforça a compreensão do papel de consolidação de discursos nas arenas de formação estimuladas pelas organizações. Verifica-se que os princípios sustentáveis são alcançados pelos camponeses-ribeirinhos quando inseridos de forma ativa nas organizações sociais, pois, são orientados na conservação dos recursos naturais que estão inclusos nos projetos de desenvolvimento dessas organizações. Por intermédio da organização social e, através da diversificação das produções agroextrativistas, alcançam segurança e soberania alimentar, assim como, crescimento econômico com a facilitação do acesso aos mercados para a comercialização dos seus produtos.

Entretanto, a materialização dos discursos dos representantes das organizações ganha contornos distorcidos, pois percebe-se que nem todos os envolvidos na produção de açaí comercializado à Cooperativa são abarcados na concepção de sustentabilidade dessas organizações. Isso se reflete nas práticas de manejo das UPF dos camponeses-ribeirinhos não-associados, e na dependência de um único produto de interesse das organizações vinculados à geração de renda, o açaí. Essas incongruências tornam-se mais visíveis quando se percebe que os não-associados são excluídos nos espaços de reuniões e na possibilidade de venda da produção de açaí diretamente à Cooperativa. Desse modo, a materialização dos discursos e

práticas articulados às organizações sociais não alcança as UPF dos não-associados da Ilha Guajará de Baixo, percebido no desconhecimento da maioria sobre a atuação das organizações sociais, e sobre o termo sustentabilidade.

De modo geral, esse artigo abre possibilidades para novas pesquisas mais vinculadas a atores sociais não-associados para compreender o que os leva a tal afastamento das organizações sociais. Aponta-se a POA e a análise do discurso como instrumentos teórico-metodológicos potencializadores das análises realizadas, e de futuras análises. Como, por exemplo, em outras arenas no Baixo Tocantins, pode-se abordar os discursos dos atores sociais envolvidos nas organizações sociais de pesca e dos associados, para verificar se de fato os discursos dos representantes das organizações, e os dispositivos de sustentabilidade, condizem com a prática da pesca sustentável nas comunidades de atuação de tal organização social.

REFERÊNCIAS

- ADEPARÁ- Agência de Defesa Agropecuária do Pará. Guia de Trânsito de Vegetais- GTV. Disponível em: ><https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=401103><. Acesso em: 20 de jul.2021.
- ARAUJO, C. T. D. de; NAVEGANTES-ALVES, L. de F. Do extrativismo ao cultivo intensivo do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico: sistemas de manejo e suas implicações sobre a diversidade de espécies arbóreas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Belém - PA, v. 10, p.12-23, dez. 2015.
- ARCE, Alberto; CHARÃO-MARQUES, Flávia. Desenvolvimento, materialidades e o ator social: orientações metodológicas para aproximações territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 1, p. 40-65, 2021.
- BAIA, Alex da Rocha. **O surgimento da ASMOPAC e sua influência no acesso aos mercados**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal do Pará, Campus Cametá. Cametá-PA, 2019.
- BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: **Congresso Nacional de Educação**. p. 329-341. 2011.
- BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406. Disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm<. Acesso em: 07 abr. 2021.
- BRASIL. Sociedades cooperativas. Disponível em: ><http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/ecf-escrituracao-contabil-fiscal/perguntas-e-respostas-pessoa-juridica-2016-arquivos/capitulo-xvii-sociedades-cooperativas-2016.pdf><. Acesso em: 19 de jul. 2021.
- BRONDÍZIO, E. S. **The amazon caboclo and the acai palm: forest farmers in the global market**. **Advances in Economic Botany**, vol. 16, 2008.
- CAMTA. Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. **Prêmios Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente**. Tomé-açu- PA, agosto de 2018.
- CAMTA. Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. **Sistema Agroflorestal De Tomé-Açu (Safta) – Tecnologia Social Da Amazônia**. Tomé-açu- PA, 2021. Disponível em: ><https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/sistema-agroflorestal-de-tome-acu-safta-tecnologia-social-da-amazonia><. Acesso em: 19 de jul. 2021.
- CAMTA. Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. **Sustentabilidade**. Tomé-açu- PA, 2021. Disponível em: ><https://www.camta.com.br/sustentabilidade/><. Acesso em: 19 de jul. 2021.
- CAMTA. **Relatos Históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu**. Tomé-Açu, 1969.

CAMTA. **Relatos Históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu**. Tomé-Açu, 2009.

CARAVALHEIRO, Elizângela Mara; GARCEZ, Daniela. Da perspectiva orientada a ator ao processo de mercantilização: o caso da produção de banana ecológica no litoral Norte do Rio Grande do Sul. Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 679-684, 2006.

CASTRO, Albejamere Pereira de. Principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: FRAXE, T. J P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (org.). Comunidades ribeirinhas amazônicas modos de vida e uso dos recursos naturais. EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Amazonas, 2007.

CEPLAC. **Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira**. Disponível em: ><https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/a-ceplac><. Acesso em: 19 de jul. 2021.

CORDEIRO, I. M. C. C.; ARBAGE, M. J. C.; SCHWARTZ, G. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. **Embrapa Amazônia Oriental-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2017.

CORRÊA, Rosivanderson Baia. **Do território recurso ao território abrigo: Modo de vida e processo de valorização do açaí no município de Cameté- Pa**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2010.

DEPONTI, Cidonea Machado. **O processo de desenvolvimento rural à luz da perspectiva orientada ao ator**: o caso da extensão rural brasileira. 2008.

Development: theory, research and practice. England, Longman, p. 62-90, 1994.

FARREL, J. G.; ALTIERI, M. A. Sistemas agroflorestais. In: **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. - 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: expressão popular, AS-PTA. p. 282-304, 2012.

GIDDENS, Anthony. The constitution of society: an outline of the theory of structuration. UK: ambridge, Polity Press, 1984.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GONZÁLEZ, S. R.; PEREIRA, V. C.; SOLGIO, F. K. D. A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural. Perspectivas Rurales. Nueva época, Año 2013.

HIRAOKA, Mário. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**, p. 133-157, 1993.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. et al. Açaí: novos desafios e tendências. **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2006.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia?. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 167-186, 2012.

IMO Control do Brasil. Instituto de Mercado Ecológico. Disponível em: ><http://imocontrol.com.br/quem-somos/><. Acesso em: 19 de jul. 2021.

KIYOTA, Norma; PERONDI, Miguel Angelo; VIERIA, José Antonio Nunes. Estratégia de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar: O Caso do Condomínio Pizzolatto. **Informe Gepec**, v. 16, n. 1, p. 192-212, 2012.

KONAGANO, Michinori. 80 anos da imigração japonesa na Amazônia: sistema agroflorestal-uma solução para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Inclusão Social**, v. 7, n. 2, 2014.

KRUEL, Alexandra Jochims. Contribuições da abordagem orientada ao ator às pesquisas em representações sociais: reflexões a partir do estudo dos compromissos dos gestores públicos municipais. Rio de Janeiro-RJ, setembro. 2010.

LONG, N.; LIU, J. The Centrality of Actors and Interfaces in the Understanding of New Ruralities: A Chinese Case Study. *Journal of Current Chinese Affairs*, 38 (4): 63-84, 2009.

LONG, N.; PLOEG, J. P. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. 1994. In: SCHNEIDER; S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 21-48, 2011.

LONG, Norman. *Development sociology: actor perspectives*. London; New York: Routledge, 2001.

LONG, Norman. **Resistance, agency and counterwork: a theoretical positioning**. In: WRIGHT, Wynne; MIDDENDORF, Gerard (eds). *The fight over food: producers, consumers and activists challenge the global food system*. Park-PA: The Pennsylvania State University Press, 2007.

MARTINS, Anderson Geber. et al. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais, alimentares e tóxicas da Ilha do Combu, Município de Belém, Estado do Pará, Brasil. 2005.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: >http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio130.pdf <. Acesso em: 11 jul. 2021.

MEDEIROS, Monique. **Diversidade de saberes em situações de interface: a emergência da agricultura de base ecológica entre agricultores familiares no Sul do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

MEDEIROS, Monique. **Sendas da sustentabilidade no desenvolvimento rural: os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico em campo** (Tese de doutorado). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. 2017.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**, v. 5, p. 191-211, 1987.

PLOEG, J. D. V der Revitalizing agriculture: farming economically as starting ground for rural development. **Sociologia ruralis**, v. 40, n. 4, p. 497-511, 2000.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008ª.

POMPEU, Gisele do Socorro dos Santos. et al. Sistemas agroflorestais: manejo, sustentabilidade e percepção ambiental dos agricultores de Tomé-Açu, Pará, Brasil. 2017.

RATINAUD, Pierre; MARCHAND, Pascal. Application de la méthode ALCESTE à de “gros” corpus et stabilité des “mondes lexicaux”: analyse du “CableGate” avec IRaMuTeQ. **Actes des 11eme Journées internationales d’Analyse statistique des Données Textuelles**, p. 835-844, 2012.

REDE GLOBO. Programa Globo Rural. Disponível em:
><https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2021/04/24/veja-os-destaques-do-globo-rural-deste-domingo-25042021.ghtml><. Acesso em: 19 de jul. 2021.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. brasiliense, 2017.

SHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção agrícola. **Savana: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

SILVA, Marivânia Rufato da. **Avaliação da sustentabilidade dos agroecossistemas de agricultores familiares que atuam na feira-livre de Pato Branco-PR**. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2015.

TAFNER JUNIOR, Armando W.; SILVA, Fábio Carlos da. A HISTÓRIA EMBLEMÁTICA DA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ AÇU NO NORDESTE PARAENSE. 2011.

TATSCH, Ricardo; DEPONTI, Cidonea Machado. Gestão rural e agência: um estudo dos orizicultores da região do Vale do Rio Pardo-RS. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 60-81, 2020.

TSUNODA, F. **Canção da Amazônia: uma saga na selva**. Rio de Janeiro: Ed.Francisco Alves, 1988.

VIANA, M. V.; DUBOIS, Jean C. L.; ANDERSON, Anthony B. Manual agroflorestal para a Amazônia. **Rio de Janeiro: REBRAF**, 1996.

5. CONCLUSÃO DA DISSERTAÇÃO

Desde o povoamento do estuário da Ilha Guajará de Baixo até os dias atuais, a diversificação produtiva nas Unidades de Produção Familiar dos camponeses-ribeirinhos contribui para a autonomia, segurança e soberania alimentar de distintos indivíduos, dando suporte para a continuação dos ciclos familiares. Entretanto, o açaí de várzea, consumido diariamente pelas famílias e comercializado exclusivamente nos mercados locais até o ano de 2005, ganhou importância significativa para agroindústrias externas a partir do ano de 2006. Desde então, em decorrência da demanda do fruto pelos mercados externos e da compra da produção diretamente na comunidade, por intermediários, influências diretas vêm acontecendo no meio biofísico e relações socioeconômicas desse contexto.

O emprego de práticas no manejo dos açaizais, outrora extrativistas, acarretou numa nova dinâmica de produção, passando a configurar sistemas de produção intensamente manejados. Em algumas UPF a diversificação produtiva foi dando lugar à produção centralizada no açaí, acarretando em UPF pouco diversificadas. Em outros casos, os camponeses-ribeirinhos vêm resistindo a esse processo e procuraram manter suas UPF diversificadas ou ainda altamente diversificadas, conciliando a produção de açaí com outras atividades socioprodutivas. Nas UPF pouco diversificadas, intensificou-se o manejo dos açaizais, moldados em modelos monocultores de produção, comprometendo-se drasticamente a biodiversidade e as possibilidades de obtenção de alimento nesse espaço produtivo pelas famílias. Percebe-se, nessas UPF pouco diversificadas a aproximação dos camponeses-ribeirinhos com o tipo de agricultura empresarial, tendo em vista que estes estão exclusivamente articulados aos mercados externos para a comercialização da produção.

Se por um lado o acesso a esses mercados pelos camponeses-ribeirinhos é facilitado pela presença dos intermediários, por outro lado, esses camponeses-ribeirinhos possuem cada vez menor espaço de manobra nas arenas de comercialização do açaí. Cada vez mais dependentes do intermediário para a comercialização de sua produção, tais camponeses-ribeirinhos possuem açaizais em escala de sombreamento pouca sombra e, conseqüentemente, pouco biodiversos.

De modo diferente, entre os camponeses-ribeirinhos que detêm UPF diversificadas e altamente diversificadas, que mais se aproximam ao tipo camponês de agricultura, ainda há um vínculo com intermediários, entretanto, esse não se apresenta exclusivo. Há um significativo envolvimento desses camponeses em mercados internos, como feiras e batedores. O que resulta

em UPF nas quais os açazais tem escala de sombreamento média sombra e muita sombra. Essa estratégia, auxiliada pela coprodução e coevolução, resulta na qualidade do fruto superior aos de açazais em escala pouca sombra, de modo que esses camponeses-ribeirinhos conseguem preços mais justos com a comercialização nas feiras e batedores em comparação ao valor auferido pelos intermediários. Desse modo, nas UPF diversificada e altamente diversificada constatou-se maior autonomia familiar nos quesitos possibilidade de alimentos e renda.

Assim, a capacidade de mobilização das agências dos atores sociais também passa a ser determinante na configuração das UPF. Os associados das organizações ASMOPAC e CAMTA, por estarem mais ativamente participando dessas arenas sociais – formações, debates, certificação orgânica -, estimuladas pelas lideranças das organizações, estes se apropriam de discursos proferidos nesses espaços e constroem estratégias também baseadas nesses discursos que se reflete nas práticas empregadas no manejo das UPF. Contudo, os não-associados, fornecedores de açai para os associados-intermediários, detêm pouca afinidade com o termo, e como se verificou em campo, isso se reflete, na maioria dos casos, em práticas intensivas de manejo do ecossistema. Entretanto, estratégias como comprar açai de não-associados podem ser justificadas pelos intermediários como forma de valorização do açai local para garantir o abastecimento externo, assim como a garantia da renda dos camponeses, a qual somente o mercado local não seria capaz de promover.

Nessa concepção, os discursos proferidos pelos representantes das organizações sociais sobre sustentabilidade se refletem exclusivamente nas UPF dos associados, mas não se materializa na práxis dos não-associados. Inclusive, algumas limitações acerca da concepção de sustentabilidade, para além da esfera ambiental, puderam ser percebidas nesse sentido. Nos espaços de debates, formações sobre sustentabilidade e certificação orgânica ainda não há uma inclusão dos não-associados. Pelo contrário, os não-associados são os que mais são influenciados pelo estrangulamento do mercado, o qual é guiado pelo aumento de produção, ainda que os limites ambientais sejam ignorados. Ressalta-se que nessas arenas os camponeses-ribeirinhos vinculados à agricultura tipo camponesa, se sobressaem nos espaços de manobras deixados pela agricultura empresarial, com o acesso aos mercados locais, como também através da otimização dos recursos auxiliado com a coprodução e a coevolução.

Portanto, no primeiro artigo a diversificação das atividades socioprodutivas nas UPF dos camponeses-ribeirinhos da Ilha Guajará de Baixo seguem caminhos distintos e ganham contornos diferentes, conforme a dependência das famílias com a produção de açai. A base teórica do modo de vida camponês-ribeirinho, auxiliou na percepção da complexidade das

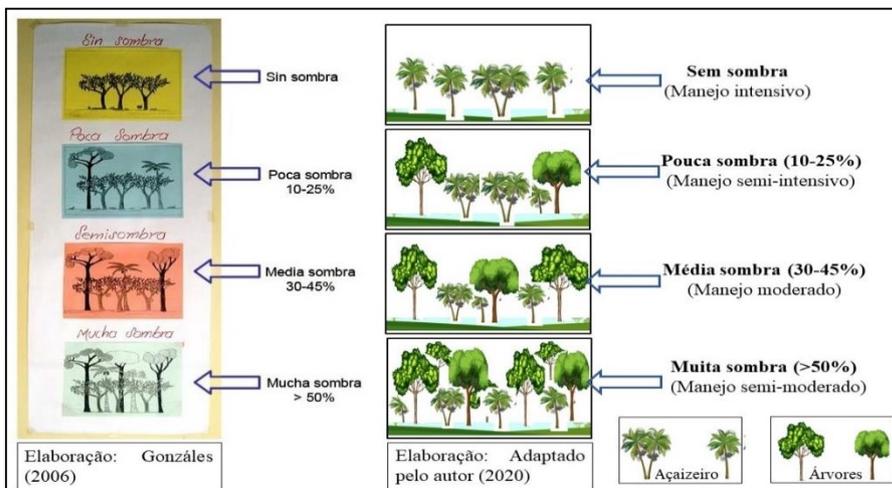
práticas e estratégias adotadas pelas famílias, como pôde ser percebido com a mobilização metodológica das tipologias das UPF. Embora, essas tipologias estejam sujeitas a alterações em um cenário pós-pandêmico, assim como na entressafra do açaí. No segundo artigo, observou-se que a demanda externa por açaí foi o principal motivo da expansão dos açazais, como constatado com a mobilização metodológica da construção do mapa da propriedade e nos trechos das entrevistas, de tal modo o aporte teórico dos tipos ideais de agricultura condiz com a escala de sombreamento dos açazais e com as influências dos mercados acessados para a comercialização do fruto. Embora, perceba-se que em uma mesma UPF o camponês-ribeirinho possa criar estratégias diferentes de produção e comercialização para os outros produtos, assim figurando uma análise mais acurada e centralizada nas diversas atividades socioprodutivas, em vez de exclusivamente na produção do açaí. Para o terceiro e último artigo, os discursos de sustentabilidade proferidos pelos atores sociais, mobilizados a partir das pedras angulares da POA na cadeia de comercialização do açaí, ajudou nas análises das dissonâncias e consonâncias discursivas, tornando-as visíveis com a elaboração metodológica da nuvem de palavras. Haja visto o envolvimento de apenas um interlocutor cooperado da CAMTA limitou uma análise mais aprofundada.

De modo geral, os resultados da dissertação indicam uma influência significativa dos mercados acessados pelos camponeses-ribeirinhos na diversificação e sustentabilidade das UPF. Quanto mais se aproxima do tipo camponês de agricultura, e maior é seu vínculo com mercados de cadeias curta para a comercialização do açaí, igualmente maior é a diversificação produtiva das UPF dos camponeses-ribeirinhos e melhor é o autogerenciamento de sua base de recursos. De forma inversa, quanto mais se aproxima de um tipo empresarial de agricultura, menor autonomia no acesso a mercados e menor diversificação produtiva da UPF do camponês-ribeirinho. E, nesse caso em especial, tal relação ganha ainda significativa complexidade quando permeada por incoerências discursivas acerca da sustentabilidade externalizada como pretendida pelos atores sociais.

Faz-se importante mencionar que a elaboração desse trabalho abre janelas de oportunidade para novas pesquisas que possam abarcar outras faces dos processos complexos constituídos em torno das práticas produtivas de camponeses-ribeirinhos, bem como suas estratégias de comercialização. Como possível pista de investigações vindouras, destaca-se a importância de análises que tenham delineamentos de gênero e geração, sendo capazes de mostrar as especificidades dos atores sociais jovens e femininos na compreensão e na práxis da sustentabilidade em contextos de Várzea Amazônica. Salienta-se também a oportunidade e a

significância de pesquisas que abarquem a capacidade de inovação e de construção de espaços de manobra desses atores sociais em face às influências da agricultura capitalista em seus contextos de trabalho.

8- Indicar a escala de sombreamento no açazal. Como se configura o sistema de manejo adotado na sua UPF?



9- O açazal é próprio? Qual o tamanho do açazal? Quantas pessoas trabalham na produção do açai? São da família, contratados ou convidados?

10- Quais as práticas que você emprega no manejo do açazal?

11- Você já participou de algum treinamento para manejo de açazais? Gostaria de participar? Por quê?

12- Quais as espécies florestais que você prioriza no manejo dos açazais? Por quê?

13- Quais as espécies florestais que você elimina no manejo dos açazais? Por quê?

14- Já teve acesso a algum incentivo governamental (FNO, PRONAF, BASA, BNDES, SUDAM) para a produção de açai? Como teve informação sobre o incentivo para acessá-lo? Se sim, acha que esse acesso influenciou de alguma forma na sustentabilidade da produção? Detalhar

15- A parcela do açazal cultivado para a comercialização é diferente daquela cultivada para o consumo? Como se dá?

16- Existe diferença da qualidade do açai destinado para o consumo e comercialização? Explique.

17- Quais as práticas que você emprega para conseguir melhor qualidade no açai?

18- De qual parcela da sua UPF se obtém açai de melhor qualidade? Por que?

19- O que modificou no manejo dos açazais a partir da entrada dos intermediários para a compra da produção? Houve o incremento de alguma outra técnica? Qual?

20- Você já teve experiências com açazais com distintas escalas de sombreamentos? Explicar.

21- Existe algum problema percebidos no seu açazal? Quais? Sabe o porquê?

22- Em qual parcela do açazal esses problemas incidem com maior frequência?

III- Mercados

23- Quais os mercados que você acessa para a venda dos seus produtos? Existe algum específico para a venda do açai? Qual?

24- Qual mercado você acha mais vantajoso para a venda do açai? Por que?

25- Qual as vantagens e desvantagens da comercialização para o intermediário?

26- Qual as vantagens e desvantagens da comercialização na feira?

27- Qual as vantagens e desvantagens da comercialização para o batedor?

28- Qual é o preço da lata alcançada na venda nesses mercados? Na safra e na entressafra.

29- A partir de que ano você passou a comercializar o açai aos intermediários?

30- Quais os critérios que você adota no momento da escolha de qual mercado acessar para a venda do açai?

31- Você tem conhecimento de alguma cooperativa ou associação atuante na compra de açai na comunidade? Qual?

32- Como acontecia a comercialização do açai antes do intermediário fazer parte do contexto de comercialização? E como se dá atualmente?

33- Existe demanda para aumento da produção por algum mercado específico? Qual? Há interesse por você em aumentar? De quanto seria esse aumento? E de que forma (monocultivo, consorciado a outros cultivos, etc.)?

34- O açai que você repassa ao intermediário possui algum selo de produto “sustentável” ou orgânico?

35- Você sabe o destino da sua produção do açai que você repassa aos intermediários?

36- Você acha que a Pandemia do COVID-19 atrasou o período de comercialização do açai e interferiu valor de venda ou continuou o mesmo dos anos anteriores? Como?

IV- Concepção de Sustentabilidade

37- O que você entende por sustentabilidade?

38- Algum mercado que você acessa contribui com a sustentabilidade? Qual? De que forma?

39- Para você, o que é uma agricultura sustentável?

40- No seu ponto de vista, a forma que você maneja o ecossistema é sustentável? Por que?

41- Em sua opinião, quais os procedimentos necessários para se estabelecer a sustentabilidade na várzea?

42- O que poderia melhorar na sua UPF para se chegar mais próximo dessa agricultura sustentável de várzea?

43- Na sua concepção, o modelo de manejo que você pratica nos açazais, contribui ou não com a sustentabilidade? De que forma?

V- Mapa da propriedade

44- Nos últimos dez anos a qualidade de vida ou o meio de vida do produtor tem melhorado, piorado ou se mantido a mesma? Você sabe explicar o porquê?

Desenhar o mapa da propriedade referente ao ano 2000 e ao ano 2020

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA AO REPRESENTANTE DA ASMOPAC

Localidade: _____

Data: ____ / ____ / ____

DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO

Entrevistado(a):

Apelido: _____ Idade: _____

Qual sua função na associação?

Desde quando é liderança da associação? _____

Roteiro de perguntas

- 1- Como se deu o histórico de constituição da associação?
- 2- Como é composto o quadro funcional da Associação?
- 3- Qual a visão da associação?
- 4- Qual a missão da associação?
- 5- Qual o número de associados?
- 6- Quais as localidades que a Associação abrange?
- 7- Quais as formas de contato que a Associação tem com os associação?
- 8- Quais os principais mercados articulados pela associação para a comercialização da produção dos associados?
- 9- A associação adquire produção de não associados? Quais os principais produtos?
- 10- Quais as formas de contato que a Associação tem com os não-associação?
- 11- A associação adquire produtos de não associados? Quais? Até quantos por cento (%) de produtos de não associados a ASMOPAC tem autonomia de aquisição? Em relação ao açaí, quantos por cento (%) é adquirido de não associados?
- 12- Como se dá a forma de aquisição dos produtos de não associados?
- 13- Existe algum espaço de relação entre a associação e não associados fornecedores de açaí para a associação? Como isso acontece?
- 14- Os projetos da Associação alcançam os não associados? Como se dá?

15- Como se dá os espaços de reunião, formação, prestação de assistência técnica voltada aos associados?

16- A associação incentiva alguma prática sustentável de produção aos não associados? Há algum espaço de relação entre a ASMOPAC e não associados para formações nesse sentido? Quais? Como se dá?

17- O que a associação entende por sustentabilidade?

18- Os associados trabalham com princípios sustentáveis em suas Unidades de Produção? Quais?

19- Como é realizada a conscientização de associados sobre a importância dos princípios de sustentabilidade?

20- Você acha que se concretizam os princípios de sustentabilidade que norteiam a Associação? Como?

21- A associação tem conhecimento de todas as comunidades fornecedoras do açaí? Como isso acontece?

22- O açaí que a associação vende possui certificação de produto “sustentável” ou orgânico? Identifica na rotulagem o local de origem do fruto?

23- Como se constituiu a relação da ASMOPAC com a CAMTA?

24- Quais as vantagens de ser fornecedor de açaí pra CAMTA?

25- Quais as desvantagens de ser fornecedor de açaí pra CAMTA?

26- A CAMTA contribui de que forma com os associados da ASMOPAC? E com os não associados fornecedores de açaí?

27- A pandemia do COVID-19 influenciou no funcionamento da cooperativa e na compra do açaí? De que forma?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA AO REPRESENTANTE DA CAMTA

Localidade: _____

Data: ____ / ____ / ____

DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO

Entrevistado(a):

Apelido: _____ Idade: _____

Qual sua função na associação?

Desde quando é liderança da cooperativa? _____

Roteiro de perguntas

- 1- Como se deu o histórico de constituição da cooperativa?
- 2- Como é composto o quadro funcional da Associação?
- 3- Qual a visão da cooperativa?
- 4- Qual a missão da cooperativa?
- 5- Qual o número de cooperados?
- 6- Quais os municípios que a cooperativa abrange?
- 7- Quais as formas de contato que a cooperativa tem com os cooperados?
- 8- Quais os principais mercados acessados pela cooperativa?
- 9- A associação adquire produtos de não cooperados? Quais? Até quantos por cento (%) a cooperativa tem autonomia de aquisição? Em relação ao açaí, quantos por cento (%) é adquirido de não cooperados?
- 10- A cooperativa adquire produção de não cooperados? Como se dá essa aquisição?
- 11- Os projetos da Associação alcançam os não associados? Como se dá?
Quais os principais produtos?
- 12- Como se dá os espaços de reunião, formação, prestação de assistência técnica voltada aos cooperados?
- 13- A cooperativa incentiva alguma prática sustentável de produção aos não cooperados? Há algum espaço de relação entre a cooperativa e não cooperados para formações nesse sentido? Quais? Como se dá?
- 14- O que a cooperativa entende por sustentabilidade?
- 15- Os cooperados trabalham com princípios sustentáveis em suas Unidades de Produção? Quais?

- 16- Como é realizada a conscientização de cooperados sobre a importância dos princípios de sustentabilidade?
- 17- Você acha que se concretizam os princípios de sustentabilidade que norteiam a cooperativa? Como?
- 18- A cooperativa tem conhecimento de todas as comunidades fornecedoras do açaí? Como isso acontece?
- 19- O açaí que a cooperativa vende possui certificação de produto “sustentável” ou orgânico? Identifica na rotulagem o local de origem do fruto?
- 20- Como se constituiu a relação da CAMTA com a ASMOPAC?
- 21- Quais as vantagens em adquirir as produções da ASMOPAC?
- 22- De que forma a CAMTA contribui com os associados da ASMOPAC? E com os não associados fornecedores de açaí?
- 23- Os associados da ASMOPAC são cooperados da CAMTA? Como isso se dá?
- 24- A partir de que ano a cooperativa iniciou a compra de açaí no município de Cametá?
- 25- A pandemia do COVID-19 influenciou no funcionamento da cooperativa e na compra do açaí? De que forma?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA AO ASSOCIADO-INTERMEDIÁRIO DA ASMOPAC

Localidade: _____

Data: ____ / ____ / ____

DADOS PESSOAIS DO ENTREVISTADO

Entrevistado(a):

Apelido:

Idade:

Há quantos anos mora na localidade?

Quantas pessoas residem na UPF?

Desde quando é associado?

Roteiro de perguntas

- 1- Você é cooperado formal da CAMTA e associado da ASMOPAC? Como isso acontece?
- 2- Há quanto tempo você pratica a intermediação do açaí em Guajará? Quais as vantagens e desvantagens alcançadas?
- 3- De quais as comunidades ribeirinhas você compra o açaí?
- 4- O que você compreende por sustentabilidade?
- 5- Você acha que contribui com a sustentabilidade nas UPF dos camponeses-ribeirinhos que lhe repassam o açaí? De que forma?
- 6- Você é produtor orgânico? Como conseguiu a certificação?
- 7- Todo a produção de açaí que você adquire é comercializado como orgânico?
- 8- Quais as vantagens e desvantagens da parceria dos associados da ASMOPAC com a CAMTA?
- 9- Você sabe se existe algum outro intermediário nessa cadeia de comercialização, antes de chegar à Cooperativa? Qual?
- 10- A produção total do açaí que você repassa para a associação é comercializada como se fosse exclusivamente da sua UPF ou é identificado de onde vem? Como? A maioria provém de qual UPF?
- 11- Você tem fornecedores fixos? Como você conseguiu a confiabilidade do camponês-ribeirinho?

12- De que forma você negocia com o camponês-ribeirinho? Somente por valor monetário? Existe alguma espécie de troca por produtos?

13- Você conhece a perspectiva de sustentabilidade da CAMTA? Poderia falar sobre?

14- Você acha que a sua compreensão de sustentabilidade é a mesma que a cooperativa repassa para os cooperados? Como?

15- A Cooperativa auxilia você com a prática de produção sustentável? Qual?

16- Você participa dos espaços de diálogos entre a Associação, Cooperativa e associados? Como isso acontece?

17- Na sua UPF se concretizam os discursos idealizados pelas Organizações sociais nesses espaços de diálogos? De que forma?

18- Qual o principal motivo de você se associar à ASMOPAC?

19- A pandemia do COVID-19 teve influência sobre o período de compra do açáí? Como?